

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ELISANGELA MENDES QUEIROZ

**Ao sul da fronteira *cimarrón*:
O processo de redução dos negros do *maniel*
de Neiba na Ilha de Española (1782-1795)**

São Paulo
2012

Versão Corrigida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Ao sul da fronteira *cimarrón*:
O processo de redução dos negros do *maniel*
de Neiba na Ilha de Española (1782-1795)**

Elisangela Mendes Queiroz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção de título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Maria Cristina Cortez Wissenbach

São Paulo
2012

Versão Corrigida

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E A DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Nome: QUEIROZ, Elisangela Mendes

Título: Ao sul da fronteira *cimarrón*: O processo de redução dos negros do *maniel* de Neiba na Ilha de Española (1782-1795)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção de título de Mestre em História.

Aprovado em: 30/03/2012

Trata-se de versão corrigida após a defesa.

De acordo,

Professora Doutora Maria Cristina Cortez Wissenbach

Banca Examinadora

Maria Cristina Cortez Wissenbach
Marina de Mello e Souza
Sílvia Hunold Lara

Presidente
Titular
Titular

DH/FFLCH/USP
DH/FFLCH/USP
DH/IFCH/UNICAMP

“Resistance, not acquiescence, is the core of history.”

Herbert Aptheker

Agradecimentos

Meus agradecimentos não poderiam começar por outra pessoa que não Maria Cristina Cortez Wissenbach, minha orientadora que, desde a iniciação científica, serenamente me conduz pelas infindáveis crises dos mais variados matizes na quais, com certo drama novelesco, sempre estou envolvida. Cristina, obrigada pela acolhida, pelo constante incentivo e, sobretudo, por me orientar respeitando minha individualidade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) agradeço o apoio financeiro que foi de suma importância para a realização dessa pesquisa.

Agradeço a todos os professores que, ao longo desses três anos, contribuíram de diferentes maneiras com o desenvolvimento da minha pesquisa. Em especial: Jane Landers, Júlio Cesar Pimentel, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Marina de Mello e Souza, Martin Lienhard, Rafael de Bivar Marquese e Silvia Hunold Lara.

Não poderia esquecer aqui de agradecer ao grupo de orientandos da Cristina. Em especial: José Carlos Vilaradaga por ter me ajudado com a documentação; Pedro Cunha, por tentar, sem muito sucesso, me convencer que escrever pode ser uma tarefa tranquila se assim o desejarmos; Ivana e Juliana, por me resgatarem da minha existência eremita sempre que estava beirando o limite da razão; Rafael Galante, pela presença musical; Gilson Brandão, pela companhia irreverente; e Elaine Ribeiro dos Santos a quem sou grata pelo apoio de toda hora e sempre perspicaz sem o qual a elaboração dessa dissertação teria sido ainda mais difícil.

Aos meus colegas do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP) agradeço a compreensão e o apoio.

Por entenderem meu sumiço além do normal, agradeço aos amigos próximos e distantes. Em especial meus amigos fraternos Ana Paula Alves Lima, Rubens

Santos Júnior e Tatiana Peixoto Gonçalves, pelos bons e maus momentos que vivemos juntos.

Os agradecimentos finais são para aqueles que sem o incondicional apoio não poderia ter escrito nem sequer uma palavra das que seguem.

À Fernanda e ao Washington, por respeitarem esse momento complicado.

Ao Lino e ao Mel, por me trazerem felicidade nesses tempos difíceis.

À Dona Davina, pela fé inabalável e o inigualável carinho de avó.

À Dona Neuza, minha amada mãe, que viveu cada minuto desse processo, torcendo, sofrendo e me acalentando como só um mãe é capaz de fazer.

A ela e à memória de meu pai, Clemente, e meu avô, Teonilio, dedico esse trabalho.

Resumo

Nesta pesquisa buscamos, por meio da análise do processo de redução do *maniel* de Neiba, desatar uma pequena parte da emaranhada trama que compõe a história do Mundo Atlântico na segunda metade do século XVIII. Ocupando a brecha formada pelo choque dos projetos coloniais díspares dos Impérios espanhol e francês para a Ilha de Española, os *cimarrones* do *maniel* de Neiba tentara reunir as benesses de uma vida tutelada pelos espanhóis com a autonomia que haviam conquistado na Serra do Baoruco, fronteira sul entre as colônias de Santo Domingo e Saint Domingue.

Palavras-chave:

Cimarrón; *Cimarronaje*; Escravidão no Caribe; Ilha de Española; *Maniel* de Neiba.

Abstract

In this research we seek, through the analysis of the *reducción* process of the *maniel* of Neiba, untie a small part of the tangled web that makes up the history of the Atlantic World in the second half of the eighteenth century. Occupying the gap formed by the shock of different colonial projects of the Spanish and French Empires to the Española Island, the maroons of the *maniel* of Neiba tried to gather the benefits of a life tutored by the Spaniards with the autonomy that they conquered in the Baoruco's Mountains, southern border between colonies of Santo Domingo and Saint Domingue.

Keywords:

Maroons; Slavery in the Caribbean; Española Island; *Maniel* of Neiba.

Sumário

Introdução	1
Prelúdio à redução do <i>maniel</i> de Neiba	4
As comunidades de escravos foragidos nas Américas	11
Capítulo I - No interior do <i>maniel</i> de Neiba	29
Capítulo II - A Ilha de Española entre colônias, impérios e a fronteira <i>cimarrón</i>	55
A fronteira <i>cimarrón</i> ergue-se na Serra do Baoruco	73
Capítulo III - O processo de redução do <i>maniel</i> de Neiba	80
Considerações Finais	96
Fontes	96
Referências	99
Bibliografia	103
Sítios Consultados	110

Introdução

Os primeiros registros sobre a resistência escrava nas Américas datam de 1503¹, pouco depois da chegada, na Ilha de Española², do Governador Nicolás de Ovando, incumbido pela Coroa espanhola de revitalizar a colônia que Cristóvão Colombo havia criado e deixado para trás ao dar prosseguimento a sua marcha exploratória pelas então desconhecidas terras ocidentais. Entre os cerca de 2.500 colonos que acompanharam Ovando na viagem, estavam os primeiros africanos escravizados trazidos ao Novo Mundo que, tão logo tiveram oportunidade, fugiram e se instalaram nas regiões da ilha não ocupadas pelos espanhóis, contando, em alguns casos, com o auxílio da população nativa, também submetida à escravidão³.

Tão antiga quanto o início da colonização, a reação dos escravos a sua condição marcou a história das Américas durante os quase quatrocentos anos nos quais subsistiu a escravidão em diferentes localidades do continente. Ainda que nem todos os escravizados tenham enveredado pelas sendas da resistência, esta teve múltiplas facetas, todas elas moldadas, tanto pelas particularidades das sociedades escravistas que refletiam no modo como os cativos eram tratados, quanto pelas características inerentes aos próprios escravos que determinaram variados graus de tolerância à exploração⁴.

Os escravos que optaram pela via da resistência para alcançar algum grau de liberdade ou construir uma autonomia possível lançaram mão de variadas

¹ BRYANT, Sherwin K. "Enslaved Rebels, Fugitives, and Litigants: The Resistance Continuum in Colonial Quito". *Colonial Latin American Review*, n. 13, v. 1, 2004, p.7-46.

² Optamos no texto por manter o nome da ilha em espanhol (Santo Domingo ou Española), ao invés de utilizar as grafias em português (São Domingos, Hispaniola ou Espanhola).

³ Sobre a chegada dos primeiros africanos escravizados nas Américas, ver: BASKET, Sir James. *History of the Island of St. Domingo: From its First Discovery by Columbus to the Present Period*. London: Printed, 1818 / New York: Reprinted by M. Day, 1824, p. 2-31; GUILLOT, Carlos Frederico. *Negros rebeldes y negros cimarrones: Perfil afroamericano en la historia del Nuovo Mundo durante el siglo XVI*. Buenos Aires: Farina Editores, [s.d.], p.77; PRICE, Richard (ed.). *Maroon Societies: Rebel Slaves Communities in the Americas*. Baltimore / London: The Johns Hopkins University Press, 1979, p.2.

⁴ FICK, Carolyn E. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990, p.46.

estratégias. Cada um a seu modo e de acordo com suas possibilidades buscou alternativas às imposições do sistema escravista⁵. Alguns adotaram medidas individuais e outros atuaram coletivamente; muitos exploraram as relações cotidianas para criar espaços de negociação, enquanto certos segmentos buscaram alternativas às relações de domínio por meio da formação de comunidades de foragidos e/ou da organização de revoltas; outros ainda, em casos mais extremos, preferiram o suicídio ou infanticídio à escravidão, enquanto alguns, por sua vez, viram no assassinato de feitores e, principalmente, de senhores o passe para a liberdade⁶.

Dentre estas diversas formas de resistência, voltamos nossa atenção particularmente para a evasão seguida da formação de comunidades de escravos foragidos, conhecida nas Américas como *cumbes*, *palenques*, *rancherías*, *ladeiras*, *mambises*, *magotes*, quilombos, mocambos, *manieles* entre outros nomes. Fenômeno social causador de grandes transtornos às sociedades americanas escravocratas que se manifestavam com consternação frente a esse problema retratando-o com ideias pejorativas as mais variadas, tais como: a praga crônica do Novo Mundo, a gangrena que consumiria vagarosamente o sistema escravista, a

⁵ THORNTON, John Kelly. *África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier / Campos, 2004, p.355.

⁶ No que se refere às diferentes nuances da resistência escrava, Flávio Gomes observa que os enfrentamentos violentos e/ou explícitos (justiçamento de feitores e senhores, revoltas nas fazendas, insurreições urbanas, quilombos, etc.) não foram os únicos meios de contestação. As sociabilidades e as interferências nas relações de domínio senhorial (sabotagens na unidade produtiva, barganhas, paternalismos, rituais de poder, fugas provisórias, apadrinhamentos, etc.) representaram formas endêmicas de protesto nas sociedades americanas escravistas coloniais e pós-coloniais. GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.8. Cabe lembrar aqui que esse tipo de interpretação é relativamente recente na historiografia. Conforme Maria Cristina Cortez Wissenbach, o conceito de resistência esteve, por muito tempo, circunscrito ao comportamento violento dos escravizados (crimes, fugas, revoltas, formação de quilombos, suicídio, etc.) que manifestavam tanto a contestação da escravidão, quanto o desejo de liberdade destes. Nessa perspectiva, a resistência consistiria unicamente em medidas extremas tomadas pelos cativos com o objetivo de conduzi-los para fora do mundo escravo, seja com a desarticulação do sistema, seja por meio da negação da própria condição. Foi somente a partir dos avanços da História Social que o conceito de resistência escrava foi ampliado, passando a estar associar às necessidades de sobrevivência cotidiana que impulsionaram os cativos a improvisar formas de contestação as mais variadas possíveis que refletiam o modo como a liberdade era vivenciada pelos escravos no interior do regime escravista. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.18-22.

temida hidra que a cada tentativa de destruição multiplicava seu poder malévolu, a nêmesis da *plantation*, etc.⁷.

Motivo de preocupação desde o início da ocupação europeia do Novo Mundo, as comunidades de escravos foragidos foram vigorosamente combatidas, porém quando algumas dessas se tornaram preocupantemente incômodas e/ou suficientemente poderosas as autoridades administrativas e econômicas, pré e pós-coloniais, se viram obrigada a negociar tréguas e acordos de paz com elas.

As negociações com as comunidades de escravos foragidos foram estabelecidas já na primeira metade do século XVI, quando, em 1533, espanhóis selaram a paz com o Cacique Enriquillo que, à frente de seu grupo formado por índios e negros fugidos, aterrorizou a colônia de Santo Domingo por quase quatorze anos. Em 1580, dois acordos foram feitos com os *palenques* de Puerto Bello e Ballamo na província de Darien, atual Panamá. No território hoje colombiano, a primeira negociação com uma comunidade de escravos foragidos data de 1619, muito embora o tratado mais famoso dessa região tenha sido firmado com o *cumbe* de San Basilio, no ano de 1717, após quase um século de relações tensas com os colonos. Em Palmares, o quilombo brasileiro mais conhecido, as tratativas de paz foram definidas entre Ganga Zumba e o governador da capitania, Aires de Souza e Castro, em 1678. A Jamaica, por sua vez, foi palco de dois importantes pactos que os ingleses estabeleceram com os negros de Leeward e Windward no começo do século XVIII⁸.

⁷ Segundo Alvin Thompson, “[...]. The numerous pejorative terms employed concerning Maroons as a group included: wild men, beasts (or beastly), snakes, gangrene, vermin, wretches, perfidious villains, cut-throats, pernicious scum, chronic plague, lurking assassins, desperadoes, lawless freebooters, rebellious rabble, sneaking and treacherous rogues, skulking runaways, monster and hydra”. THOMPSON, Alvin O. *Flight to Freedom: African Runaways and Maroons in the Americas*. Mona: University of West Indies Press, 2006, p.28.

⁸ Para informações mais detalhadas sobre as mencionadas comunidades de escravos foragidos e as respectivas negociações de paz estabelecidas pelos europeus com elas, ver: CAMPBELL, Mavis Christine. *The Maroons of Jamaica (1655-1796): A History of Resistance, Collaboration e Betrayal*. Granby: Bergin & Garvey, 1988; FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias: Islas y tierra firme del mar Océano*. Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851, v.1; LA GUARDIA, Roberto. *Los negros del Istmo de Panamá*. Panamá: Ediciones INAC, 1977; LARA, Silvia. H. “Marronage et pouvoir colonial: Palmares, Cucaú et les frontières de la liberté au Pernambouc à la fin du XVIIe siècle”, *Annales*, v.62, n.3, 2007, p.639-662; NAVARRETE, Maria Cristina. *Cimarrones y palenques en el siglo XVII*. Cali: Universidad del Valle, 2003; SCHWARTZ, Stuart. “Mocambos, quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil colonial”. *Estudos Econômicos*, v.17, número especial, 1987, p.61-88.

Tendo nosso interesse sido despertado pela peculiaridade destas negociações de paz no interior do mundo escravista, buscamos, nesta dissertação, compreendê-las, em certa medida, com o exame inicial do processo de redução, ou seja, pacificação, do *maniel* de Neiba que, entre os anos de 1782 e 1795, reuniu os escravos foragidos, os colonos espanhóis e franceses da Ilha de Española, além de suas respectivas autoridades metropolitanas.

Prelúdio à redução do ‘maniel’ de Neiba

Historiografia

Estudos específicos sobre a redução da comunidade *cimarrona* de Neiba são raros. Até o momento, o único trabalho dedicado exclusivamente a esse tema foi o livro *Los cimarrones del maniel de Neiba* escrito pelo estudioso dominicano Carlos Esteban Deive. Para além dessa monografia, alguns artigos e excertos de livros que discorreram, direta ou indiretamente, sobre o *maniel* de Neiba foram produzidos, em sua maioria, no interior da historiografia consagrada à escravidão moderna que, na segunda metade do século XX, passou a dar maior atenção, entre outros fenômenos, às comunidades de escravos foragidos⁹.

⁹ As últimas quatro décadas do século XX testemunharam a gradativa expansão dos estudos sobre a escravidão e a pós-emancipação impulsionada em grande medida pelos movimentos negros que surgiram em várias partes do mundo para garantir desde a igualdade de direitos civis reivindicada pelos afro-americanos, até o reconhecimento da independência de nações africanas recém-criadas após anos de guerra contra os colonizadores europeus. Associada e, de certa forma, motivada por tais movimentos o *boom* da História Social nesse período influenciou, igualmente, as pesquisas sobre a escravidão com novas propostas interpretativas preocupadas em integrar os indivíduos até então excluídos ou mantidos à margem dos processos históricos, promovendo uma história que reconhece a relevância da perspectiva dos grupos socialmente desclassificados. Exemplo dessa nova abordagem histórica é encontrado nos trabalhos Edward Thompson sobre a sociedade inglesa setecentista que não somente consolidaram a ideia da “história vista de baixo”, mas também chamaram a atenção para a experiência humana enquanto categoria interpretativa essencial à compreensão dos fenômenos históricos. No interior desta renovação interpretativa, a ideia de passividade construída pela história tradicional foi substituída pelo reconhecimento do negro enquanto agente histórico permitindo que a escravidão fosse compreendida em toda sua complexidade. Recortes analíticos foram criados e reformulados considerando a experiência do escravizado gerando assim transformações conceituais, dentre as quais o da própria concepção de resistência escrava discutida, anteriormente, na nota 6.

As primeiras menções às negociações entre colonos e *cimarrones* do *maniel* Neiba que identificamos estão em *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue* e *Description topographique et politique de la partie espagnole de l'isle Saint-Domingue*, relatos enciclopédicos sobre a Ilha de Española nos anos que antecedem a Revolução Haitiana escritos por Médéric Louis Élie Moreau de Saint-Méry, jurista, matemático e astrônomo, membro do *Cercle des Philadelphes*, sociedade científica de Saint Domingue¹⁰.

Baseado em viagens realizadas entre 1775 e 1778 pelo território francês da ilha e em pesquisas posteriores nos arquivos públicos e privados de Saint Domingue¹¹, o meticuloso retrato de Española apresenta uma breve descrição da redução do *maniel* de Neiba elaborada segundo uma perspectiva francesa que reduz a participação espanhola à mera coadjuvação e retrata os negros como fantoches do desejo dos colonos¹². Ainda que diminuta, a interpretação de Moreau de Saint-Méry sobre os acontecimentos de fins do século XVIII que tiveram lugar na Serra do Baoruco, região centro-sul da Ilha de Española onde estava localizada a comunidade de escravos foragidos, exerceu grande influência nos trabalhos subsequentes a ponto de se tornar a principal referência sobre o *maniel* de Neiba.

Tal influência pode ser notada em alguns textos do século XIX, como, por exemplo, o trabalho do estudioso haitiano Thomas Madiou, *Histoire d'Haïti* de 1847, que faz uma alusão às negociações ocorridas a partir de 1785 e que envolveram as autoridades colônias da Ilha de Española e os negros *marrons* das montanhas do

¹⁰ Sobre o *Cercle des Philadelphes*, ver: McCLELLAN III, James E. *Colonial and Science: Saint Domingue in the Old Regime*. Baltimore / London: Johns Hopkins University Press, 1992, p.181-288.

¹¹ GARRAWAY, Doris. "Race, Reproduction and Family Romance in Moreau de Saint-Méry's Description ... de la partie française de l'isle Saint-Domingue", *Eighteenth-Century Studies*, v.38, n.2, 2005, p.229 ; PRESSOIR, C.; TROUILLOT, E.; TROUILLOT, *Historiographie d'Haïti*. Mexico: Instituto Panamericano de Geografia e Historia, 1953, p.96.

¹² MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur sa population, sur le caractère & les moeurs de ses divers habitans, sur son climat, sa cultures, ses productions, son administration, &c., &c.* Philadelphie: Et s' y trouve chez l'auteur, au coin de Front & de Callow-Hill Streets..., 1797-1798, v.2, p.497-503 ; MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique et politique de la partie espagnole de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur le climat, la population, les productions, le caractère & les moeurs des habitans de cette colonie, & un tableau raisonné des différentes parties de son administration*. Philadelphie: Imprimé & se trouve chez l'auteur, imprimeur-libraire au coin de Font & de Walnut Streets, 1796, v.1, 79-84.

Baoruco. O cuidado que Madiou teve em elaborar o texto de forma que a ação do governador espanhol estivesse condicionada à decisão tomada pelo governador francês reitera uma interpretação exclusivamente francesa do evento. No entanto, o texto de Madiou se difere do escrito por Moreau de Saint-Méry ao reconhecer certo protagonismo dos marrons no processo retratando-os como “homens que tiveram vontade e coragem de resistir à tirania”¹³.

Em decorrência dos estudos acerca da escravidão moderna que, como mencionado anteriormente, começaram a se diversificar a partir da segunda metade do século XX, novos elementos foram incorporados às interpretações sobre o processo de redução do *maniel* de Neiba.

No início de 1960, o sociólogo francês Yvan Debbasch publicou *Le marronnage: Essai sur la desertion de l'esclave antillais*, no qual apresentou o caso dos negros do *maniel* de Neiba para discutir a particularidade dos acordos estabelecidos entre *marrons* e as autoridades coloniais francesas na Guiana e em Saint Domingue. Segundo a análise da documentação colonial francesa e do trabalho de Moreau de Saint-Méry, Debbasch defendeu que a redução em questão estava diretamente relacionada às disputas entre Espanha e França na Ilha de Española, sendo a escolha de uma solução política para os problemas causados pelos *marrons* o reflexo do interesse dos colonos franceses pelas terras do Baoruco. Assim, para Debbasch, todo o processo de redução do *maniel* de Neiba dependeu somente das decisões tomadas pelos colonos e suas respectivas metrópoles, estando os *marrons* à margem das negociações¹⁴.

Em *Les marrons de la liberte* de 1972, o historiador haitiano Jean Fouchard, ao contrário de Debbasch, aponta que quase um século de resistência transformou os negros do Baoruco em inimigos respeitáveis, com os quais os governos coloniais, inevitavelmente, teriam que selar um tratado de paz para por fim aos constantes

¹³ MADIU, Thomas. *Histoire d'Haïti*. Port-au-Prince: Imprimerie de J. Courtois, 1847-1848, v.1, p.26, tradução nossa.

¹⁴ DEBBASCH, Yvan. “Le marronnage: Essai sur la desertion de l'esclave antillais”, *L'Année Sociologique*, 1962, (Seconde Partie), p.175-195

transtornos. Ao descrever os eventos de 1785 em sua cronologia da *marronage*, sob o título de *Santiago; Phillipe; Kébinda: Story of the Bahoruco Rebellion*, Fouchard pretendeu demonstrar que os seguidos ataques dos *marrons* do Baoruco compunham, de fato, uma contínua rebelião dos habitantes daquela região contra o poder institucionalizado que subsistiu para além da declaração da independência do Haiti¹⁵.

A historiadora espanhola Maria Rosario Sevilla Soler, em *Santo Domingo: Tierra de frontera* de 1980, observa que na segunda metade do século XVIII, a crescente preocupação da monarquia espanhola com a situação dos negros em suas possessões nas Américas teria motivado as autoridades de Santo Domingo a subjugar os *cimarrones* do Baoruco. Utilizando-se da documentação espanhola, Soler reconstruiu a tentativa de redução do *maniel* de Neiba segundo uma perspectiva hispânica, mostrando que o processo estava dividido em duas fases: a franco-espanhola entre 1782 e 1786 (mais conhecida por causa da descrição de Moreau de Saint-Méry); e a espanhola entre 1786 e 1795¹⁶.

A complexidade da redução do *maniel* de Neiba, contudo, só foi detalhada com o trabalho de Carlos Esteban Deive *Los cimarrones del maniel de Neiba*, publicado em 1985. Neste livro, o estudioso dominicano faz uma síntese da documentação espanhola produzida ao longo dos treze anos de negociações entre as autoridades coloniais e os *cimarrones*. Documentos cuja análise permitiu que Deive compreendesse, entre outras coisas, a importância de interpretar o processo de redução não somente tendo em vista o empenho da coroa espanhola em subjugar os negros do *maniel* de Neiba, mas também reconhecendo a tenacidade e astúcia dos *cimarrones* para obter, com promessas e ameaças, sua o tipo de liberdade que desejavam¹⁷.

¹⁵ FOUCARD, Jean. *The Haitian Maroons: Liberty or Death*. New York: Edward W. Blyden Press, 1981, p.330-336.

¹⁶ SOLER, Maria Rosario Sevilla. *Santo Domingo tierra de frontera (1750-1800)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos / CSIC, 1980, p.75-87.

¹⁷ DEIVE, Carlos Esteban. *Los cimarrones del maniel de Neiba: Historia y Etnografía*. Santo Domingo: Banco Central da República Dominicana, 1985.

A análise mais recente sobre o *maniel* que conseguimos localizar está no ensaio de Martín Lienhard intitulado *Agrestes e irreligiosos: Los cimarrones negros del maniel de Neiva*. Em seu texto Lienhard se volta para os *cimarrones* na tentativa de captar a voz destes em seu diálogo com os espanhóis e franceses. Trabalhando com a mesma documentação estudada por Maria Rosario Sevilla Soler e Carlos Esteban Deive, Lienhard destaca a peculiaridade desse longo processo de redução que, segundo ele, só pode ser entendido no interior de uma rede de interesses, cumplicidades e solidariedades¹⁸.

Ao comentarmos, brevemente, os principais trabalhos de uma escassa bibliografia sobre o *maniel* de Neiba, procuramos apresentar um mosaico das interpretações existentes acerca desses treze anos de negociações entre *cimarrones* e colonos nas terras do Baoruco. Isso porque é nossa intenção contribuir, ainda que minimamente, com esses estudos indicando, ao longo desta dissertação, alguns novos elementos que foram possíveis empreender durante o exame da redução do *maniel* de Neiba.

Afinal, apesar de Martín Lienhard indicar corretamente a necessidade de entender este processo em sua totalidade, ele não se atém aos antecedentes históricos que determinaram o intrincado relacionamento entre *cimarrones*, colonos e seus respectivos governos metropolitanos. Já Carlos Esteban Deive faz um trabalho excepcional, que, no entanto, dialoga apenas pontualmente com a historiografia sobre as comunidades de negros foragidos.

Cabe ressaltar ainda que as contribuições dos demais autores apresentados são pontuais, pois o *maniel* de Neiba não é o foco de seus estudos. Mesmo assim, acreditamos que a combinação crítica das interpretações de Maria Rosario Sevilla Soler, Jean Fouchard e Yvan Debbasch possa nos ajudar a entender melhor o *maniel* de Neiba. Enquanto os trabalhos de Moreau de Saint-Méry devam ser tratados como registros de grande valia para uma compreensão mais apurada das sociedades coloniais da Ilha de Española na segunda metade do século XVIII.

¹⁸ LIENHARD, Martín. “Agrestes e irreligiosos: Los cimarrones negros del maniel de Neiva”. In: _____. *Desidentes, rebeldes, insurgentes: Resistencia indígena y negra en América Latina ensayos de historia testimonial*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2008, p.83-111.

Fontes

Devido à impossibilidade de pesquisar nos arquivos europeus durante o mestrado, conseguimos reunir, por meio de terceiros, apenas algumas correspondências pertencentes ao acervo do *Archivo General de Indias*, em Sevilha, onde está localizada a documentação referente à colonização espanhola na América e nas Filipinas, produzida entre os séculos XV e XIX¹⁹. Nesse acervo, nos voltamos para a seção *Gobierno* composto pela documentação das Audiências do Império Espanhol. Para a realização do estudo sobre o processo de redução do *maniel* de Neiba, trabalhamos com uma ínfima parcela de sete dos 2720 dossiês que compõem a subseção *Audiencia de Santo Domingo* onde está reunida a documentação produzida, entre 1518 e 1815, por esta que foi a primeira Audiência estabelecida pelos espanhóis nos seus territórios coloniais²⁰.

É preciso observar, no entanto, que parte significativa dos documentos utilizados não foram consultados nos originais, mas sim em transcrições integrais ou parciais publicadas por Carlos Esteban, Maria Rosario Sevilla Soler, Martín Lienhard e Manuel Lucena Salmoral.

Para além dessa documentação, consultamos também compêndios de história, memórias e legislações que são descritos nas referências dessa dissertação. Algumas dessas fontes discorrem sobre as colônias espanhola e francesa da Ilha de

¹⁹ Atualmente, o acervo do *Archivo General de Indias* é composto pelos seguintes fundos dos órgãos do governo metropolitano: *Consejo de Indias* (XVI-XIX), *Casa de la Contratación* (XVI-XVIII), *Consulados de Sevilla y Cádiz* (XVI-XIX), *Secretarías de Estado y del Despacho Universal de Indias, de Estado, de Gracia y Justicia, Hacienda y Guerra* (XVIII-XIX), *Secretaría del Juzgado de Arribadas* (XVIII-XIX), *Comisaría Interventora de la Hacienda Pública de Cádiz*, *Dirección General de la Renda de Correos* (XVIII-XIX), *Tribunal de Cuenta, Sala de Ultramar* (XIX), *Real Compañía de la Habana* (XVIII-XIX). Além destes, integram o acervo do *Archivo General de Indias* os documentos pertencentes aos órgãos do governo colonial (*Capitanía General de Cuba*, XVIII-XIX) e os fundos pertencentes a membros da administração colonial (Duque de Veragua, XV-XVIII, General Polavieja, 1876-1898, e o Vice-rei Abascal, 1804-1859). Toda essa documentação está agrupada em 16 seções: *Patronato, Contaduría, Contratación, Justicia, Gobierno, Escribanía de Cámara, Arribadas, Correos, Estado, Ultramar, Cuba, Consulados, Títulos de Castilla, Tribunal de Cuentas, Diversos, Mapa y Planos*. Informações disponíveis no sítio do *Archivo General de Indias*: <<http://www.mcu.es/archivos/MC/AGI/index.html>>. Acessado em: 02/03/2011.

²⁰ Informação disponível no sítio do Portal de Archivos Españoles (PARES): <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=1859548&fr_omagenda=l&txt_primerContiene=1>. Acessado em: 02/03/2011.

Española, outras possuem informações, mesmo que pontuais, sobre a comunidade de escravos foragidos objeto desta pesquisa, outras ainda esclarecem aspectos da política adotada por Espanha e França no trato com os escravos.

No que se refere ao conjunto de fontes anteriormente mencionado, não poderíamos deixar de mencionar aqui que sem a recente iniciativa de alguns arquivos, bibliotecas e instituições de ensino de disponibilizar *on-line* seus acervos total ou parcialmente, não poderíamos ter iniciado nosso estudo sobre uma comunidade *cimarrona* caribenha. Tal movimento sinaliza uma democratização no acesso às informações que tem impactado na produção historiográfica ao ampliar as possibilidades de estudos que não mais precisam se restringir à realidade próxima do historiador. Muito embora o conteúdo disponível na Internet não substitua as idas a arquivos e bibliotecas, constatação que ficou evidente no decorrer do nosso estudo, é preciso reconhecer que essa transformação no modo como a pesquisa histórica vem sendo realizada deve receber certa atenção, sobretudo, se pensarmos a imprescindível necessidade de uma reflexão metodológica acerca do uso desses acervos *on-line*²¹.

Quanto aos documentos utilizados nesta pesquisa é preciso observar também que as traduções apresentadas foram feitas para o português contemporâneo tendo resultado isso na modificação de algumas expressões e regras gramaticais adotadas nos textos originais, sem, contudo, alterar a informação contida neles.

Ao sul da fronteira: Organização do texto

Para além da introdução esta monografia está dividida em três capítulos ao término dos quais segue as considerações finais sobre a pesquisa.

²¹ A preocupação de pensar as transformações nos estudos históricos frente à proliferação de fontes e bibliografia *on-line* surgiu de conversas com historiadora Elaine Ribeiro da Silva dos Santos que, assim como nós, depende em grande medida da Internet para desenvolver suas pesquisas sobre Angola oitocentista.

No primeiro capítulo, utilizamos, principalmente, a documentação produzida durante a expedição franco-espanhola ao *maniel* de Neiba, realizada em 1785, para fazer uma radiografia dessa comunidade de escravos foragidos construída na Serra do Baoruco.

No segundo capítulo, traçamos um panorama das relações fronteiriças entre espanhóis e franceses na Ilha de Española definidas pelo contexto atlântico no qual estavam inseridas. Nesse capítulo, analisamos também a constituição da Serra do Baoruco como polo de atração de escravos foragidos e sua conseqüente transformação em uma fronteira *cimarrón*.

Por fim, no terceiro capítulo analisamos as negociações que reuniram *cimarrones*, colonos espanhóis e franceses, além das respectivas autoridades metropolitanas nas tentativas de reduzir pacificamente este *maniel*, ou seja, de convertê-lo em uma comunidade negra tutelada.

Porém, antes de concluir essa introdução, faz-se necessário observar o panorama sobre as comunidades de escravos foragidos que vem sendo elaborado pela historiografia sobre a escravidão nas Américas, a fim de analisar algumas questões teóricas e metodológicas essenciais á compreensão do *maniel* de Neiba e do seu processo de redução.

As comunidades de escravos foragidos nas Américas

'Cimarrón' e 'maniel': Uma breve etimologia

Começamos, pois, com uma rápida explanação sobre a palavra utilizada pelos europeus para denominar os escravos foragidos, uma vez que sua análise revela alguns elementos acerca do modo como estes eram percebidos por aqueles que integravam os setores dominantes das sociedades escravistas.

Entre os espanhóis o escravo foragido ficou conhecido como *cimarrón*. Segundo Joan Corominas e Marcos A. Morínigo, o termo foi empregado pela primeira vez, em 1535, na *Historia General y Natural de las Indias* escrita por Gonzalo Fernández de Oviedo²². José Juan Arróm, no entanto, demonstrou que o uso da palavra *cimarrón* é anterior à data proposta pelos referidos lexicógrafos. No texto *Cimarrón: Apuntes sobre sus Primeras Documentaciones y su Probable Origen*, Juan Arrom chama atenção para o fato de que o fenômeno social da *cimarronaje* precedeu a formação do termo que, nos anos iniciais da década de 1530, transcendeu o uso oral para surgir nos documentos espanhóis. Na correspondência trocada entre as autoridades da Ilha de Santiago de Cuba e funcionários reais metropolitanos, a palavra foi utilizada, a partir do ano de 1530, para descrever os índios que atacavam diferentes localidades da colônia. O mesmo ocorreu na Ilha de Española onde o termo foi empregado pela primeira vez, em 1532, para informar o Conselho das Índias sobre os distúrbios causados pelos *cimarrones* da Serra do Baoruco liderados pelo Cacique Enriquillo. Posteriormente, em 1544, o mesmo termo serviu para descrever o comportamento dos escravos negros foragidos na colônia de Santo Domingo. E antes do final do primeiro terço do século XVI o uso da palavra *cimarrón* já havia se generalizado sendo encontrada com certa frequência em cartas, memoriais, atas e outros documentos escritos nas ilhas antilhanas e no território continental²³.

Ainda não há consenso sobre a origem da palavra, uma das hipóteses mais aceita, segundo Jean Fouchard, é a de que *cimarrón* derive de *Symarons*, nome de uma nação indígena que se rebelou contra a colonização espanhola na região onde hoje está localizado o Panamá²⁴. Para Carlos Frederico Guillord, o vocábulo é um neologismo crioulo elaborado pelos colonizadores e não necessariamente uma palavra indígena²⁵. Juan Corominas e Marcos Morínigo, por sua vez, concordam com Guillord, apontando a possibilidade de que tal neologismo provavelmente derive

²² COROMINAS, Juan. *Diccionario critico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954, verbete *cimarrón*; MORÍNIGO, Marcos A. *Diccionario de americanismos*. Barcelona: Muchnik, c.1985, verbete *cimarrón*.

²³ ARRÓM, José Juan. "Cimarrón: Apuntes sobre sus Primeras Documentaciones y su Probable Origen". In: ARRÓM, José Juan; GARCÍA ARÉVALO, Manuel A. *Cimarrón*. Santo Domingo / República Dominicana; Ediciones Fundación García-Arévalo, 1986, p.15-25.

²⁴ FOUCARD, Jean. *The Haitian maroons: Liberty or death*. New York: Edward W. Blyden Press, 1981, p.247.

²⁵ GUILLOT, op. cit., p.38.

de *cima*, palavra espanhola para topo ou cume, uma referência aos lugares inóspitos onde animais bravios e homens cativos, considerados selvagens pelos espanhóis, buscavam refúgio²⁶. José Juan Arrón, no entanto, contesta essa definição, pois, em alguns documentos, o termo foi grafado com “s”, demonstrando que a relação com a palavra *cima* poderia não ser tão clara para todos espanhóis. Este e outros fatores²⁷ levaram Arrón acreditar que a melhor explicação etimológica para *cimarrón* seja a de que o termo derive do aruaque²⁸, conforme exposto abaixo:

[...] *simarrón* ou *cimarrón* podem estar relacionados com *símara*, termo que tem sido registrado como *locono* ou *aruaco* geral que significa “flecha” e do qual deriva os compostos *símarabo* ou *símarahabo*, “arco de flecha”, e *oni símalabo*, “arco-íris” (literalmente arco de água). Quando se modifica a raiz *símara* com a terminação “n”, signo de continuidade, é conferido à palavra o caráter de ação continuada, assim, *símaran* pode ser traduzido como “flecha lançada de arco, que escapou do domínio do homem” ou, como disse Oviedo “fugitiva”. Desse modo, *símaran* equivale a “silvestre”, “selvático”, “selvagem”, aplicado às plantas não cultivadas; a “fugido”, “fugitivo” ou “bravio”, aplicado aos animais domésticos que se tornaram montanheses; e também aos homens, índios primeiro e negros depois, que fugiram e em desesperada fuga buscaram a liberdade longe do domínio dos senhores²⁹.

Assim, basicamente, na concepção dos espanhóis, o escravo foragido era o selvagem habitante de terras inóspitas, equiparável ao gado bravio e de natureza indômita.

Embora a origem da palavra *cimarrón* não seja certa, há algum consenso sobre a influência desta na formação dos vocábulos equivalentes nas línguas francesa e inglesa. Segundo Carlos Esteban Deive, *marron* e seu derivado *marronage* são

²⁶ COROMINAS, op. cit., CIMARRÓN; MORÍNIGO. op. cit., verbete *cimarrón*.

²⁷ José Juan Arrón explica esses outros fatores da seguinte maneira: “[...] ilógico resulta pensar que los indígenas y los esclavos fugitivos, buenos conocedores de los lugares donde buscaban ocultarse, ocuparan las cimas como zona de refugio, pues tanto ellos como el humo de sus campamentos serían más fácilmente vistos por los monteros que los perseguirían. Además, como los arroyos no suelen nacer en la cima de las montañas, ni corren cuesta arriba, poca sería el agua potable que dispondrían para satisfacer sus necesidades cotidianas. Por último, la erosión causada por los vientos y las lluvias hace que las cimas resulten casi siempre terrenos de escasa fertilidad para el cultivo de los conucos. Todas estas razones me inclinan a pensar que la propuesta etimológica es tan frágil como inconveniente”. ARRÓN, op. cit., p.27.

²⁸ As línguas aruaques (aruak ou arawak) compõem um grupo de línguas faladas por povos indígenas que ocuparam regiões da América do Sul e das Grandes Antilhas, mais particularmente os grupos locono. OLSON, James S. *The Indians of Central and South America: An Ethnohistorical Dictionary*. New York: Greenwood Press, 1991, verbete *arawak*.

²⁹ *Ibid.*, p.29, tradução nossa.

encontrados na documentação francesa a partir da segunda metade do século XVII. Os flibusteiros utilizavam a palavra *marronear* para identificar os desertores, sentido este não muito diverso do empregado por Jean-Baptiste Labat em *Memoires des nouveaux voyages faits aux îles françaises de l’Amerique*, relato da viagem que fez pelas Antilhas francesa durante o ano de 1693, no qual a palavra *marron* foi utilizada, Carlos Esteban Deive, para nomear os negros que fugiam das casas de seus senhores. Não menos que um século depois, os colonos da Jamaica passaram a designar os escravos foragidos com o mesmo vocábulo que adequado para a língua inglesa se tornou *maroon*³⁰. Na América portuguesa, o negro *cimarrón* ficou conhecido como quilombola, calhambola ou mocambeiro, cujas origens e significado não serão analisados aqui, uma vez que nessa pesquisa nosso interesse está focado na fuga escrava nos territórios coloniais espanhol e francês na Ilha de Española³¹.

No que se refere ao termo *maniel* é importante esclarecer que ele pode ser utilizado na historiografia, tanto para se referir às comunidades de escravos foragidos de um modo geral — e neste sentido pode ser equiparado às designações *cumbes*, *palenques*, *rancherías*, *ladeiras*, *mambises*, *magotes*, quilombos e mocambos —, quanto para denominar, especificamente, a comunidade *cimarrona* objeto dessa pesquisa, de acordo com Alvin Thompson:

[...]. O problema é agravado pelo fato que o termo *maniel* por vezes se refere às comunidades *cimarronas* de um modo geral [...]. Exceto quando a referência é de fins do século XVIII (os registros franceses desse período sempre usavam *Le Maniel* para designar um grupo *cimarrón* específico). [...]. Outro problema é que alguns autores falam da comunidade *Le Maniel* como se esta estivesse em Saint Domingue, enquanto outros a localizam na República Dominicana. De fato, o grupo consistira quase exclusivamente de fugitivos do Haiti que viviam na extensa e não delimitada fronteira entre as

³⁰ DEIVE, Carlos Esteban. *Los guerrilleros negros: Esclavos fugitivos y cimarrones en Santo Domingo*. Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1989, p.12.

³¹ Para alguns trabalhos que discutem o termo quilombola referido à história da África e da América portuguesa colonial, ver: FREUDENTHAL, Aida. “Os quilombos de Angola no século XIX: A recusa da escravidão”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.32, dez. 1997, p.109-137; MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: Os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional / Ministério da Cultura, 1995, p.164-165; NETO, Maria da Conceição. “Kilombo, quilombos, ocilombo...”, *Mensagem – Revista Angola de Cultura*, v. 4, 1989, p.5-19; SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.259-260; VANSINA, Jan. “Quilombos on São Tomé, or in Search of Original Sources”. *History in Africa*, New Brunswick, v.23, 1996, p.455.

duas colônias e que atravessavam para o território da República Dominicana para se dedicar ao comércio ou para se proteger quando atacados³².

Joaquín García y Moreno, governador de Santo Domingo entre os anos de 1785-1786 e 1788-1801, por sua vez, empregava o termo *maniel* para descrever o que considerava “uma congregação nefasta composta por indivíduos agrestes e irreligiosos”³³.

Fuga escrava: ‘Petit marronage’ e ‘grand marronage’

A evasão escrava, denominada *cimarronaje* ou *marronage* (*marronnage*, *maroonage*, *maronage*), era categorizada pelos governantes e senhores de escravos segundo a gravidade do delito cometido pelos foragidos. Para tanto, diferentes fatores eram considerados, entre os quais: a quantidade de pessoas envolvidas, ou seja, se o ato era individual ou coletivo; a distância percorrida durante a fuga; o período da ausência, sendo levando em conta se a fuga pretendia ser definitiva ou temporária e, neste último caso, importava não somente o número de dias que o escravizado se mantinha afastado do domínio de seu senhor, mas também a época do ano no qual a evasão ocorria e se o desertor retornava voluntariamente ou se era capturado³⁴.

A partir da avaliação desses fatores, as punições eram estipuladas, segundo as leis das diferentes sociedades escravocratas, variando conforme cada caso, apesar de geralmente serem duras e cruéis, sobretudo nos casos reincidentes. No *Code Noir*, por exemplo, o artigo 38 previa que:

O escravo fugitivo que permanecer em fuga por um mês a contar do dia que seu senhor o denunciar à Justiça, terá suas orelhas cortadas, e será marcado com uma flor de lis no ombro; e se reincidir outro mês a contar igualmente do dia da denúncia, terá uma das pernas cortada, e será

³² THOMPSON, op. cit., p.332, tradução nossa.

³³ LIENHARD, Martín. *Desidentes, rebeldes, insurgentes: Resistencia indígena y negra en América Latina ensayos de historia testimonial*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2008, p.83.

³⁴ THOMPSON, op. cit., p.53.

marcado com uma flor de lis no outro ombro; na terceira vez será castigado com a morte³⁵.

Podemos observar uma maior gradação nas penas definidas segundo a natureza da fuga — se de dias, meses ou com propensão a se tornar permanente — na primeira proposta de codificação das leis espanholas sobre o trato dos escravos, elaborada pelo Cabildo de Santo Domingo³⁶ com base no *Code Noir*, em seus artigos 30, 31 e 32 apresentados abaixo:

Artigo 30 - Ordenamos que o escravo de um ou outro sexo que estiver ausente do serviço de seu senhor pelo tempo de quatro dias, lhe seja dado no tronco desta Cidade cinquenta chicotadas, e fique ali amarrado desde a dita execução até que o sol se ponha; e se estiver ausente mais de oito dias, uma légua de distância desta cidade, lhe seja dado cem chicotadas, e também se lhe aprisione com um peso e corrente de ferro ao pé, que ao todo tenha de peso doze libras, o qual traga descoberto pelo espaço de dois meses e não o tire, pena de duzentas chicotadas pela primeira vez, e pela segunda outras duzentas e trazer o dito peso pelo prazo de quatro meses, e no caso de tirá-lo seu senhor incorrerá na pena de cinquenta pesos, distribuídos por terças partes ao Juiz, ao denunciador e à Arca, e o dito negro tenha o peso até cumprir o referido tempo.

Artigo 31 - A qualquer negro ou negra que tenha se ausentado do serviço de seu senhor por menos tempo que quatro meses, e que não tenha andado com *cimarrones*, se lhe castigará com duzentas chicotadas pela primeira vez, e pela segunda será desterrado da Ilha, mas se tivesse acompanhado aqueles lhe sejam dadas cem chicotadas mais, sobre as ditas duzentas.

Artigo 32 - Ordenamos e mandamos que se algum escravo se ausentar do serviço de seu senhor e patrono mais tempo que seis meses, reunido a

³⁵ FRANCE, *Le code noir ou edit du Roy, servan de reglement pour le Gouvernement & l'Administration de Justice & Police des Isles Françaises de l' Amerique, & por la Discipline & le Commerce des Negres & Esclave dans ledit Pays. Donné à Versailles au mois de Mars 1685. Avec l' edit du mois d' Aoust 1685 portant établissement d'un Conseil Souverain & de quatre Sieges Royaux das la Coste de l' Isle de S. Domingue.* A Paris, au Palais: Chez Claude Girard, dans la Grand'Salle, vis-à-vis la Grand' Chambre : Au Nom de Jesus, 1735. Artigo 38, tradução nossa.

³⁶ Elaboradas em 1768, as ordenanças para os escravos, conhecidas como Código Negro espanhol, não foram aprovadas pelo Fiscal da Audiência de Santo Domingo, pois os juristas da colônia não conseguiram cotejar estas com as antigas leis espanholas que lhes serviram de base. Sobre o conteúdo do texto dessas ordenanças, Lucena Salmoral relata que: “[...]. El acuerdo es traslado al regidor don Antonio Dávila Coca y don José Campuzano, quienes lo redactaran teniendo a la vista las ordenanzas sobre el particular que existían en el archivo del Cabildo de Santo Domingo, que databan principalmente de la primera mitad del siglo XVI, así como al ‘milagroso’ Código Negro de la colonia vecina. Curiosamente dicho Código, el francés, se había elaborado consultando las mismas ordenanzas antiguas españolas de la primera mitad del siglo XVI, como ha indicado Sala-Molins, por lo que se cerró el círculo: Las ordenanzas españolas habían servido para hacer el Código de Versailles, y ahora se intentaba hacer un Código Negro español con el Código de Francia y las Ordenanzas de las que estaba influido”. LUCENA SALMORAL, Manuel. *Los códigos negros de la América Española*. 2ed. [Spain]: Ediciones UNESCO / Universidad Alcalá, 1996, p.28-29.

outros negros fugitivos, ou cometido algum outro delito grave, seja enforcado até que morra naturalmente³⁷.

Com base em distinções dos tipos de fuga escrava, como a explicitada nas ordenanças espanholas, convencionou-se classificar a *cimarronaje* em dois grandes grupos: as temporárias, denominadas pelos espanhóis de *cimarronaje pequeño* ou *cimarronaje simple* e pelos franceses de *petit marronage*; e as definitivas, conhecidas por espanhóis e franceses, respectivamente, como *gran cimarronaje* e *grand marronage*³⁸.

Gabino La Rosa Corzo, em seu estudo sobre a evasão escrava em Cuba, propôs uma terceira categoria específica para as quadrilhas de *cimarrones* que não se fixavam em lugares determinados, pois promoviam razias e buscavam refúgio em amplas regiões³⁹, tal como fazia, por exemplo, o grupo liderado pelo Cacique Enriquillo que habitou diferentes pontos da Serra do Baoruco e atacou várias localidades no sopé das montanhas. Gabriel Debien já havia mencionado anteriormente os bandos armados de escravos foragidos em seu estudo sobre a escravidão nas Antilhas francesas, embora não os reconhecesse como um tipo específico de *cimarronaje* por acreditar que grupos como estes fossem apenas uma manifestação intrínseca à *grand marronage*. Para Debien o terceiro tipo de *marronage* consistia em uma fuga prolongada que era, provavelmente, praticada por indivíduos antes de seu ingresso nos bandos de *cimarrones*⁴⁰.

A *petit marronage* se caracterizava pelas pequenas interrupções no cotidiano de trabalho, de apenas um dia ou até algumas semanas, as quais os escravos recorriam para: resolver questões pessoais (cobrar dívidas ou vender o produto de seu roçado); visitar parentes em diferentes plantações (prática comum durante os feriados cristãos); participar de batucadas, casamentos e outros meios de

³⁷ Capítulos de Ordenanzas dirigidas a establecer las más proporcionadas providencias así para ocurrir a la deserción de los negros esclavos, como para la sujeción y asistencia de estos. [Santo Domingo, 27 de abril de 1768] apud, *ibid.*, p.168-173, tradução nossa.

³⁸ DEBIEN, Gabriel. *Les esclaves aux Antilles françaises: XVIIe – XVIIIe siècle*. Basse-Terre: Société d'histoire de la Guadeloupe, 1974, p.412; DEIVE, op. cit., p.13-14.

³⁹ LA ROZA CORZO, Gabino. *Runaway Slave Settlements in Cuba: Resistance and Repression*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003, p.6-9.

⁴⁰ DEBIEN, op. cit., 424.

socialização; escapar dos maus-tratos de determinado senhor que se desejasse trocar; negociar melhores condições de vida; etc. Durante o período de ausência os escravos não costumavam se distanciar muito do local onde trabalhavam, permanecendo nos limites da plantação ou nas propriedades vizinhas. Sustentavam-se então com pequenos furtos, alguns trabalhos no campo e/ou na cidade, ou da troca de animais caçados por outros alimentos⁴¹.

Na visão geral das autoridades administrativas e senhores de escravo, a *petit marronage*, apesar de incômoda, não representava um grande perigo. Ela era apenas mais uma prova da natureza indolente do escravo e não necessariamente prenunciava a fuga permanente. Por essa razão, a *petit marronage* nem sempre foi punida com os rigores da lei, sobretudo, quando os escravos que se ausentavam do local de trabalho eram valiosos ou importantes, seja por suas habilidades, seja pela especificidade da função desempenhada por eles. Nesses casos em particular, o retorno voluntário do foragido costumava ser recompensado, como no exemplo dado por John Thornton do mestre de obras das minas de cobre de Cocorote na Venezuela, Pedro Quiroga:

[...] Quiroga era um fugitivo recorrente. Contudo, estava claro que ele não tinha a intenção de fugir definitivamente, pois deixava o local ou ia à cidade apenas por alguns dias ou algumas semanas, sempre retornando por sua própria vontade. Naturalmente, Quiroga possuía uma habilidade valiosa e bem o sabia. Os registros mostram que ele era mais vezes recompensado e bem recebido do que punido por sua ausência e, pelo menos para ele, elas eram uma forma de negociação⁴².

Assim, em sua explicação da *petit marronage*, Thornton observa que para muitos escravos tal tipo de fuga “assemelhava-se mais a uma greve moderna ou uma paralisação do trabalho do que a uma tentativa de obter a liberdade”⁴³. Algo que Carlos Esteban Deive entende como clara indicação de que essas ausências temporárias:

[...] não podem ser consideradas a expressão de um nível de consciência na luta de classes capaz de oferecer aos escravos possibilidades de

⁴¹ DEBIEN, op.cit., p.422; NAVARRETE, op.cit., p.22 e 44; PRICE, op.cit. p.3.

⁴² THORNTON, op.cit., p.361.

⁴³ Ibid., p.364.

libertação enquanto classe social. O fato que os senhores apenas demonstravam preocupação por esse tipo de ausências demonstra que as mesmas não representavam perigo para o setor dominante⁴⁴.

Dessa forma, ainda segundo Deive, a *petit marronage* não passa de “um simples delito, um vício inveterado ou, no máximo, uma falta que, se não for corrigida, pode se espalhar”⁴⁵.

Jean Fouchard discorda de tal interpretação, pois não vê a *petit marronage* como um tipo de fuga menor e de pouca importância. De fato, o historiador haitiano não crê que seja possível dividir a evasão escrava, de forma tão cartesiana, em *petit* e *grand marronage*. Porque, destaca ele, as ausências temporárias nem sempre se restringiam ao comportamento de indivíduos que buscavam apenas um dia de folga para descansar e se divertir ou um meio de barganhar melhores condições de vida, sendo praticada também pelos escravos que desejavam, sobretudo, ser livres. Fouchard lembra que:

[...] aprendemos que Macandal, Lamour, Dérance, and Goman, intrépidos *maroons* para dizer o mínimo, eram, frequentemente, acusados desse tipo de fuga aparentemente inofensiva, e que o temido líder *maroon* Boukman, o mais celebrado, o mais imaculado dos heróis *maroons*, constantemente fugia da *plantation* de seu mestre, Sr. Clement. Pode haver alguma dúvida que, durante o período de suas frequentes escapadas, Boukman já estivesse cultivando seu sonho de libertar seus irmãos da escravidão? Não foi por conta dessas “ausências” contínuas que ele conseguiu estabelecer a rede de cumplicidade e o cuidadoso plano da revolta geral tão bem concebida e realizada? Alguém pode acreditar que nas mentes de Macandal, Lamour, Dérance, Goman, e Boukman, todos reincidentes habitués nas evasões, que a *marronage* era *petit* ou *grand* [...]?⁴⁶

Reconhecemos que Macandal, Lamour, Dérance, Goman e Boukman precisam ser vistos como exceção entre os *marrons*, mas nem por isso o questionamento de Jean Fouchard sobre a validade da compartimentação da fuga escrava deixa de ser válido. Tal crítica nos remete a outra interessante polêmica, na qual Fouchard também esteve envolvido a cerca das reais motivações que levaram alguns escravos a se tornarem *marrons*. Segundo Carolyn Fick:

⁴⁴ DEIVE, op. cit., p.14, tradução nossa.

⁴⁵ Ibid., p.15, tradução nossa.

⁴⁶ FOUCHARD, op. cit., p.248-249, tradução nossa.

O sociólogo francês Yvan Debbasch, o eminente historiador Gabriel Debien, em seus diversos trabalhos sobre os sistemas de *plantation* nas colônias francesas do Caribe, e o historiador François Girod, adotaram a posição, de uma maneira ou outra e em variados graus, que estatisticamente falando o desejo por liberdade contava muito pouco entre as reais causas da *marronage*, pois tais causas que motivaram os escravos a escapar estavam, quase invariavelmente, relacionadas às condições da escravidão e raramente, ou nunca, tinham a ver com o elevado ideal de liberdade “europeu”. O historiador haitiano Jean Fouchard, por sua vez, contestou tal posicionamento explicando que embora os fatores relacionados à brutalidade das condições da escravidão tenham, de fato, contado muito, o que essencialmente motivou a *marronage* foi o desejo do escravo de escapar do cativeiro da escravidão em si e assim conquistar sua própria liberdade [...]⁴⁷.

Fick acaba por relativizar a discussão ao considerar a proposta de Leslie Manigat que não vê os dois pontos de vista como mutuamente excludentes, pois nada impede que os motivos levados em conta por Yvan Debbasch, Gabriel Debien e François Girod possam ter, de fato, deflagrado o desejo de liberdade defendido por Jean Fouchard⁴⁸. Liberdade esta que motivou os *marrons* — e aqui falamos, a despeito da crítica do próprio Fouchard, dos indivíduos que optaram pela *grand marronage* — a buscarem alternativas às relações de domínio visando à criação de um estilo de vida próprio que se pretendia ser “estrutural e socialmente de uma ordem mais elevada do que aquele ao qual foram submetidos enquanto pessoas escravizadas”⁴⁹. Com o propósito de alcançar esse novo estilo de vida os escravos fugiam permanentemente para fundar ou se juntar a uma comunidade livre, muito embora em certos casos, sobretudo nas evasões individuais, alguns deles preferissem ir para as cidades onde poderiam viver ocultos em meio à constante circulação de cativos e libertos.

A *grand marronage* proporcionava, portanto, a possibilidade de saída da existência cativa, representando, ao contrário da *petit marronage*, um perigo real para as sociedades escravocratas. Por esse motivo, a *grand marronage* foi temida sendo qualificada como “uma sedição e um crime que deveria ser combatido com todo o rigor e sem compaixão, usando para isso todas as armas ao alcance”⁵⁰.

⁴⁷ FICK, op.cit., p.6, tradução nossa.

⁴⁸ Ibid, p.7.

⁴⁹ THOMPSON, op. cit. p.57.

⁵⁰ DEIVE, op. cit., p.15, tradução nossa.

Além da pena de morte prevista para os casos de *marronage*, como visto anteriormente, as autoridades coloniais tentaram conter a proliferação de comunidades *marrons* com a promoção de expedições militares de apresamento. O quilombo dos Palmares, por exemplo, foi atacado por diversas vezes antes de ser derrotado por um contingente massivo de combatentes, conforme descreve Silvia Lara:

O exército de 1694, que venceu Palmares em pouco menos de um mês, contava com cerca de 6 mil homens: o terço chefiados pelo mestre-de-campo paulista Domingos Jorge Velho, mais 3 mil recrutados entre os moradores de Olinda, Recife e vilas vizinhas, outros 1500 vindos das Alagoas, além de voluntários e “pessoas principais e ordenanças” de várias vilas próximas aos Palmares. Para destruir os mocambos da serra da Barriga, que teimavam em se reerguer constantemente depois de declarados exterminados, mais uma vez juntaram-se tropas locais, auxiliadas por grupos experimentados nas lutas nos sertões, somaram-se esforços dos senhores, das câmaras locais e do governador numa expedição de aniquilamento⁵¹.

Mas tal subterfúgio, contudo, nem sempre foi bem-sucedido, pois muitas das expedições organizadas ao longo das Américas não foram tão grandiosas como a anteriormente descrita. Alvin Thompson comenta que algumas dessas expedições falharam porque não se mantinha segredo sobre as incursões aos *manieles* e antes mesmos que as tropas fossem totalmente reunidas, algo que às vezes demorava meses, os *marrons* já haviam mudado de refúgio. Outro ponto destacado por Thompson foi a inadequação das estratégias de combate ocidentais adotadas pelos soldados que, pensadas para a batalha em campo aberto, não eram tão eficazes quanto as táticas de guerrilha dos *marrons*, influenciadas pelas técnicas militares africanas adaptadas para diversos tipos de enfrentamento⁵².

De um modo geral, os transtornos causados pelos *marrons* estavam relacionados aos prejuízos resultantes da redução da mão de obra nas *plantations* e dos furtos praticados para suprir as necessidades das comunidades *cimarronas*. Porém, em

⁵¹ LARA, Silvia Hunold. “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.86.

⁵² THOMPSON, op. cit. p.146. John Thornton discorre sobre as citadas técnicas militares africanas ao analisar o impacto destas na Revolução Haitiana, para informações mais detalhadas ver: THORNTON, John Kelly. “African Soldiers in the Haitian Revolution”. *Journal of Caribbean History*, v.25:1 and 2, 1991, p.58-79.

alguns casos, a *grand marronage* não era temida apenas pelos atos de depredação cometidos, mas por representar em si uma forma viável de abalar profundamente ou, em casos extremos, destruir as estruturas de poder escravistas. Carolyn Fick observou que na literatura e na correspondência administrativa, sobretudo nas duas décadas que antecederam a revolução na colônia de Saint Domingue, era possível perceber que a *marronage* não era vista somente como o desejo do escravo de se tornar uma pessoa livre, sendo considerada também uma força que se não fosse combatida poderia destruir a colônia⁵³.

É preciso aqui abrir parênteses para reconhecer que a Revolução Haitiana foi um acontecimento histórico *sui generis* na história da escravidão e para mencionar rapidamente que o papel desempenhado pela *marronage* na revolução ainda é matéria de discussão. Durante o processo de construção da identidade nacional haitiana no século XX, a imagem do *marron* foi elevada a de herói libertário, sendo a *marronage* interpretada, neste âmbito, como germen da Revolução Haitiana. Influenciados por tal contexto, alguns autores haitianos, como Jean Fouchard e Leslie Manigat, retrataram a *marronage* como o fenômeno que deflagrou e estruturou a revolta escrava de 1791 que deu início à Revolução Haitiana. Debien, no entanto, questiona interpretações como as de Fouchard e Manigat que não levaram em conta a distinção feita pelos contemporâneos entre os *marrons* e os escravos insurgentes. Carlos Esteban Deive, por sua vez, não acredita que seja possível afirmar que a *cimarronaje* tenha gerado uma consciência política, revolucionária e nacionalista. Mais recentemente, Carolyn Fick, em sua análise sobre a Revolução Haitiana, pondera que a *marronage* foi um dentre outros fatores que tornou possível a revolução. Já no que se refere à revolta negra de 1791, a historiadora defende que a mesma foi organizada tanto por indivíduos de fora quanto de dentro do sistema escravista⁵⁴.

⁵³ FICK, op.cit., p.50.

⁵⁴ BÉCHACQ, Dimitri. “Les parcours du marronnage dans l’Histoire Haïtienne: Entre instrumentalisation politique et réinterprétation sociale”, *Ethnologies*, v.28, n.1, 2006, p.203-240; DEBIEN, op. cit., apud FICK, op.cit.p.6; DEIVE, op. cit., p.16; FICK, op. cit., p.237-250; FOUCHARD, op. cit., p.289-300; MANIGAT, Leslie F. “The Relationship Between Marronage and Slave Revolts e Revolution in ST.Domingue-Haiti”. In: RUBIN, Vera; TUDEN, Arthur (orgs.). *Comparative Perspectives on Slavery New World Plantation Societies*, v.292, 1977, p.420-438.

De acordo com John Thornton, “apesar de os observadores europeus ocasionalmente pensarem que os fugitivos estavam procurando expulsar os colonos, e até colocando tais termos em suas [dos escravos] bocas”, é pouco provável que a intenção da maioria dos *marrons* fosse essa. Salvo claras exceções, como por exemplo a revolta escrava de Espanhola de 1522, cujo propósito parece ter sido, de fato, a tomada da cidade e a expulsão dos espanhóis, ao que tudo indica o objetivo principal dos *marrons* era mesmo estabelecer suas comunidades⁵⁵.

O estudo das comunidades 'cimarronas'

As comunidades erigidas pelos escravos que buscaram se libertar do controle das sociedades americanas escravocratas, geralmente, eram assentamentos de base agrícola localizados em regiões inóspitas do Novo Mundo, tais como: os pântanos isolados do sul dos Estados Unidos, os *canyons* profundos da Jamaica, a alta cordilheira central da Ilha de Espanhola e as densas florestas das Guianas. A quase inacessibilidade proporcionada por tais ambientes era um trunfo arduamente conquistado entre os diferentes mecanismos de defesa adotados pelos *marrons* que iam das táticas de guerrilha, anteriormente mencionadas, às técnicas de arquitetura militar, como a construção de paliçadas no entorno do povoado que deram origem ao nome *palenque*, um dos termos utilizado pelos espanhóis para denominar as comunidades *cimarronas*.

O distanciamento destas comunidades das *plantations* e das cidades, porém, não significou necessariamente o total isolamento dos *marrons* que, em diferentes contextos, se relacionaram social e economicamente com “escravos, grupos indígenas, vendeiros, negociantes, pequenos proprietários e eventualmente até fazendeiros: personagens que acabaram se tornado, em medidas diversas, seus cúmplices”⁵⁶. A diversidade marcou também a composição das comunidades

⁵⁵ THORNTON, John Kelly. *África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier / Campos, 2004, p.367-368.

⁵⁶ SLENES, Robert W. “O escravismo por um fio?”. In: GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora UNESP / Editora Polis, 2005, p.15-16.

marrons que reuniu indivíduos de variadas origens e combinou tradições africanas, ameríndias e europeias para criar uma lógica cultural própria.

O interesse pelas comunidades *cimarronas* vem crescendo entre os historiadores da escravidão que nas últimas décadas têm analisado esse fenômeno nos dois lados do Atlântico e mesmo no Índico. Todavia, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos estudiosos se relaciona diretamente às fontes necessárias ao desenvolvimento das pesquisas que, quase em sua esmagadora totalidade, foram produzidas pelos setores dominantes das sociedades escravocratas. No caso específico das comunidades de escravos foragidos, a documentação, usualmente, resulta da observação de viajantes ou das ações repressoras promovidas pelo governo e pelos proprietários de escravos que eram atormentados pela atuação *cimarrona* e pelo temor de sublevações negras.

Embora estas fontes reproduzam os padrões culturais do Ocidente escravista, que classificavam os negros no mais baixo grau de humanidade⁵⁷, elas não podem, simplesmente, ser ignoradas, pois isso inviabilizaria a compreensão das comunidades *marrons* e, em última instância, qualquer investigação histórica que se debruce sobre sociedades não-brancas. Assim, cabe ao historiador perscrutar criticamente os documentos e identificar o contexto de sua produção buscando indícios⁵⁸ dos indivíduos ocultados atrás de múltiplas camadas de discurso dominante, ou seja, cumprir o que João José Reis e Flávio Gomes chamaram de bê-á-bá do historiador:

[...] embora a história contada por essas fontes [as produzidas por indivíduos externos às comunidades de escravos foragidos e, invariavelmente, membros das forças repressoras] seja problemática [...], nem por isso deve o pesquisador desistir de investigar a história dos

⁵⁷ Em *Silencing the Past: Power and Production of History*, Michel-Rolph Trouillot faz uma clara exposição sobre a construção da ideia de homem ocidental que marginalizou todas as sociedades não-brancas, principalmente, as africanas. TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and production of History*. Boston: Beacon Press, 1995, p.70-107.

⁵⁸ E aqui chamamos a atenção para o paradigma indiciário analisado por Carlo Guinzburg em *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário* que fundamenta uma metodologia interpretativa aplicável aos estudos históricos, na qual pistas, sinais ou indícios ajudam a decifrar fenômenos da realidade. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 2ª edição. São Paulo: Companhia da Letras, 1989, p.143-275.

quilombos. O mais sensato é cumprir o bê-á-bá do historiador, lendo criticamente os documentos, identificando as circunstâncias e as intenções dos escribas, o que se esconde nas entrelinhas, explorando pequenos indícios, tentando mesmo ouvir os silêncios. Enfim, é aconselhável não se render aos documentos da repressão, mas usá-los como armas que podem abrir o caminho para a história dos escravos em fuga⁵⁹.

No entanto, segundo os sobreditos autores, as fontes representam apenas um dos problemas intrínsecos aos estudos das comunidades de escravos fugidos, pois outras questões teórico-metodológicas são tão ou mais complicadas. Questões estas presentes nas diferentes abordagens da *cimarronaje* fundamentadas em matrizes interpretativas variadas.

Em *História de Quilombolas*, Flávio Gomes, baseado nas categorias utilizadas por João José Reis em sua análise dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia, propõe uma classificação das diferentes investigações produzidas acerca dos quilombos brasileiros em duas correntes: *materialista* e *culturalista*.

Segundo Gomes e Reis, as interpretações com um viés *materialista*, influenciadas pelo pensamento marxista, buscavam analisar a constituição das comunidades de escravos foragidos segundo a perspectiva da luta de classes no interior das sociedades escravistas. Sob esse ângulo, os atos de resistência dos quilombolas foram considerados “a negação do regime de cativo por meio da criação de uma sociedade alternativa livre” que se manteve isolada à margem do mundo escravista. Por sua natureza rebelde, os quilombolas teriam maior clareza sobre a sua condição social antes da fuga, porém esta percepção não foi suficiente para que eles atingissem o “nível de consciência de classe necessário para [...] propor a destruição do regime escravocrata como um todo”⁶⁰. De tal maneira, por exemplo, julgou Carlos Esteban Deive quando defendeu a impossibilidade dos *cimarrones* terem desenvolvido uma consciência política, revolucionária e nacionalista. Sobre isso o autor comenta que:

[...] a subordinação econômica, jurídico, política e sociocultural na qual estão imersos os escravos não lhes permite nenhuma possibilidade de

⁵⁹ REIS e GOMES, op. cit., p.10.

⁶⁰ Ibid, p.13.

chegar, como classe social, a um entendimento elaborado e crítico de sua situação. O estado de dependência, assim como os valores e padrões de comportamento impostos pela classe dominante criados e recriados ao longo de um processo sutil, mas consciente de aculturação e socialização, lhes impedem de alcançar uma inteligência política de sua alienação e de sua luta revolucionária⁶¹.

Ainda de acordo com Gomes e Reis, para as interpretações com um viés *culturalista*, por sua vez, os quilombos resultavam de “uma resistência à *aculturação* europeia a qual eram submetidos os escravos nas senzalas”. Tem-se então a compreensão dos quilombos enquanto “projeto restauracionista, no sentido de que os fugitivos almejavam restaurar a África neste lado do Atlântico”. Assim, tanto quanto a corrente *materialista*, as análises *culturalistas* haviam concebido os quilombos quase fora do sistema escravista, como uma “comunidade isolada e isolacionista que pretendia recriar uma África pura [romantizada] nas Américas”⁶².

No âmbito das Américas, os estudos sobre as comunidades *cimarronas* se tornaram ainda mais complexos na medida em que se desenvolveu o debate sobre as experiências africanas e afro-americanas no Mundo Atlântico que, inicialmente, foram tratadas sob um prisma unidirecional (da África em direção às Américas) de permanências e rupturas historicamente descontextualizadas. Essa perspectiva fundamentou dois modelos interpretativos que estiveram no centro de grande celeuma acerca da origem das culturas afro-americanas: um relacionado à ideia de criouliização, ou seja, de transformação das culturas africanas diante das condições escravistas americanas; e o outro baseado na concepção afrocêntrica, ou seja, que defende uma continuidade das tradições africanas nas Américas⁶³.

À parte dessa polêmica, outra linha interpretativa buscou adotar um meio-termo entre os dois modelos expostos, historicizando os diferentes contextos de transformação, sobretudo mas não exclusivamente, socioculturais, partindo do

⁶¹ DEIVE, op. cit., p.16.

⁶² REIS e GOMES, op. cit., p.11.

⁶³ Sobre esses dois modelos interpretativos da cultura afro-americana, ver, entre outros: MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. O nascimento da cultura afro-americana: Uma perspectiva antropológica. Tradução. Rio de Janeiro: Palla, UCAM, 2003; PRICE, Richard. “O milagre da criouliização: Retrospectiva”. Estudos Afro-Asiáticos, v.25, n.3, 2003, p.383-420; THORNTON, John Kelly. *África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier / Campos, 2004.

pressuposto que o Atlântico é um espaço de natureza circular (da África em direção às Américas e das Américas em direção à África) propício aos contínuos processos de criouliização e/ou reafricanização pelos quais passaram africanos e afrodescendentes que, direta ou indiretamente, foram afetados pelo comércio transatlântico de escravos⁶⁴.

Influenciadas por essa perspectiva atlântica e pelas mudanças nos estudos sobre a escravidão e a pós-emancipação ocorridas nas últimas décadas, a historiografia contemporânea acerca das comunidades de escravos foragidos conheceu um desenvolvimento expressivo que resultou na ampliação dos modos de compreensão desse fenômeno histórico. A investigação agora se estende por aspectos os mais variados que abrangem desde os tipos de comunidades criadas pelos *marrons*, considerando as relações — de poder, afetivas, de gênero, etárias, etc., bem como as práticas — culturais, econômicas, políticas, religiosas, etc.— internas inerentes à vida em sociedade; passando pelas formas de interação dos *cimarrones* com o mundo exterior por meio de redes de intercâmbios socioeconômicos que podiam envolver escravos, forros, grupos indígenas, pequenos comerciantes e proprietários, além de, ocasionalmente, até mesmo fazendeiros; e pela compleição da cultura quilombola pensando, particularmente, as rupturas, as continuidades e as reelaborações das matrizes africanas; chegando, por fim, ao impacto — social, político, econômico, etc. — da *cimarronaje* no regime escravista⁶⁵.

É segundo essa renovada interpretação das comunidades *cimarronas* que buscaremos aqui analisar o *maniel* de Neiba e seu processo de redução.

⁶⁴ Para uma visão ponderada dos modelos interpretativos citados na nota anterior, ver, entre outros: BERLIN, Ira. "From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America". *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v.53, n.2, apr. 1996, p.251-288; MILLER, Joseph C. "Restauração, reinvenção e recordação: Recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil", *Revista de História do Departamento de História – FFLCH / USP*, n.164, jan./jun. 2011, p.17-64.

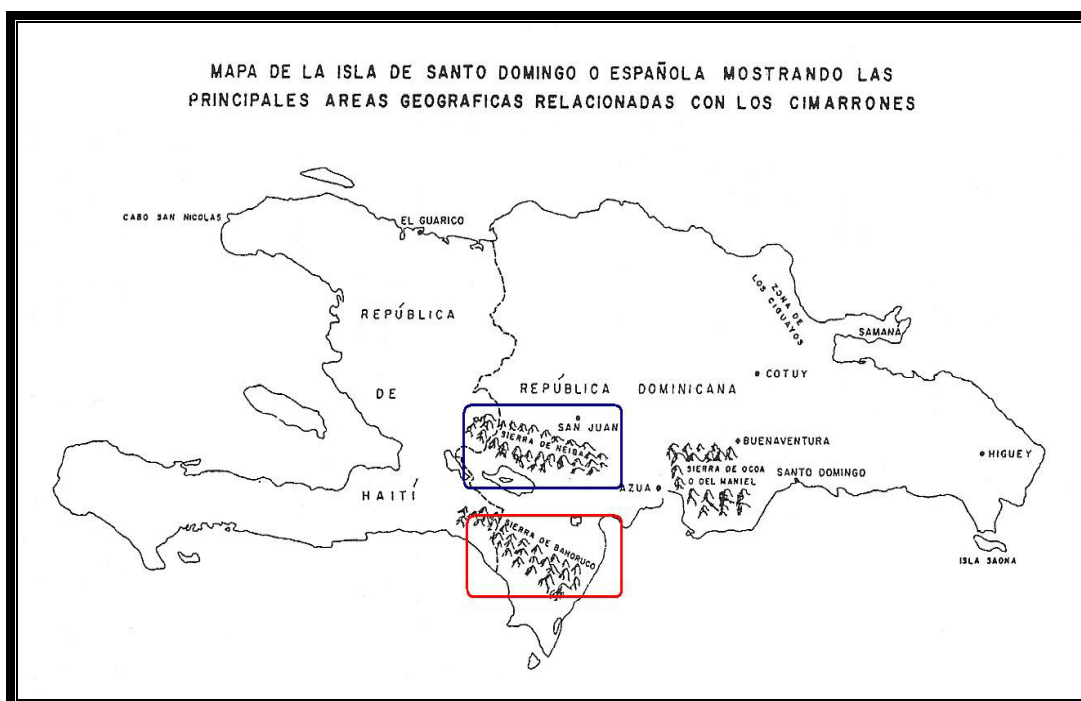
⁶⁵ Para uma amostra da recente produção historiográfica sobre as comunidades de escravos foragidos consulte a coletânea de artigos *Liberdade por um fio* organizada por João José Reis e Flávio Gomes, além dos trabalhos de Eurípedes Funes, Flávio Gomes, Gabino La Roza Corzo, Jane Landers, Sílvia Lara, Maria Cristina Navarrete e Alvin Thompson relacionados na bibliografia dessa dissertação.

Capítulo I

No interior do *maniel* de Neiba

A Serra do Baoruco e seus 'manieles'

A origem do *maniel* de Neiba é incerta, em grande medida porque a Serra do Baoruco (Bahoruco para os franceses), região onde este foi construído, abrigou diferentes comunidades *cimarronas* enquanto subsistiu a escravidão na Ilha de Española. Outro fator que dificulta a construção da genealogia do *maniel* de Neiba é uma certa imprecisão nos relatos sobre a *cimarronaje* na cordilheira centro-sul da ilha que, por vezes, confundem duas regiões distintas de concentração *cimarrón*, a Serra do Baoruco e a Serra de Neiba, destacadas em vermelho e azul, respectivamente, no mapa abaixo elaborado por Manuel A. García Arévalo⁶⁶.



⁶⁶ GARCÍA ARÉVALO, Manuel. "El maniel de Joselita: Evidencias arqueológicas de un posible asentamiento cimarrón e la región sudoriental de la Isla de Santo Domingo". In: ARRÓM, José Juan; GARCÍA ARÉVALO, Manuel A. *Cimarrón*. Santo Domingo / República Dominicana; Ediciones Fundación García-Arévalo, 1986, p.33-88.

As primeiras notícias sobre *cimarrones* nas montanhas do Baoruco se referiam ao bando de índios e africanos liderados pelo Cacique Enriquillo que, durante as três primeiras décadas do século XVI, aterrorizou os colonos espanhóis⁶⁷. É pouco provável, no entanto, que o *maniel* de Neiba tenha alguma ligação com este bando, pois o Baoruco *Viejo*, como ficou conhecido o assentamento de Enriquillo, não manteve ligações, ao que tudo indica, com as comunidades que o sucederam na segunda metade do século XVI, denominadas genericamente pelo nome de *manieles* do Baoruco.

Em 1578, um desses *manieles* tinha, segundo cálculos do ouvidor de Santo Domingo, cerca de 300 escravos que haviam abandonado os engenhos e o serviço doméstico. Sobre os *cimarrones* do Baoruco, em fins do século XVI, Veja Portocarrero, Governador de Santo Domingo, observou que estes eram cerca de uns 500 indivíduos que habitavam seus *manieles* por mais de 40 anos. Tempos depois, já no final do século XVII, o arcebispo da colônia espanhola, Cuevas Maldonado, comentou que, de acordo com alguns rumores, existiam na Serra do Baoruco quatro refúgios de escravos foragidos⁶⁸.

Já nas incursões realizadas, entre 1715 e 1717, ao Cabo Beata, no extremo sul da Serra do Baoruco, franceses e espanhóis tiveram notícia de uma grande comunidade *cimarrona* localizada a dez léguas de onde estavam e na qual só se poderia chegar pelo mar. Pouco depois, no ano de 1719, um das expedições ao Baoruco teve sucesso ao capturar o líder *cimarrón* Miguel ou Michel, “alma da resistência nas montanhas”, que poderia ter sido um dos primeiros chefes do *maniel* de Neiba velho⁶⁹.

'Maniel viejo' e a origem do 'maniel' de Neiba

⁶⁷ FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias: Islas y tierra firme del mar Océano*. Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851, v.1, p.140-158.

⁶⁸ DEIVE, Carlos Esteban. *Los guerrilleros negros: Esclavos fugitivos y cimarrones en Santo Domingo*. Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1989, p.43-50 e 84.

⁶⁹ *Ibid.*, p.127-142.

Segundo Carlos Esteban Deive, a comunidade *cimarrona* combatida pelos europeus, a partir da segunda década do século XVIII, era o *Maniel Viejo*, destruído, em 1768, por Manuel de Azlor y Urríes, Governador de Santo Domingo. Este reuniu alguns homens da tropa e milícias da vila de Neiba e rumou para as montanhas do Baoruco onde, apesar de não ter conseguido aprisionar mais que sete negros devido à fuga em massa dos *cimarrones*, incendiou completamente o povoado abandonado, conforme a carta, de 26 de março de 1768, escrita por Azlor y Urríes para Julián de Arriaga, Secretário da Marinha e das Índias:

Exmo. Senhor

Meu senhor: No dia 3 do corrente regressei a esta capital da visita à parte sul desta ilha, a que faltava para a conclusão da viagem por toda a ilha, segundo a real vontade de Sua Majestade [...].

O testemunho que acompanha [esta carta] do conselho que celebri na vila de Neiba com os oficiais de tropa e milícias que me acompanharam no despejo e apreensão dos negros *cimarrones* refugiados e estabelecidos nas montanhas entre a dita vila e o vale de San Juan informará a Vossa Excelência de tudo praticado por mim para conseguir feliz êxito e a respeito do que nas ditas diligências se expõe por extenso todo quanto ocorreu para informar a Sua Majestade, omito duplicá-lo nessa representação e suplico a Vossa Excelência se sirva colocá-lo em sua real notícia, como também que não duvido que os negros *cimarrones* que fugiram sejam apreendidos mediante as providências e precauções tomadas para seu segmento, ficando destruídas e queimadas as duas populações que tinham, não havendo ficado lugar seguro para poder se estabelecer de novo pela prática e conhecimento que a tropa e milícia tem daqueles terrenos (antes ignorados) [...].

[...]

Estão na cadeia desta cidade, bem seguros, os setes negros *cimarrones* apreendidos e, não obstante tenha sido procurado por todos os meios possíveis, assim de igualdade como de rigor, saber deles o modo de vida que tinham e o paradeiro de seus outros companheiros, me tem sido mal sucedidas as diligências, pois é tanta a sua brutalidade que não se pode tomar a mais mínima razão de quando dizem e espero a real resolução da Sua Majestade para o que deve executar com eles.

[...] ⁷⁰.

A documentação consultada por Deive revela que ao abandonarem o *Maniel Viejo* os *cimarrones* fundaram uma nova comunidade, não havendo dúvida, conforme o

⁷⁰ Carta del Gobernador Manuel de Azlor a Julián de Arriga. Santo Domingo, 26 de marzo de 1768, tradução nossa.

autor, que esta fosse o *maniel* de Neiba⁷¹. Os *cimarrones* foram obrigados a mudar porque após a incursão de 1768 os espanhóis passaram a conhecer a localização exata do assentamento, algo que Manuel de Azlor y Urríes descreve em sua carta como um dos felizes êxitos que Julián de Arriaga precisava levar ao conhecimento de Carlos III.

No que se refere à origem do *maniel* de Neiba, Martín Lienhard não chega a concordar ou discordar de Deive porque não teve acesso a toda documentação trabalhada pelo historiador dominicano. Porém ele observa que é possível inferir que os membros do *maniel* de Neiba estavam juntos desde a primeira metade do século XVIII, uma vez que, em 1783, o *cimarrón* Santiago, citado por Moreau de Saint-Mery, comenta viver na comunidade há quase 50 anos⁷². Não se pode negar, contudo, que tal observação corrobora com a hipótese de Deive sobre a origem do *maniel* de Neiba.

Baoruco: Refúgio 'cimarrón' ideal

A mudança de uma localidade para outra na Serra do Baoruco demonstra a peculiaridade dessa região que os europeus não logram conquistar devido a sua geografia ímpar, a qual os *cimarrones* souberam explorar ao seu favor por séculos. Na introdução da coletânea de textos sobre as comunidades *maroons* nas Américas, Richard Price aponta que, para ser viável, *manieles*, quilombos ou *palenques* tinham que ser quase inacessíveis e, portanto, deveriam ser estabelecidos em áreas inóspitas. Price chama a atenção, igualmente, para o fato de que esses ambientes extremos eram inóspitos não somente para as tropas de apresamento, mas também para os próprios fugitivos. E que as comunidades *maroons* bem-sucedidas foram aquelas que aprenderam rapidamente a transformar as condições ambientais adversas garantindo assim sua sobrevivência⁷³.

⁷¹ DEIVE, Carlos Esteban. *Los cimarrones del maniel de Neiba: Historia y Etnografía*. Santo Domingo: Banco Central da República Dominicana, 1985, p.105.

⁷² LIENHARD, Martín. *Desidentes, rebeldes, insurgentes: Resistencia indígena y negra en América Latina ensayos de historia testimonial*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2008, p.84.

⁷³ PRICE, Richard (ed.). *Maroon Societies: Rebel Slaves Communities in the Americas*. Baltimore / London: The Johns Hopkins University Press, 1979, p.5-6.

A dificuldade de acesso imposta pelo ambiente encontrado nas montanhas do Baoruco fica explícita no relato da viagem realizada pela comissão franco-espanhola que, em maio de 1785, foi criada pelos governadores das colônias da Ilha de Española para reconhecer a região do Baoruco e visitar a comunidade *cimarrona* para dar continuidade às negociações de redução pacífica dos negros. Nesse relato, a dita comissão, formada em sua maioria por militares, mostra em detalhes, alguns até intrigantes como as marcações de tempo e localização, o caminho que devia ser percorrido para adentrar nas terras do *maniel* de Neiba, como segue abaixo na reprodução integral da descrição da viagem:

[...]

Maio 10

Às 5:30 da tarde do expressado dia nos pusemos em marcha o Sr. D. Luis de Chaves y Mendoza, M. Juan María Demarates, comissionados por seus respectivos generais para a civilização dos negros; o Dr. D. Juan de Bobadilla, pároco da vila; D. Antonio Pérez, escrivão real e eu [Antonio Ladín de Guevara], e tomando o rumo dos caminhos que atravessam a saída para o descampado, seguimos, guiados por um prático, até chegar num rancho chamado de Estrela, que dista uma hora de caminhada a passo regular e se encontra ao final das plantações de cana que protegem a vila e do descampado grande que fica entre ela e o rio de mesmo nome.

Aqui paramos, dando tempo para reunirmos com as cargas que conduziam os viveres e criados e as 7 marchamos no mesmo passo, quatro horas. Rumo ao sudeste, chegamos a Cristóbal, rancho situado a noroeste da lagoa de mesmo nome ou do pesqueiro que forma o rio de Neiba [...].

Às 4:47 da manhã, chegando um negro do *Maniel* por prático, dirigimos a marcha para su-sudeste diretamente para umas montanhas situada nesta direção, a mais alta que se oferece à vista deste dito rancho; passamos uma plantação de cana próxima e saímos às oito para uma terra plana com arbustos [...] e pequenos descampados limpos. Às 8:30 começamos a subir pequenas elevações no terreno sem, claro, variação sensível do rumo. Às 9:07 chegamos a um riacho chamado Naranjo, que segue seu curso noroeste pela parte leste da grande montanha, de baixo fluxo, curso lento e águas boas. Suas margens estão cobertas de montes frescos onde passamos as horas rigorosas do dia, ainda que incomodados por uma grande praga de mosquitos.

Às 3:38 da tarde, deixando o córrego a leste, seguimos para o sul por um monte claro e seco, sopé da dita montanha, primeira de uma cordilheira delas, que se encontram no su-sudoeste, e imediatamente nós fomos adentrando um vale estreito coberto pelo mesmo monte, e às 4:10 chegamos ao ponto mais estreito do vale, que é um desfiladeiro entre a dita montanha e outra do lado leste de quase igual e inacessível altura. Às 4:15 terminamos este subindo suavemente uma pequena elevação quando caímos num outro vale estreito, e logo seguimos ao lés-sudeste, subida suave, monte claro, seco e pedregoso.

A pouca distância o rumo foi alterado para o sul que conduz a oeste da dita cordilheira de montanhas. Às 6 chegamos à margem de um grande vale que costeamos pelo oeste dele e imediatamente surgiu no caminho um precipício de assombrosa e perpendicular altura, sendo preciso em algumas partes passar à distância de dois pés de sua margem com horror dos que olhavam sua profundidade. Às 6:25, descendo com lentidão, chegamos ao firme do vale estreito, que seguimos, se ampliando este num vale coberto do mesmo monte claro e seco. Às 6:40 seguimos o rumo do sudeste. Às 7:30 entramos em um outro vale, que costeamos no mesmo rumo por um de seus lados, onde encontramos alguns pontos ruins mas de pouco perigo por não ser de profundidade. Às 7:45 da noite paramos, onde passamos a noite com maior aperto e os cavalos amarrados em um arbusto porque o terreno não oferecia nenhuma grama, sendo bastante pedregoso.

Dia 12

Às 5:48 da manhã, com o rumo ao sul, seguimos o dito vale estreito, se ampliando em algumas partes, até 6:15, quando começamos a subir uma elevação bastante violenta de altura. Em seu cume encontramos um monte fresco, ameno e frondoso. Imediatamente chegamos a um vale coberto do mesmo monte, a maior parte palmeiras, alguns pinheiros e outras árvores muito altas. Variava o rumo por instantes aos ventos do sul porque o caminho segue os claros que franqueiam o monte, mas logo volta ao rumo principal. Às 7:15 paramos no lugar chamado de Auyamas por neste lugar se achar algumas plantas destas sendo um vale cercado por montanhas altíssimas. Aqui existe três ranchos mal construídos e cobertos, lugar de caçadores, suficiente para fazer sombra a quem se acolhesse neles mas muito fraco em água. Aqui almoçamos e esperamos a carga de viveres, que não havia podido seguir no dia anterior. Às 9:40 seguimos o caminho pelo vale coberto do mesmo monte com o rumo su-sudeste. Às 10:05 chegamos ao bananal, que é um rancho de caçadores como o anteriormente mencionado, onde se encontravam algumas plantas desta espécie. Seguimos o mesmo rumo e com um quarto de légua deixamos o caminho do *Viejo Maniel*, que segue para su-sudoeste e tomamos um outro a sudeste que nos informou o práctico ser o caminho mais reto e por conseguinte o mais curto, assegurando-nos que por este caminho chegaríamos no mesmo dia ao *Maniel*, o que era impossível pelo o outro. Às 11:00 com rumo ao sul, começamos a subir um vale pedregoso e de difícil acesso por ser muito íngreme onde foi preciso seguir a pé porque os cavalos não podiam seguir pela encosta sem cair muitas vezes, ainda que conduzidos sem cavalheiros e com maior cuidado. Às 11:15 chegamos ao fim do dito vale, todos extremamente cansados, e seguimos a cavalo subindo para su-sudeste, uma grande montanha cuja altura vencemos às 12:50. Seguimos o mesmo rumo descendo pela parte oposta da elevação com muito risco por ser ela muito íngreme. Seguimos pelo fundo do vale, onde encontramos dificuldades por ser o terreno pedregoso e lodaçal, sendo muito estreita e cercada com troncos grossos que atravessavam e impediam a caminhada, de tal sorte que seguimos a pé por não conseguir passar com os cavalos porque caíram os primeiros com risco de dano e foi preciso para os que seguiam abrir caminho com facão por onde passamos com trabalho. Imediatamente começamos a subir outra elevação rumo ao sul, terreno difícil, monte alto, cercado de samambaias, bastante íngreme, que se venceu grande parte a pé. À 1:00 chegamos ao sul do cume e seguimos para o sopé dele ao su-sudeste. Às 1:30 paramos num pântano ou banho de porcos, onde matamos a sede que nos fatigava com um pouco de água lamacenta que coletamos de uma pequena poça que havia em suas margens. Lá esperamos para nos reunirmos por termos nos

dispersado pelos impedimentos do caminho. Às 2:00 seguimos a marcha aos rumos su-sudeste e su-sudoeste repetindo as subidas e descidas de quatro montanhas bem frondosas e íngremes, nas quais foi preciso atravessar grande parte delas a pé, pela altura dos montes e a estreiteza da senda, sendo a última tão alta que em, sua descida gastamos 50 minutos na qual experimentamos muitíssimo cansaço e continuado risco porque a esquerda era um escarpado monstruoso e a direita um precipício cujo fundo a vista não alcançava.

Aqui o sofrimento aumentou porque embora tenhamos todos decido a pé nos sustentando com bastões e com muita atenção, não nos livramos de repetidas quedas porque pisávamos em falso e descíamos rolando a encosta, cujo piso era lodoso e em partes menos íngreme, sendo a condução dos cavalos um afã contínuo porque resistiam em muitas partes e era preciso bater neles não sem o risco de que caíssem. Ao por do sol chegamos ao fundo de um vale estreito e pedregoso, fim da antecedente descida e início da subida a altura onde estava situado o *Maniel*. Aqui foi preciso recobrar um pouco o fôlego perdido para empreender a última dificuldade. Pelo mesmo vale teríamos que subir e não parecia poder empreender isso sem certa temeridade. Apresentava-se à vista um desfiladeiro escarpado e estreito entre elevações cobertas de bosques e quase perpendiculares. O caminho ou senda, um contínuo precipício de grandes perdas firmes que não podiam ser superadas sem o auxílio das mãos e com difíceis passos, que só se podia subir um por um e bem separados para proteger os últimos do risco que pudera ocasionar-lhes a queda dos primeiros. Com infinito trabalho começamos a subir a encosta rumando para o oés-sudoeste às 14, continuando inacessível, terminamos a subida por uma senda muito inclinada, cheia de lodo, que estava à direita rumo ao nor-noroeste. Continuamos depois por um terreno curto cheio do mesmo lodo, a su-sudeste, saindo do vale anterior; logo se apresentou outra curta subida mas muito íngreme e entramos no *Maniel* às 7.

[...] ⁷⁴.

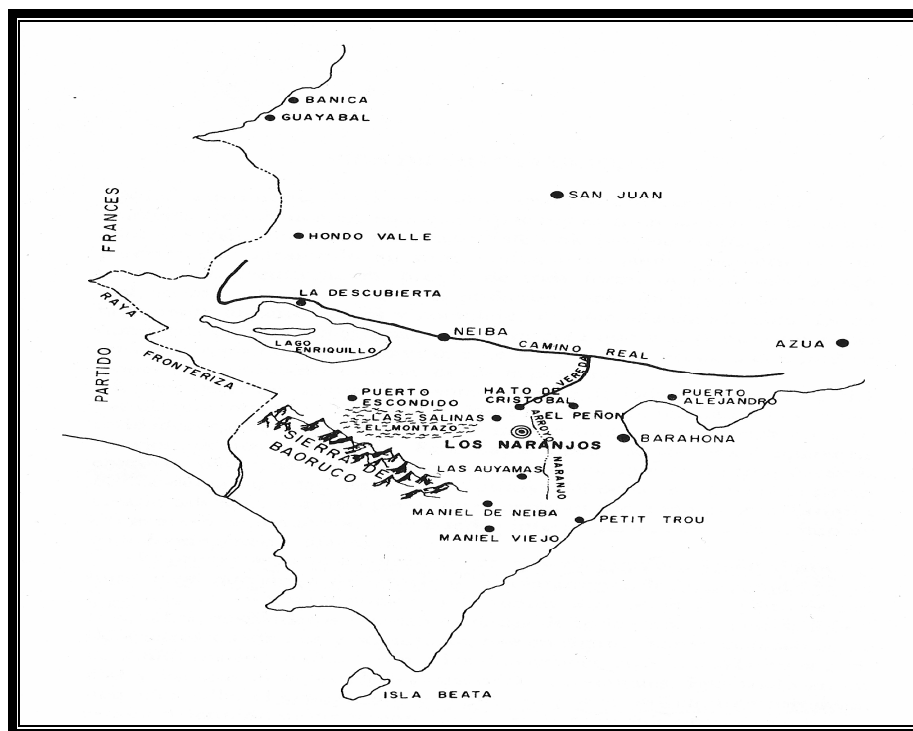
Esse extenso relato de Antonio Ladín de Guevara descreve, no entanto, apenas parte do território do Baoruco. Serra esta que fazia limite ao norte com o vale e a lagoa de Enriquillo, ao oeste com o rio Pedernales (denominado pelos franceses de Anses-à-Pitre), ao leste com a vila de Neiba e ao sul com o mar do Caribe ⁷⁵. No norte se estendia o *Camino Real* que conectava as vilas espanholas da região fronteira com o oriente da ilha onde estava localizado o centro administrativo de Santo Domingo, além de dar acesso ao *maniel* de Neiba.

⁷⁴ Relación y Diario de reconocimiento que pudo ser practicable en las montañas de Baoruco al S. de la villa de Neiba, que sirven de guarida a los negros esclavos fugitivos de ambas coronas, que con arreglo a las instrucciones que el teniente coronel e ingeniero comandante de esta isla Española ejecutó el ingeniero voluntario y teniente del Batallón Fijo, Dn. Lorenzo Núñez, desde dicha villa. Santo Domingo, 20 de febrero de 1786 apud DEIVE, op.cit., p.161-168, tradução nossa.

⁷⁵ Plano ideal del valle en el que estaban acampados los esclavos desertores de España y Francia en las montañas de Baoruco a mediados de este año. Santo Domingo, 16 de noviembre de 1785 apud. LIENHARD, op. cit., p.87.

O rio Pedernales demarcava a fronteira com a paróquia francesa de Caynes de Jacmel, sendo provavelmente de onde partia rota de fuga utilizada pelos *cimarrones* de Neiba vindos de Saint Domingue. No leste estava a vila de onde derivava o nome da comunidade. Entre as cerca de 4 léguas que separava uma da outra se encontrava Cristóbal, área de criação de gado onde as negociações para a redução espanhola do *maniel* de Neiba foram iniciadas, além das regiões Las Auyamas e Los Naranjos, respectivamente, as localidades propostas pelos *cimarrones* e espanhóis para a construção da vila negra, como veremos no terceiro capítulo dessa dissertação.

O mar do Caribe, por sua vez, era acessado pela costa de Petit Trou, região que colocava os negros do *maniel* de Neiba em contato direto com o Mundo Atlântico, pois era frequentado por navios de diferentes bandeiras que mantinham um comércio ilegal com alguns moradores daquela parte da colônia espanhola. Podemos compreender melhor a organização deste espaço observando a representação elaborada por Carlos Esteban Deive, apresentada abaixo⁷⁶:



⁷⁶ DEIVE, op.cit., p.81.

No sopé da Serra do Baoruco: Regiões vizinhas ao 'maniel' de Neiba

Antes de iniciarmos a análise do *maniel* de Neiba, é preciso conhecer as regiões que o circundavam, na tentativa de vislumbrar algumas informações necessárias à compreensão do relacionamento dos *cimarrones* com o mundo.

No limite francês da Serra do Bahoruco estava a paróquia de Cayes de Jacmel, pertencente ao distrito de Jacmel. Segundo Moreau de Saint-Méry, este distrito era, de um modo geral, o menos conhecido da colônia, pois as comunicações com as demais partes de Saint Domingue não eram fáceis. Já Cayes de Jacmel era a paróquia mais oriental da fronteira meridional, estando separada de Santo Domingo, ao sul, pelo o rio Anses-à-Pitre, porém ligada à colônia espanhola, ao norte, pelas montanhas do Baoruco que, por sua vez, também adentravam, em menor proporção, a paróquia vizinha de Cayes de Jacmel, Croix des Bouquets pertencente ao distrito de Port-au-Prince. O território de Cayes de Jacmel era pouco conhecido tendo seus assentamentos sido estabelecidos uns distantes dos outros. A paróquia era subdividida em 10 vilas: Anses-à-Pitre, Grande Plaine, Sale-Trou, Guillaumone, Fond Jean-Noel, Fel, Peitit-Mouillage, Bourg, Bancs, e Cap-Rouge⁷⁷.

Começamos então pela vila de Anses-à-Pitre, cujo vasto território era formado pela porção ocidental do Bahoruco banhada pelo rio Anses-à-Pitre. Durante sua visita Moreau de Saint-Méry testemunhou a tentativa de estabelecimento de uma propriedade de açúcar [*sucrierie*]⁷⁸. No entanto, conforme suas observações, o terreno da região era muito rochoso e, portanto, seco e estéril, sem falar dos períodos de seca aos quais a região estava sujeita e que podiam durar até 10 anos.

⁷⁷ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur sa population, sur le caractère & les moeurs de ses divers habitans, sur son climat, sa cultures, ses productions, son administration, &c., &c.* Philadelphie: Et s' y trouve chez l'auteur, au coin de Front & de Callow-Hill Streets..., 1797-1798, v.2, p.493 e 495.

⁷⁸ Não sabemos a data exata da visita de Moreau de Saint-Méry a Cayes de Jacmel, porém é possível afirmar que esta foi realizada em algum momento entre os anos de 1775 e 1778, período no qual Moreau de Saint-Méry percorreu a Ilha de Española recolhendo informações para seus livros *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue* e *Description topographique et politique de la partie espagnole de l'isle Saint-Domingue*, publicados somente na última década de século XVIII. PRESSOIR, C.; TROUILLOT, E.; TROUILLOT, *Historiographie d'Haïti*. Mexico: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1953, p.96.

Mas se, ao que tudo indica, essa parte de Cayes de Jacmel não era propícia ao cultivo dos produtos que tornaram Saint Domingue famosa e que resultavam na concentração de mão de obra escrava, Anses-à-Pitre desfrutava de certa notoriedade por causa de três acontecimentos que demonstravam o potencial do Bahoruco como refúgio daqueles que se opunham aos colonizadores europeus: a morte do líder indígena Anacoa e sua esposa Guaracuya, cujo povo se opôs à dominação espanhola; a guerra empreendida pelo Cacique Henri (Henriquille, Petit-Henri ou Enriquillo) contra os espanhóis nas primeiras décadas da ocupação colonial; e, durante o século XVIII, o caos provocado pelos *marrons* e as tentativas de franceses e espanhóis de subjugar violenta ou pacificamente os escravos foragidos⁷⁹.

A vila de Grande Plaine fazia fronteira com a de Anses-à-Pitre estando próxima do Bahoruco. O território era vasto e, supunha Moreau de Saint-Méry, fértil. No entanto, os moradores dessa região preferiam se dedicar à criação de gado bovino que eram alvo das razias de bandos de *cimarrones*. Desse mesmo mal padecia Sale-Trout que devido à terra de excelente qualidade produzia índigo, café e algodão em 60 propriedades aonde trabalhavam cerca de 1800 escravos. Nas vizinhanças desta vila encontramos Guillaumone, cujo terreno rochoso permitia somente o cultivo de pouca quantidade de algodão⁸⁰.

Ao norte de Guillaumone estava a vila de Fond Jean-Noel onde Moreau de Saint-Méry encontrou 30 propriedades de café [*cafeteries*] que, na época, estariam prontas para a ampliação do plantio. Próxima de Guillaumone e do mar estava a vila de Fel onde havia 8 propriedades de índigo [*indigoteries*], 50 propriedades de café e uma dezena de pequenas propriedades de algodão [*contonneries*], todos cultivados por “gente de cor”. A vila de Petit-Mouillage, por sua vez, se localizava numa pequena baía próxima a Jacmel, nesta vila estava situada a cidade de Cayes de Jacmel, principal localidade da paróquia, com considerável concentração

⁷⁹ MOREAU DE SAINT-MÉRY, op.cit., p.495. É justamente na descrição dessa parte da paróquia que encontramos o texto mais conhecido sobre a redução do *maniel* de Neiba, conforme mencionado na introdução dessa dissertação.

⁸⁰ Ibid., p.503-505.

populacional e comércio relativamente ativo. Apesar de sua natureza mais urbana, em Petit-Mouillage era produzido um pouco de algodão⁸¹.

Já na pequena vila de Bourg, localizada a pouca distância de Jacmel, Moreau de Saint-Méry encontrou “10 casas medíocres onde habitavam 22 indivíduos de todas as idades, sexos e nuances de cor” que praticavam um pequeno comércio de roupas e alimentos para escravos. Para além desse comércio era produzido na dita vila índigo e algodão. Na vila de Bancs, entre Jacmel, Petit-Mouillage e mar, foram encontradas 4 propriedades onde era cultivado algodão e índigo. Por fim, ao norte de Bourg, estava Cap-Rouge onde havia 20 propriedades de café que produziram “2 milhões de café”, sendo esta vila uma das duas maiores regiões produtoras de café da colônia⁸².

Num balanço geral da paróquia de Cayes de Jacmel, Moreau de Saint-Méry observou que:

A paróquia de Cayes de Jacmel tinha em 1730, 101 plantações de índigo, e em 1739, 108 plantações de índigo, 103.700 algodoads e 550 cafezais. Nós contamos agora [mais] 17 plantações de índigo, que produziram 50 *milliers* de índigo, e de algodão que, se somando a mais 27 algodoads, pode chegar a 130 *milliers*; e 140 cafezais, que produziram 1.800 *milliers* de café. Em 1730, esta paróquia tinha 316 brancos, 23 *affranchis* [mulatos] e 935 escravos; e em 1739, 367 brancos, 29 *affranchis* e 1.468 escravos; agora [entre 1775 e 1778] ela tem 400 brancos, 450 *affranchis* e 7000 escravos⁸³.

Temos assim que, em linhas gerais, a vizinhança francesa do *maniel* de Neiba era rica e possuía elevada concentração de escravos, fugitivos em potencial.

Afora as incursões dos *cimarrones* do Bahoruco a Saint Domingue — principalmente, no território de Caye de Jacmel, porém não exclusivamente neste⁸⁴ —, não encontramos na documentação reunida nenhum indício de possível relacionamento dos membros do *maniel* de Neiba com colonos ou escravos desta parte da ilha. Talvez colabore para isso o fato de que parte expressiva dos

⁸¹ Ibid., p.505-507.

⁸² Ibid., p.507-509.

⁸³ Ibid., p.509.

⁸⁴ Em seu relato, Moreau de Saint-Méry registrou ataques às vilas de Anses-à-Pitre (1746), Boucan-Patate (1776), Grands-Bois (1776), Fond-Parisien (1776 e 1777), Sale-Trou (1776), Boucan-Greffin (1777-1778), etc. Ibid., p.497-503.

cimarrones fosse de foragidos de Saint Domingue que, por medo das punições as quais estavam sujeitos caso fossem presos, preferissem não manter contato com os habitantes da colônia francesa. Ou, ao contrário, pelo ódio que os *cimarrones* pudessem nutrir por antigos senhores e autoridades locais eles, simplesmente, preferissem atacar Saint Domingue⁸⁵. Há ainda a possibilidade de que aquele lado da fronteira não propiciasse aos escravos foragidos meios necessários para o estabelecimento de vínculos com setores da sociedade colonial francesa.

Do outro lado da fronteira, no limite espanhol da Serra do Baoruco, encontramos o Neiba era conhecida por sua notória pobreza. O povoado era composta, em 1740, pela pequena igreja de San Bartolomé nas cercanias da qual havia, segundo relato de Álvares Abreu, Arcebispo de Santo Domingo, algumas casas onde moravam 80 *vecinos* de armas, todos mulatos e negros livres, além dos escravos⁸⁶.

Somente no começo do governo colonial de Manuel de Azlor y Urríes (1759-1771) Neiba foi reconhecida como vila se emancipando de Azua. Este reconhecimento resultou na transferência de algumas famílias para Neiba, entre as quais, as de colonos das Ilhas Canárias e seus descendentes⁸⁷. Em 1782, a vila contava com 1427 pessoas e a pequena igreja de San Bartolomé que passou a ter, na década de 1780, com pároco Juan de Bobadilla que se envolverá na redução do *maniel* de Neiba. Na vila havia também quatro irmandades: de San Bartolomé, do Espírito Santo, do Rosário e das Almas, sendo as duas primeiras com número de membros

⁸⁵ Sobre o ódio quilombola, Flávio Gomes observa: “As retaliações que os quilombolas faziam por meio de roubos e saques às fazendas próximas à região onde se estabeleciam poderiam ter várias razões. Saques não eram motivados somente pelo interesse de complementar sua economia, mas também pelo ódio que os quilombolas nutriam por fazendeiros e feitores locais, que não raras vezes, podiam ser seus ex-senhores. Não obstante, as raízes desses ódios não estavam apenas relacionadas com maus-tratos e castigos infligidos por esses fazendeiros a seus escravos. Em vários momentos os quilombolas passavam por períodos de extrema privação, provocados pelos repentinos abandonos de seus ranchos, roças e mantimentos, ocasionados pelas perseguições das tropas. Invariavelmente, essas diligências queimavam e destruíam todos os acampamentos e plantações abandonadas pelos quilombolas”. GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.92.

⁸⁶ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manuel. *La colonización de la frontera dominicana (1680-1795)*. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2005, p.276-277.

⁸⁷ A política de fomento à migração de famílias das Ilhas Canárias para Santo Domingo é tratada no segundo capítulo desta dissertação.

restrito e escolhidos segundo critérios econômicos, enquanto as duas últimas eram mais abertas e, muito provavelmente, frequentadas por negros livres e mulatos⁸⁸.

Em sua descrição sobre a colônia de Santo Domingo, Moreau de Saint-Méry chamou a atenção para o potencial comercial da região devido à navegabilidade do rio de Neiva que atravessa o vale de mesmo nome. Nesse vasto território, segundo seus cálculos, existia espaço suficiente para estabelecer umas 150 propriedades de açúcar [*sucrierie*]. No entanto, Moreau de Saint-Méry, ao observar a terra com maior cuidado, percebeu que por baixo da densa vegetação da região não existia nada além que um deserto⁸⁹.

As limitações naturais apontadas por Moreau de Saint-Méry tiveram impacto no desenvolvimento da vila de Neiba que, apesar do aumento populacional anteriormente mencionado, não deixou de ser um lugar pobre, sobretudo, quando comparado à região vizinha do outro lado da fronteira. No entanto, é preciso ponderar que Santo Domingo e Saint Domingue seguiam lógicas coloniais distintas, como veremos no segundo capítulo desta dissertação. Ao buscar o melhor lugar para a plantação de cana, Moreau de Saint-Méry ignora as atividades econômicas desenvolvidas na vila de Neiba. Segundo Manuel Hernández González, o comércio fronteiriço de gado bovino era a principal fonte de riqueza da região, sendo controlado pelas famílias mais prósperas da vila. Além do gado, os moradores de Neiba comercializavam carne de porco salgada, diferentes coros, resina de *guayacán*⁹⁰ e, em menor quantidade, peixe salgado, madeira⁹¹.

⁸⁸ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, op. cit., p.278- 280.

⁸⁹ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique et politique de la partie espagnole de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur le climat, la population, les productions, le caractère & les moeurs des habitans de cette colonie, & un tableau raisonné des différentes parties de son administration*. Philadelphie: Imprimé & se trouve chez l'auteur, imprimeur-libraire au coin de Font & de Walnut Streets, 1796, v.1, p.84-88.

⁹⁰ Guayacán: "El árbol es nativo de las Antillas y el norte de Sudamérica. [...].Debido a su dureza y a que su resina es un lubricante natural, la madera se usó mucho para poleas, engranajes, dientes de trapiche, casquillos, y ejes de carretas y de hélices. El guayacán se conoce en el mercado internacional como *lignum vitae* (madera de vida), debido a su uso histórico para tratar artritis, gota, sífilis y otras enfermedades. La madera comenzó a exportarse a Europa con este propósito durante la primera década del siglo 16". MARI MUTT, *José A. Maderas de Puerto Rico*. Sítio disponível em: <http://edicionesdigitales.info/maderaspr/maderaspr/guayacan.html>. Acessado em: 23/12/2011.

⁹¹ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, op. cit., p.286-292.

A exploração da madeira, em particular, nos leva para o que consideramos a fronteira atlântica do Baoruco, ou seja, a costa de Petit Trou. Distante 4 léguas do *maniel* de Neiba, a região era mal vista pelas autoridades coloniais porque abrigava uma miríade de homens que “se retiravam da sociedade, longe da justiça e da religião” para praticar, além de roubos e crimes mais graves, o comércio ilegal com os estrangeiros que frequentavam aquela parte da costa de Santo Domingo raramente visitada pelas autoridades coloniais⁹².

Não somente a proximidade física, mas também a hostilidade dos moradores da vila de Neiba, motivaram os *cimarrones* a se aproximar dos contrabandistas de Petit Trou. Esses homens se reuniam em uma espécie de comunidade descrita por Martín Lienhard da seguinte forma:

[...] a comunidade dos *alzados* [insolentes], era composta de um número flutuantes de homens — marinheiros, pescadores, agricultores, um sapateiro, desertores, etc. — que provinham de diversos lugares do Caribe e da Espanha. Alguns eram *vecinos* de alguma cidade da ilha. Outros provinham de Havana, Porto Rico, Cartagena, Maracaibo, Porto Cabello, Curaçao e Espanha. Dois dos *alzados*, Gaspar Cueto e Caros de Pena, eram ao que parece *cimarrones* locais. Outro, por sua vez, — José Antonio — era qualificado como índio. Trata-se, pois, de uma população variada, exclusivamente masculina e disseminada nas diferentes praias da costa. Sendo sua principal atividade o corte da madeira de mogno. [...]. Segundo várias declarações, a venda da madeira de mogno era bastante aleatória. Para sobreviver, os “vagabundos” tinham que se dedicar também a outros ofícios. O *cimarrón* Gaspar Cueto, por exemplo, declara “que se exercitava, caçando, pescando, *foleando* [sic], ou procurando nas praias tartarugas e seus cascos”⁹³.

A conexão entre *cimarrones* e *alzados* de Petit Trou era conhecida e temida pelas autoridades coloniais, pois, segundo o Governador de Santo Domingo, Joaquín García, os excessos praticados por estes escandalizavam não somente a parte espanhola da ilha, mas também a colônia francesa. Afinal, em seu comércio clandestino os *alzados* e *cimarrones* se reuniam, conforme interpretação do

⁹² Carta del Gobernador García a Antonio Porlier. Santo Domingo, 25 de marzo de 1790 apud DEIVE, op. cit., p.180-186.

⁹³ LIENHARD, op. cit., p.98, tradução nossa.

governador, em uma vida de pecados marcada por roubos, homicídios e amancebamento com as mulheres do *maniel*⁹⁴.

O desagrado da administração colonial espanhola em relação à Petit Trou era ainda maior com a presença dos membros da família Félix que, ao que tudo indica, controlavam o comércio ilegal dessa região.

Os irmãos Félix estavam entre as família mais ricas de Neiba. Membro do *cabildo* da vila no ano de 1783, Antonio Félix era dono do rancho de Cristóbal — localizado no caminho para o *maniel* de Neiba e onde foram iniciadas as negociações para a redução —, além de terras arrendadas de outros *vecinos*, nas quais criava gado bovino. Adriano Félix comandava o corte clandestino de madeira, estando entre seus compradores mais expressivos o jamaicano Joseph Gabay, proprietário de um navio, que trocava a madeira por escravos, arroz, farinha, açúcar, café e outro gêneros. Facundo e Diego Félix, por sua vez, viviam do roubo, morando o último em Petit Trou com uma negra holandesa, tendo sido o mediador do processo de redução do *maniel* de Neiba na fase inicial. Já Salvador Félix era o comandante da força espanhola encarregada de patrulhar a costa de Petit Trou que, segundo Vicente Tudela, Comandante da fronteira de Neiba e sua jurisdição, “perdia”, em circunstâncias pouco claras, muito dos *alzados* que eram capturados⁹⁵.

De um modo geral, a apreensão das autoridades coloniais em relação aos irmãos Félix e aos *alzados* de Petit Trou demonstra a importância e a constância dos intercâmbios mantidos entre estes e os *cimarrones* do Baoruco. O *maniel* de Neiba e a comunidade dos *alzados* de Petit Trou eram assentamentos de natureza diversa, mas igualmente irregulares, sendo, de certa maneira, interdependentes. Assim, de um lado os *cimarrones* auxiliavam no corte da madeira que era traficada pelos *alzados*, e de outro os *alzados* atendiam, na medida do possível, as necessidades

⁹⁴ Carta del Gobernador García a Antonio Porlier. Santo Domingo, 25 de marzo de 1790 apud DEIVE, op. cit., p.180-186.

⁹⁵ DEIVE, op. cit., p.92-93; HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, op. cit., p.286-288; LIENHARD, op. cit., p.97.

dos *cimarrones* que iam desde panos para as vestimentas até armas e munições para a defesa do *maniel*⁹⁶.

No interior do 'maniel' de Neiba

Tendo percorrido o entorno do *maniel* de Neiba, passamos agora à análise de seu interior, a partir da documentação produzida pela comissão franco-espanhola que, como vimos, chegou à comunidade *cimarrona* depois de dois penosos dias de viagem pelas sendas do Baoruco. Entre a documentação produzida pela comissão que conseguimos reunir uma merece nosso destaque por trazer informações preciosas sobre a configuração social do *maniel* de Neiba, o recenseamento da comunidade elaborado por, Luiz de Chávez y Mendonza, decano da Audiência de Santo Domingo, o qual apresentamos, em parte, abaixo:

Lista dos negros que se contém no *maniel* de Neiba na montanha do Baoruco parte espanhola desta

1. Santiago, *criollo* de Bánica, com 50 anos; sua mulher Ignacia, *criolla* do *maniel*, com 30 anos; filhos: Maria de 15, Juan de 7 e Domingo de 8 meses. Tem Santiago 2 lavouras semeadas de arroz, milho, banana, cana e diversos [incompreensível].....7 [sic]
2. Pioró, *criollo* do *maniel*, com 60 anos; sua mulher Maria, *criolla* do *maniel*, de própria idade. Tem estes dois filhos casados que têm famílias à parte; 3 lavouras com as plantações antecedentes.....2
3. Andres, *criollo* do *maniel*, com 60 anos; sua mulher Catalina, da mesma idade e *criolla* do *maniel*; 1 filha casada; 2 lavouras cultivadas com os mesmos frutos.....2
4. Santiago, *criollo* do *maniel*, com 60 anos; sua mulher Margarita, *criolla* da França, com 30 anos; 1 lavoura de idem.....2
5. Felipe, *criollo* do *maniel*, com 30 anos; sua mulher Maria, *criolla* do *maniel*, da mesma idade; filhos Tereza de 15 anos e [incompreensível] de 8; 2 lavouras com o mesmo cultivo.....4
6. Pedro Alejandro, *criollo* do *maniel*, com 35 anos; sua mulher Salvadora, da mesma idade, e nativa de ali mesmo; filhos: Antonio com 14 anos, Francisco de 12, Gumba de 6 e Petrona de 4; 2 lavouras com idem.....6
7. Sebastian, negro da França, com 30 anos; sua mulher Francisca, *criolla* do *maniel*, com 18 anos; filhos: Nicolas de 3 anos e Francisca de 3 meses; 2 lavouras com o próprio cultivo.....4
8. Joseph, *criollo* do *maniel*, com 28 anos; sua mulher Magdalena de 20 anos, *criolla* do *maniel*; filhos: Maria de 5 e Naná de 2; 1 lavoura com idem.....4
9. Juan, *criollo* do *maniel*, de 28 anos; sua mulher Catalina, *criolla* da França, com 28 anos; filhos: Baro com 16 anos que trouxe da França agregado e Isavel de 8 meses; 1 lavoura com as próprias sementes.....4

⁹⁶ LIENHARD, op. cit., p.99-100.

10. Manuel, *criollo* do *maniel*, de 20 anos; sua mulher Maria, com 20 anos; *criolla* da França; filhos: Luiz de 6 anos; Rosa de 2; 2 lavouras com o mesmo cultivo.....4
11. Simon, *criollo* da França, com 30 anos; sua mulher Catalina, *criolla* do *maniel* com 50 anos; não têm filhos; 2 lavouras com idem.....2
12. Magdalena, *criolla* do *maniel*, com 25 anos; filhos: Gino de 5, Genié com 12 e Miguel com 2; 1 lavoura com idem.....4
13. Miguel, *criollo* da França, com 30 anos; sua mulher Francisca, *criolla* do *maniel*, com 28 anos; filhos: Pedro de 15, Joseph de 8 e Juana de 3; 1 lavoura com mesmo cultivo.....5
14. Bernardino, negro da França, com 40 anos; sua mulher Mariana, com 30 anos, francesa; filhos: Sal de 12 anos, [incompreensível] de 11, Juan de 9, Pedro de 4; 1 lavoura cultivada com idem.....6
15. Joseph, *criollo* da França, com 60 anos; sua mulher Naná, com 28 anos; filhos: Victoria com 8 anos; 2 lavouras com idem.....3
16. Juan Bautista, *criollo* da França, com 25 anos; sua mulher Sambué com 40 anos; filhos: Hermenegildo com 12 anos, Juan de 8; dois de um ventre, chamados [incompreensível] e Gregório de 4 anos, e Pedro de 1; 1 lavoura cultivada com idem.....7
17. Sena, *criollo* da França, com 50 anos; sua mulher Luiza também da França, de 25 anos; filhos: Juan de 6 e Juana de 2; 1 lavoura idem.....4
18. Luis, *criollo* da França de 24 anos; sua mulher [incompreensível], com 23 anos, também da França; filhos: Pedro de 8 e Juan de 6, 1 lavouras idem.....4
19. Rosa, *criolla* do *maniel* com 14 anos; filhos: Bárbara de 4 meses; 2 lavouras com o mesmo cultivo.....2
20. Francisco, *criollo* de França, de 30 anos; sua mulher, *criolla* do *maniel*, chamada [incompreensível] com 20 anos; filhos: Joseph de 5 e Antonio de 1; 2 lavouras idem.....4
21. [incompreensível], *criollo* de França de 40 anos; sua mulher Francisca de 28 anos, *criolla* do *maniel*; filhos: Vicente de 2 anos; 2 lavouras com idem.....3
22. La Rosa, *criollo* da França, de 30 anos; sua mulher Maria, *criolla* do *maniel*, de 30 anos; filhos: Petrona casada e Juana de 2 anos; 1 lavoura com idem.....3
23. Lorenzo, *criollo* da França, de 30 anos; sua mulher Margarita, *criolla* da França, de 30 anos; filhos: Vicente de 8; 1 lavoura de idem.....3
24. Tomaz, *criollo* da França, com 80 anos; não tem mulher; 1 lavoura com idem.....1
25. Franzua, *criollo* da França, de 20 anos; sua mulher Luiza, *criolla* do *maniel*, de 25 anos; filhos: Manuela de 9 e Angelina de 5; 1 lavoura idem...4
26. Maria, *criolla* do *maniel*, com 40 anos; filhos Tomaz de 13 e Juana com 7; 1 lavoura idem.....3
27. Faustina, *criolla* da França, 30 anos; filhos: Bautista de 4 e Manga de 4 meses, 1 lavoura idem.....3
28. Macubá, *criollo* da França, com 30 anos; sua mulher Victoria de 15 anos, também da França; não têm filhos; 1 lavoura.2
29. Loran, *criollo* da França, de 40 anos; sua mulher Terezena, também da França, com 30 anos; não têm filhos, 1 lavouras idem.....2
30. Sanvio, *criollo* do *maniel*, de 60 anos; não tem filhos, 1 lavoura com idem.....1
31. Sal, *criollo* da França, com 18 anos; sua mulher Petrona de 14 anos, *criolla* do *maniel*, não têm filhos; 1 lavoura com o próprio cultivo.....2
32. Guamina, *criollo* da França, com 50 anos; sua mulher Tereza, também da França, com 48 anos; não têm filhos, 1 lavouras com idem.....2
33. Iaquin, *criollo* da França, de 40 anos; não tem filhos nem lavoura.....1
34. Vicente, *criollo* da França, com 20 anos, sua mulher Simona, *criolla* do *maniel*, de 15 anos; não tem filhos; 1 lavoura com idem.....2

35. Musunga, <i>criolla</i> da França, de 28 anos, viúva; filhos: Bamon de 4 anos e Augustina de 11; 2 lavouras de idem.....	3
36. Magdalena, <i>criolla</i> do <i>maniel</i> , com 56 anos, viúva; filhos: Felipe casado e Dosúcomo de 15 anos; 2 lavouras idem.....	2
37. Franzua, negro França, com 30 anos, não tem mulher nem filhos; 1 lavoura.....	1
38. Andrés; negro da França, com 30 anos; não tem mulher, filhos nem lavoura.....	1
39. Miguel, <i>criollo</i> da França, de 29 anos; não tem mulher, filhos e nem lavoura.....	1
40. Sebastian, <i>criollo</i> da França, com 28 anos; não tem mulher nem filhos; 1 lavoura idem.....	1
50 [sic]. Julian Olandez de 30 anos; não tem mulher, filhos nem lavoura.....	1
51. Antonio, <i>criollo</i> da França; 35 anos; sua mulher 32 anos, também da França; filhos: Luis com 19 anos; 1 lavoura.....	1
52. [incompreensível], negro da França, com 45 anos; não tem mulher, filhos nem lavoura.....	2
53. Pedro, negro da França, de 13 anos; sua mulher, também da França, chamada Colera com 13 anos; 1 lavoura idem.....	2
54. Gabriel, negro da França, com 25 anos; sua mulher Lembá, também da França de 40 anos; não tem filhos; 2 lavouras idem.....	2
55. La Roza, da França, com 19 anos; não tem mulher, filhos nem lavoura..	1
56. Joseph, da França, com 30 anos; não tem mulher e filhos; 1 lavoura idem.....	1
57. Sosieta, da França, com 15 anos, não tem filhos nem lavoura.....	1
57 [sic] Famílias com 57 [incompreensível]	Total.....133 [sic]

Na atualidade não têm cabeça que os governem, somente o negro Santiago, *criollo* de Bánica, é seu conselheiro, mas desde que morreram os negros velhos que veneravam muito, não obedecem nada, senão cada um governa sua família, e quando há alguma dissensão entre aqueles de famílias distintas, se unem todos os demais para fazer o que lhes parece justo. Quando roubam algum negro lhe fazem tomar uma mulher. No demais estão em uma verdadeira anarquia, não tem culto religioso, ainda que conheçam a existência de um Deus, mas nem dão razão à outra em particular, nem tem algum rito de culto exterior, segundo o que foi possível extrair do negro Santiago, que fala espanhol, e de Felipe que fala um *jargão* francês bastante inteligível; os demais que vieram falam com pouca compreensão. Neiba 8 de abril de 1785. [...] ⁹⁷.

No censo de Luiz de Chávez y Mendonza o *maniel* de Neiba contava, naquele maio de 1785, com 131 indivíduos, corrigindo aqui o cômputo equivocado do número de membros da família de Santiago. Mas é provável que o número fosse um pouco maior, tendo em vista que nem todos os cimarrones permaneceram no *maniel* durante a visita dos espanhóis e franceses, como relata Antonio Ladín de Guevara:

Observei no *Maniel* uma simulada atenção e desconfiança entre os negros porque não se apresentaram todos os homens que contém, segundo

⁹⁷ Lista de los negros que se contienen en el maniel de Neyba en la montaña de Baoruco parte española al este. Neyba, 12 de abril de 1785, tradução nossa.

informe anterior, dizendo que andavam caçando muito e os que se juntaram para ouvir e conversar com os comissionados o fizeram com suas armas de fogo nas mãos, que logo se aproximaram de onde estávamos e alguns com lanças se esconderam na imediação, pelo qual motivo não me afastei daquele lugar até ver o fim da sessão, que foi se retirar todos para os ranchos dos quais pareciam cabeças, torcendo o semblante e parecendo descontentes com as proposições que lhes fizeram⁹⁸

Os 131 *cimarrones* recenseados estavam distribuídos em 48 famílias, embora seja preciso considerar que 12 destas não fossem famílias propriamente ditas, pois eram compostas apenas por um indivíduo. A constituição de famílias no interior de comunidades de escravos foragidos foi observada por Maria Cristina Navarrete em sua análise dos *palenque* de Cartagena no século XVII, nos quais o costume era os *cimarrones* se agruparem de acordo com as famílias dos seus antigos senhores. Os foragidos, desse modo, se reconheciam pelo nome de seus proprietários num esforço de integração de toda a comunidade.

Embora o mesmo não possa ser observado no *maniel* de Neiba, não apenas com as informações apresentadas, concordamos com Navarrete quando ela argumenta que o estabelecimento de relações de parentesco era de suma importância para a organização social das comunidades *cimarronas*, pois, por meio dessas, o sentido de pertencimento a uma parentela era reforçado⁹⁹.

Segundo Joseph Miller, a necessidade de estabelecer vias de pertencimento foi patente entre africanos, bem como seus descendentes, que jogados coletivamente na escravidão buscaram formas de sobrevivência, as quais não se limitavam ao sentido meramente físico, mas também a “uma reconstrução constante de novas conexões na sucessão de circunstâncias transitórias às quais a maioria [dos

⁹⁸ Relación y Diario de reconocimiento que pudo ser practicable en las montañas de Baoruco al S. de la villa de Neiba, que sirven de guarida a los negros esclavos fugitivos de ambas coronas, que con arreglo a las instrucciones que el teniente coronel e ingeniero comandante de esta isla Española ejecutó el ingeniero voluntario y teniente del Batallo Fijo, Dn. Lorenzo Núñez, desde dicha villa. Santo Domingo, 20 de febrero de 1786 apud DEIVE, op.cit., p.161-168, tradução nossa.

⁹⁹ NAVARRETE, Maria Cristina. *Cimarrones y palenques en el siglo XVII*. Cali: Universidad del Valle, 2003, p.130-131.

escravos] foi compelida, um esforço recorrente de encontrar seus lugares próprios e de pertencer, de alguma forma, a algum lugar”¹⁰⁰.

No mesmo estudo, Navarrete também discute a agregação dos *cimarrones* segundo suas etnias, algo que, igualmente, não podemos determinar apenas com as informações apresentadas. Mas chamam nossa atenção os nomes Sambué (família 16), Macubá (família 28), Musunga (família 35), Guamina (família 32) e Lembá (famílias 54), os quais, no entanto, não podemos afirmar sua origem, salvo no caso da mulher cujo nome Lembá provavelmente também indique sua etnia. Manuel Hernández González informa que entre os escravos encontrados na vila de Neiba podiam ser identificados, afora outras etnias, congos, bambaras, carabalís e ibos¹⁰¹. Já na análise da origem dos escravos da parte ocidental de Saint Domingue, durante a segunda metade do século XVIII, Gabien Debian observa a existência naquela região, entre outros, de congos, nagôs e moçambiques, embora se destaque o elevando número de *criollos*¹⁰².

A presença expressiva de *criollos* é, igualmente, notada na constituição do *maniel* de Neiba, sendo divididos estes entre nascidos no *maniel* e vindos de uma das colônias. Tal divisão também é observada em outras comunidades de escravos foragidos como, por exemplo, o *palenque* de Mutudere, no qual os *criollos* eram classificados em dois grupos: o da montanha, ou seja, as pessoas nascidas livres no *palenque*, e os fugitivos, aqueles que escaparam da escravidão¹⁰³. Entre os *criollos* foragidos do *maniel* de Neiba é relevante observar que somente Santiago vinha do território espanhol, mais especificamente de Bánica, vila da região central de Santo Domingo. Todos os demais *criollos* fugitivos, assim como os poucos africanos arrolados por Chávez y Mendonza como “negros da França”, eram de Sanit Domingue.

¹⁰⁰ MILLER, Joseph C. “Restauração, reinvenção e recordação: Recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil”, *Revista de História do Departamento de História – FFLCH / USP*, n.164, jan./jun. 2011, p.21-22.

¹⁰¹ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, op. cit., p.287.

¹⁰² DEBIEN, Gabriel. *Les esclaves aux Antilles françaises: XVIIe – XVIIIe siècle*. Basse-Terre: Société d’histoire de la Guadeloupe, 1974, p.412; DEIVE, op. cit., p.62-63.

¹⁰³ LANDERS, Jane. “Cimarrón Ethnicity and Cultural Adaptation in the Spanish Domains of the Circum-Caribbean (1503-1763)”. In: LOVEJOY, Paul E (ed.). *Identity in the Shadow of Slavery*. London: Continuum, 2000, p.39.

Podemos supor que esses *cimarrones* tenham escapado das regiões de maior concentração escrava da paróquia de Caye de Jacmel, como a vila de Sale-Trou e Cap-Rouge, ou ainda, mas em menor proporção devido à distância, dos distritos localizados ao norte da Serra do Bahoruco, Port-au-Prince e Mirebalais. Em um volume ainda menor os escravos poderiam ter vindo de outras ilhas caribenhas chegando ao Baoruco pela praia de Petit Trou¹⁰⁴. Caso este que supomos ser o do *cimarrón* da família 50, Julian Olandez, cujo sobrenome se aproxima muito de holandês.

No cômputo geral de moradores do *maniel* de Neiba, 76 eram homens e 55 mulheres. Verificamos o predomínio de homens, uma constante entre as comunidades de escravos foragidos que sofriam com a falta de mulheres. Estas, usualmente, eram levadas pelos *cimarrones* em suas incursões às plantações. Como no caso que nos é contado por Moreau de Saint-Méry da negra Anne, escrava doméstica de M. Coupé, sequestrada pelos *marrons* e obrigada a casar com o líder do bando, Kébinda. Contrariada com sua condição, Anna trai Kébinda entregado a comunidade aos franceses que, por sua vez, a libertam e passam a lhe chamar de “Anne Fidèle” [Fiel]¹⁰⁵.

Entretanto, casos como o de Anne, ao que nos parece, foram romantizados por aqueles que os relatam, como fez Moreau de Saint-Méry, pois, como observa Alvin Thompson, o ingresso das mulheres nas comunidades de escravos foragidos não se dava apenas por meio de sequestro. Em algumas situações, elas aceitavam voluntariamente acompanhar os *marrons* e, em outras, a fuga era empreendida por casais ou mesmo por famílias inteiras¹⁰⁶. Caso este que pode ter sido o do jovem casal Pedro e Colera (família 53), ambos foragidos de Saint Domingue.

¹⁰⁴ Sobre a fuga escrava entre as ilhas do Caribe, veja segundo capítulo dessa dissertação.

¹⁰⁵ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur sa population, sur le caractère & les mœurs de ses divers habitans, sur son climat, sa cultures, ses productions, son administration, &c., &c.* Philadelphie: Et s' y trouve chez l'auteur, au coin de Front & de Callow-Hill Streets..., 1797-1798, v.2, p.499.

¹⁰⁶ THOMPSON, Alvin O. *Flight to freedom: African runaways and maroons in the Americas*. Mona: University of West Indies Press, 2006, p. 68.

Entre as mulheres, destacam aquelas que eram chefes de família. Duas delas, Musunga (família 35) e Magdalena (família 36), são declaradas viúvas, já as outras quatro Magdalena (família 12), Rosa (família 19), Maria (família 26) e Faustina (família 26) não recebem essa distinção. Não acreditamos que isso tenha resultado de um esquecimento de Luiz de Chávez y Mendonza, mas, ao contrário, é provável que ele tenha tentado diferenciar essas mulheres das viúvas. Não sabemos, no entanto, se Magdalena, Rosa, Maria e Faustina eram mães solteiras ou se seus maridos não estavam no *maniel* na época da visita da comissão franco-espanhola. Talvez os maridos destas mulheres estivessem entre os *cimarrones* desconfiados que, conforme Ladín de Guevara, não se reuniram aos demais com a desculpa de estarem muito ocupados com a caça. Ou talvez, alguns destes fossem *alzados* de Petit Trou que, naquele período do ano, estavam envolvidos em alguma transação comercial.

Na casa de uma dessas “mães solteiras”, Rosa, encontramos Bárbara de 4 meses, a moradora mais nova do *maniel* de Neiba. O número de indivíduos nascidos nessa comunidade *cimarrona* é expressivo. Excluindo os solteiros e 9 casais sem filhos, as demais 27 famílias contavam no total com 34 filhos homens e 19 filhas mulheres, dos quais apenas Baro (família 9) foi trazido da França por sua mãe Catalina. Esses filhos de *cimarrones* representavam um dos grandes temores das autoridades colônias em relação às comunidades de escravos foragidos, ou seja, que estas se mantivessem e proliferassem com a reprodução de seus membros, como comenta com consternação, o Governador de Santo Domingo, Manuel Azlor em seu testemunho sobre a expedição que destruiu o *Maniel Viejo* :

[...] vendo que as diligências anteriores que por duas vezes no tempo do Governo de sua Senhoria tinham praticado para o mesmo fim não haviam produzido o efeito desejado, mas sim ao contrário de ficar mais insolentes os ditos negros e mais donos de si e dos terrenos que ocupavam pelo rechaço de nossa gente e alguns mortos que houve entre eles. Tendo em mente mais que as más conseqüências referidas que deviam ser temidas e naturalmente continuariam se os ditos negros se mantivessem por mais tempo nas montanhas aonde se iam multiplicando com as mulheres que tinham roubado, não houve outro meio que o de fazer a presente expedição

e chegar a enviá-la pessoalmente para que tivesse, se pudesse, seu efeito cumprido¹⁰⁷.

Podemos contar entre os *cimarrones* pertencentes à geração do *Viejo Maniel* todos aqueles com mais de 15 anos naturais do Baoruco, entre os quais destacamos os com 60 anos de idade: Pioró e Maria (Família 2), Andres e Catalina (Família 3), Santiago (Família 4), Sanvio (Família 30) e Guamina (Família 32). Quanto aos demais indivíduos mais velhos, não podemos afirmar se eles integravam ou não o *Viejo Maniel*, exceto Santiago (família 1) que, como vimos, em 1783, declarou viver no comunidade *cimarrona* há quase 50 anos. Por razões que desconhecemos, foi justamente Santiago que se tornou conselheiro do *maniel* de Neiba após a morte dos venerados “negros velhos”.

Assim, conforme Luiz de Chávez y Mendonza, em suas considerações gerais, o governo do *maniel*, na época de sua visita, não estava nas mãos de uma autoridade específica, sendo as questões comuns resolvidas por determinados indivíduos, cuja forma de escolha não ficou clara. É possível que a divisão do poder tenha alguma relação com a distribuição das terras onde eram cultivados arroz, milho, banana, cana-de-açúcar e batata. Isso esclareceria o mistério em torno da divisão das lavouras observado por Carlos Estaban Deive que não via razão aparente que justificasse porque Pioró e Maria, um casal de idosos com filhos casados, tinham 3 unidades produtoras, enquanto Juan Batista e Sambué (família 16), país de 5 filhos, tinham apenas 1 lavoura¹⁰⁸.

Ainda segundo Deive, para além da agricultura, os *cimarrones* caçavam porcos selvagens e criavam aves em curral. O historiador dominicano acredita que a caça fosse uma tarefa reservada aos homens solteiros, entre os quais 7 deles não possuíam lavoura¹⁰⁹.

No que se refere à organização física do *maniel* de Neiba, Antonio Ladín Guevera relata que a comunidade foi construída num vale cercado por montanhas de

¹⁰⁷ Anexo da carta del Gobernador Manuel de Azlor a Julián de Arriga. Santo Domingo, 26 de marzo de 1768, tradução nossa.

¹⁰⁸ DEIVE, op.cit., p.87.

¹⁰⁹ Ibid., p.87.

variadas alturas que se distanciavam uma das outras “dois tiros de canhão”. Os *cimarrones* utilizavam algumas dessas montanhas como postos de vigilância. Contudo, Guevara não identificou formas artificiais de defesa, como as existentes no *Maniel Viejo*¹¹⁰, ponderando que as defesas naturais eram mais que suficientes para proteger aquela comunidade.

No fundo do vale estavam localizados “os principais ranchos dos negros”, e aqui reiteramos a hipótese de que a comunidade era governada por algum grupo em particular. As demais habitações, 42 no total, foram construídas de forma dispersa pelo vale, constituindo uma espécie de anfiteatro. O espaço ocupado pelos mencionados ranchos era equivalente a “um tiro de fuzil”. E, apesar de Moreau de Saint-Méry descrever o Baoruco como uma região bem servida de água¹¹¹, no caso específico do *maniel* isto não foi verificado, pois a principal fonte ficava no fundo de um vale estreito a certa distância do povoado aonde os *cimarrones* buscavam uma água turva que, quase sempre, lhes deixava doente¹¹².

A visita da comissão franco-espanhola revelou também aspectos da vida no *maniel* de Neiba, como a língua e a religião adotadas na comunidade.

Afora, Santiago (família 1), foragido de Santo Domingo, que falava espanhol e Felipe (família 5), segunda geração de *crioulos* nascidos no *maniel*, que falavam um

¹¹⁰ Sobre a defesa do *Maniel Viejo*, o Governador de Santo Domingo, Manuel Azlor relata: “[...] para el descubrimiento y reconocimiento de estos refugios y terrenos, ya de grandes hoyos con que han minado los caminos precisos y situaciones que habitan, cubiertos en falso y guarnecidos en el fondo de estuquería fuerte con puntas para precipitar y destruir los que cayesen, y ya, por último, con pequeños parapetos en distancias, cubiertos de bejucos nacidos, representando a la apariencia bosques, lo que es disposición artificiosa para el uso de sus armas”. Anexo da carta del Gobernador Manuel de Azlor a Julián de Arriga. Santo Domingo, 26 de marzo de 1768.

¹¹¹ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique et politique de la partie espagnole de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur le climat, la population, les productions, le caractère & les moeurs des habitants de cette colonie, & un tableau raisonné des différentes parties de son administration*. Philadelphie: Imprimé & se trouve chez l'auteur, imprimeur-libraire au coin de Font & de Walnut Streets, 1796, v.1, p.79-84.

¹¹² Relación y Diario de reconocimiento que pudo ser practicable en las montañas de Baoruco al S. de la villa de Neiba, que sirven de guarida a los negros esclavos fugitivos de ambas coronas, que con arreglo a las instrucciones que el teniente coronel e ingeniero comandante de esta isla Española ejecutó el ingeniero voluntario y teniente del Batallón Fijo, Dn. Lorenzo Núñez, desde dicha villa. Santo Domingo, 20 de febrero de 1786 apud DEIVE, op.cit., p.161-168, tradução nossa.

francês compreensível, os demais *cimarrones* se comunicavam por meio de uma espécie de *pidgin* utilizado no lado francês da Ilha de Española¹¹³.

Nenhuma crença religiosa foi identificada pelos membros da comissão franco-espanhola. No entanto, na época visita de alguns moradores do *maniel* já conheciam a fé Católica, pois, como veremos no terceiro capítulo, em 1783, durante o início das negociações sobre a redução, 46 *cimarrones* desceram até o rancho de Cristóbal aonde foram batizados pelo pároco Juan de Bobadilla, tendo alguns deles, até mesmo, assistido a missa realizada na véspera da festa de San Isidro¹¹⁴.

Precisamos considerar aqui que, muito provavelmente, os moradores do *maniel* de Neiba tentaram se resguardar o máximo possível na presença daqueles que até então haviam tentado os destruir. Desse modo, os *cimarrones* ocultaram muitas informações, sejam relacionadas às práticas cotidianas — como por exemplo, crenças e ritos adotados —, sejam referentes à organização da própria comunidade — como, os nome dos líderes do grupo.

No que se refere, particularmente, ao governo do *maniel* de Neiba devemos observar que alguns indícios apontam que os “negros velhos” foram sucedidos e que a comunidade, ao contrário do que expõe Chávez y Mendonza, não estava submersa em “verdadeira anarquia”. Não por acaso 6 ranchos tinham um lugar central no vale. Não por acaso Santiago, o conselheiro, e Felipe eram os que se comunicavam melhor. Não por acaso os prováveis maridos de Magdalena, Rosa,

¹¹³ Sobre a língua utilizada em Saint Domingue, Carolyn Fick observa: “Their [slaves] induction into the New World, however, was also a meeting and blending of cultures, and from this historical situation emerged what came to be the single unifying language of creole, decidedly African in its structure and rhythm, but characteristically European in its lexical dynamics. The genesis and subsequent evolution of this language, assumed to have occurred out of the very early eighteenth-century slave experience in Saint Domingue, thus provided a common linguistic framework for communication among slaves, one into which new African arrivals of diverse ethnic groups and languages could readily be integrated. In fact, through cultural adaptation to their New World setting, slaves had, by the eve of the revolution, acquired an essential unifying tool that enabled both Africans of widely different origins, as well as slaves born in Saint Domingue, to share experiences, exchange views and opinions, communicate their ideas, and even conspire against the master. FICK, Carolyn E. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990, p.40.

¹¹⁴ Anexo da Carta del Gobernador Isidro Peralta y Rojas a D. Joseph de Gálvez. Santo Domingo, 24 de julio de 1783 apud DEIVE, op. cit., p.112-119.

Maria e Faustina não foram arrolados no censo. Por fim, não por acaso Pioró e Maria eram os únicos no *maniel* com 3 lavouras.

Algumas dessas lacunas na história dessa comunidade *cimarrona* conseguiremos preencher a partir da análise de seu processo de redução, no último capítulo desta dissertação, outras, no entanto, subsistirão, pelo menos até que estudos baseados na documentação integral sobre o *maniel* de Neiba possam ser realizados.

Capítulo II

A Ilha de Española entre colônias, impérios e a fronteira *cimarrón*

Desde o início da presença espanhola até as décadas finais do século XVI, a economia de Santo Domingo foi baseada na exploração do ouro e na produção de açúcar. Com o declinar destas atividades, a criação de gado se tornou a principal atividade econômica da ilha. A comercialização do couro, por sua vez, passou a compor parte significativa das exportações da colônia para a metrópole, além de manter um lucrativo tráfico ilegal realizado entre colonos e corsários de diferentes nações européias, sobre o qual Carlos Esteban Deibe explica que:

O comércio de gado se baseava substancialmente na exportação regular e controlada de cora para a Espanha, assim como o contrabando destes com corsários de várias nações européia. Mas os preços estabelecidos pela *Casa de Contratación*, dez pesos por pele, eram muito inferiores aos oferecidos pelos ditos corsários, enquanto por outro lado, as mercadorias importadas a partir da península tinham custo muito elevado por causa da inflação dos preços das mesmas na Europa. Estas mercadorias não só custavam caro, como demoravam a chegar na ilha e, portanto, acabavam sendo fornecidas pelos corsários em troca de cora, açúcar e outros produtos¹¹⁵.

As benesses deste contrabando recaiam, especialmente, sobre as cidades no oeste e norte da ilha, distantes dos olhos das autoridades coloniais e na rota dos navios que adentravam o Caribe.

Em princípios do século XVII, com o intuito de coibir as relações comerciais ilícitas que prejudicavam o domínio espanhol no Novo Mundo, o *Consejo de Indias* determinou a transferência das cidades da costa oeste e norte da ilha para áreas próximas da cidade de Santo Domingo, onde estava localizado o centro administrativo da colônia. O traslado dos povoados foi um verdadeiro fracasso.

¹¹⁵ DEIBE, Carlos Esteban. *Los guerrilleros negros: Esclavos fugitivos y cimarrones en Santo Domingo*. Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1989, p.60, tradução nossa.

Muitos colonos preferiram ir para Cuba e aqueles que acataram a ordem real perderam na viagem grande parte de seus escravos e gado. As cidades fundadas no sul de Española não prosperaram e o número de colonos diminuiu significativamente. Deste momento em diante, Santo Domingo submergiu em profunda prostração socioeconômica¹¹⁶.

O estado de extrema miséria e vulnerabilidade em que se encontrava a colônia espanhola nas primeiras décadas do século XVII acabou por facilitar o estabelecimento de indivíduos das mais diversas nacionalidades nas terras do norte recém-despovoadas. Em 1629, alguns franceses aportaram na Ilha de Tortuga, a poucos quilômetros da costa noroeste de Española e, associados a escravos, fugitivos e aventureiros de distintas classes e procedências, deram origem à sociedade de flibusteiros que assolou o Caribe durante anos. Partindo de Tortuga, estes piratas iniciaram a ocupação da parte ocidental da ilha. Os ingleses, por sua vez, não foram bem-sucedidos na tentativa de ocupar as Antilhas a partir da conquista de Santo Domingo. No entanto, o transtorno causado pelo plano arquitetado por Oliver Cromwell agravou ainda mais a situação catastrófica da colônia na década de 1660¹¹⁷.

Com a designação de Bertand d' Ogeron, como governador da nova possessão, em 1665, os franceses ocuparam formalmente a ilha. A fundação de Saint Domingue fazia parte do esforço francês de colonização das Antilhas, inicialmente tímido se comparado ao desenvolvimento das ilhas inglesas vizinhas, que, a partir da segunda metade do século XVII, se dedica ao cultivo de açúcar em grande escala¹¹⁸.

¹¹⁶ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manuel. *La colonización de la frontera dominicana (1680-1795)*. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2005, p.20.

¹¹⁷ "A mediados de 1654 Oliver Cromwell, Lord Protector de Inglaterra, traza un vasto plan de ocupación de las Islas Antillas, cuyo centro de operación sería Santo Domingo. Envía contra ella una poderosa flota naval. Estuvo a punto de caer en manos británicas, pero el plan se frustra. Tras varios reveses, se dirigen hacia Jamaica que fue ocupada con facilidad. Este hecho fue un serio toque de atención sobre los riesgos que se estaban desarrollando en el área caribeña por su grave despoblación. [...] La situación era catastrófica en la década de los 60 con las viruelas, las pestes, las plagas sobre los cacaoteros, que supusieron su hundimiento como sector económico de exportación, y sobre los conuscos de yuca y plátano, un ciclón y un terremoto que sumió a la población en un estado de miseria calamitoso, que llevó incluso a una parte de éste hacia la emigración". *Ibid.*, p.21.

¹¹⁸ BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro / São Paulo: 2003, p.339-343; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*: Senhores,

Tal mudança refletia a renovação na política colonial francesa empreendida por Jean Baptiste Colbert que assegurou o fortalecimento do poder metropolitano nas Antilhas a partir da uniformização da administração colonial. Além disso, Colbert promoveu mudanças significativas no plano econômico com a criação, em 1664, da *Compagnie des Indes Occidentales*, que recebeu o monopólio do comércio com as colônias antilhanas francesas. Sua posterior extinção, uma década depois, deu início ao comércio exclusivo entre as Antilhas e os portos franceses de Bordeaux, Nantes e La Rochelle¹¹⁹.

Também a cargo desta renovação, a mudança na política colonial francesa repercutiu no governo dos escravos, que passou a ser regulado pelo *Code Noir*, decretado por Luís XIV no ano de 1685. Colbert elaborou a legislação a partir de memórias sobre a escravidão nas Antilhas que havia encomendado e, supõe-se, com base na *Histoire générales des Antilles habitées par les Français* que relata a experiência missionária nas ilhas francesas vivida por Jean-Batiste Du Tertre, entre os anos de 1640-1658, sendo acrescentadas a estas referências, as antigas ordenanças espanholas sobre o trato dos negros que datavam da primeira metade do século XVI¹²⁰.

Em linhas gerais, os sessenta artigos que compõem o *Code Noir* tratavam: a) da afirmação do catolicismo como única religião permitida nas ilhas, o que obrigava os senhores franceses a batizarem e instruírem seus escravos na fé católica, bem como proibia o trabalho dos escravos e a compra e venda deste nos domingos e dias santos; b) da regularização do casamento: que interditava o enlace matrimonial dos súditos não católicos, definia as regras de união entre os negros (escravos e libertos), esclarecia sobre o direito de propriedade sobre os filhos dos cativos que herdavam sua condição social das mães e explicitava que eram os senhores quem decidiam acerca dos casamentos de seus escravos; c) do controle dos escravos no

letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860). São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p.33-34.

¹¹⁹ BLACKBURN, op. cit., p.339-343; MARQUESE, op. cit., p.33-34.

¹²⁰ BLACKBURN, op. cit., p.351-353; MARQUESE, op. cit. p.34-38; LUCENA SALMORAL, Manuel. *Los códigos negros de la América Española*. 2ed. [Spain]: Ediciones UNESCO / Universidad Alcalá, 1996, p.28-29.

espaço externo às propriedades dos senhores que vetava aos cativos o porte de armas e a venda de mantimentos nos mercados locais sem o consentimento por escrito de seus senhores, assim como proibia o encontro de escravos de diferentes propriedades; d) da normatização do governo doméstico dos cativos que estabelecia as obrigações dos senhores para como seus escravos relacionadas às necessidades básicas de alimentação e vestimenta destes; e) da limitação da atuação civil dos escravos e reconhecimento dos direitos e privilégios dos libertos; f) das punições dos crimes cometidos pelos cativos que prejudicavam a ordem da colônia, entre as quais se destaca o artigo 38 que previa a morte para a reincidência na *marronage*, conforme vimos na introdução dessa dissertação¹²¹.

Inegavelmente, a fundação de Saint Domingue deu novo fôlego à decadente economia de Santo Domingo com a instauração de um comércio ativo, embora ilegal, entre as duas colônias¹²². Contudo, no momento mesmo em que os franceses oficializaram sua presença na ilha, tiveram início as disputas acerca, principalmente, da terra e dos escravos, pilares da *plantation* açucareira cuja produção ascendente transformariam Saint Domingue em *L'Isle à Sucre*, conforme nos mostra Trouillot:

Quatro anos após o Tratado de Ryswick, existiam trinta e cinco engenhos em funcionamento em Saint Domingue, mais vinte e cinco prontos para moer e nove sendo construídos. Em 1717, existiam apenas cem engenhos em toda a colônia; em 1724, duzentos podiam ser encontrados apenas na região ao redor de Cap Français. [...] em 1742, as exportações [de açúcar] de Saint Domingue ultrapassaram toda a produção da Martinica no século anterior. Em 1754, a colônia contava com 539 refinarias e, em 1789, as 800 plantações de cana produziram 143.000,000 libras de açúcar — ou seja, quase a mesma produção das ilhas britânicas no Caribe. Entre, 1730 e 1760, Saint Domingue se tornou “L'Isle à Sucre” *par excellence*¹²³.

¹²¹ BLACKBURN, op. cit., p.351-353; MARQUESE, op. cit. p.34-38; LUCENA SALMORAL, op. cit., p.28-29.

¹²² “[Los dos grupos de colonos] no tardaron mucho en darse cuenta de que sus intereses podían complementarse. El Santo Domingo español carecía de una serie de manufacturas que su Metrópoli no podía proporcionarle. Por otro lado, a los franceses les faltaba el ganado preciso para su alimentación y para los trabajos agrícolas, de modo que, a partir de 1681, empezó a desarrollarse un activo comercio de caballos, carne salada, y cueros de vaca, a cambio de mercancías europeas llegadas en barcos franceses”. SOLER, Maria Rosário Sevilla. *Santo Domingo tierra de frontera (1750-1800)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos / CSIC, 1980, p.342.

¹²³ TROUILLOT, Michel-Rolph. “Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth-Century Saint-Domingue. *Review*, v.3, winter 1982, p.335-336, tradução nossa.

Com o tempo, as tensões entre os colonos deram lugar a todo um complexo emaranhado de negociações que envolveram as autoridades coloniais espanholas e francesas, e cujo resultado dependeu da conjuntura político-econômica mundial que moldou as relações das colônias com suas respectivas metrópoles e destas últimas entre si.

Em 1678, com a assinatura da Paz de Nimegue, entre Espanha, França e os Países Baixos, os colonos espanhóis e franceses começaram a discutir soluções para seus problemas¹²⁴. Enquanto os primeiros buscavam, sobretudo, conter os avanços franceses sobre território espanhol, os segundos tinham como principal objetivo recuperar os escravos que fugiam para a colônia vizinha. Tipo de fuga esta muito comum no Caribe, conforme apresentado por Thornton:

O comum, no entanto, era os escravos fugirem de uma colônia para outra, de preferência de uma jurisdição nacional para outra. Tal fuga era comum no Caribe, onde várias nações competiam pelo controle. Desse modo, por exemplo, quando os piratas holandeses invadiram Hispaniola em 1626, muitos escravos tiveram a oportunidade de fugir para as montanhas, e um grande número se juntou aos piratas nas expedições posteriores. Mais tarde, ingleses e franceses chegaram para compartilhar várias ilhotas e, às vezes, uma viagem curta por água era o bastante para levar um escravo de uma ilha (e nação) à outra. O destino de tais escravos era normalmente um ponto de divergência entre os poderes coloniais, tendo sido negociado em inúmeros tratados, e provavelmente nunca foi resolvido¹²⁵.

No caso da Ilha de Española, a proximidade era um dos fatores que motivava os escravos franceses a buscar refúgio em Santo Domingo, cujo vasto território, em parte não ocupado pelos espanhóis, propiciava aos foragidos a possibilidade de se ocultar por longos períodos, quando não permanentemente, num ambiente natural já conhecido, uma vez que semelhante ao de Saint Domingue. No entanto, segundo Jean Fouchard, o grande fator de atração era, sem dúvida, a postura receptiva adotada pelos espanhóis que, embora sujeita às variações das relações diplomáticas entre os dois impérios, dava aos escravos a esperança de ter uma vida melhor, conforme argumenta o autor:

¹²⁴ SOLER, op. cit., p.342.

¹²⁵ THORNTON, John Kelly. *África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier / Campos, 2004, p.362-363.

Existia também a regular recusa [dos espanhóis], durante certas épocas, de extraditar os escravos foragidos, uma prática eventual de proteger os escravos culpados de crimes punidos com a morte; além disso havia também o tratamento dado aos escravos que era [...] mais humano. Havia a esperança de uma vida melhor com menos trabalho pesado entre as atividades de pecuária que não seriam mais que um tipo de liberdade tolerada a partir do momento da chegada; a possibilidade de se tornar um pastor de rebanhos abandonados nas amplas pastagens e de desfrutar de uma relativa liberdade com longas *siestas*; a possibilidade de poder ir e vir sem vigilância e de ter a vida fácil e indolente dos espanhóis [e aqui Fouchard cita Moreau de Saint-Méry que utiliza o mesmo adjetivo para criticar o estilo de vida dos espanhóis]; a possibilidade de alcançar a liberdade em uma sociedade na qual uma grande interpenetração de classes era praticada sem muitas restrições ou complexos raciais¹²⁶.

Carlos Esteban Deive, contudo, discorda de interpretações como a de Fouchard que justificam a fuga dos cativos para Santo Domingo com o argumento de que a escravidão espanhola era mais amena. Como propôs, por exemplo, Frank Tannenbaum, em seu livro *Slave and Citizen*, (numa já superada e antiga discussão) ao classificar a escravidão ibérica como menos severa e com menor propensão ao preconceito racial devido aos princípios religiosos, que reconheciam a humanidade do negro e a longa tradição escravista que resultou num trato paternalista do escravo, fatores estes que diferenciavam radicalmente os ibéricos dos britânicos, norte americanos, holandeses, dinamarqueses e, em certa medida, dos franceses que, ao contrário dos demais compartilhavam com espanhóis e portugueses a fé católica¹²⁷.

Para Deive, a predileção dos escravos franceses não pode ser explicada por essa suposta benevolência dos espanhóis, estando mais relacionada às necessidades do sistema escravista então vigente em Santo Domingo, no qual a escassez de mão de obra levava os espanhóis a utilizarem diferentes estratégias para atrair os escravos para seu território, como nos explica:

[...]. Não menos óbvio é o fato de que as autoridades espanholas admitiam de boa vontade os escravos fugidos, ainda que [...] essa recepção não estivesse relacionada ao melhor tratamento destes, dado pelos espanhóis, mas sim ligado às necessidades do próprio sistema escravista vigente então

¹²⁶ FOUCHARD, Jean. *The Haitian Maroons: Liberty or Death*. New York: Edward W. Blyden Press, 1981, p.276, tradução nossa.

¹²⁷ TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Alfred A. Knopf, 1946, p.65.

na colônia, onde a escassez de mão de obra e o fim do tráfico exigiam se valer daqueles escravos para suprir tais deficiências. Além disso, a liberdade que em algumas ocasiões era concedida aos cativos não resultava de uma política oficial de natureza humanitária, senão que uma tática para atrair o maior número de escravos possíveis. Os libertos constituíam uma mínima proporção e [...] nunca alcançavam sua completa socialização. [Assim,] a predileção dos escravos de Saint Domingue por Santo Domingo não pode ser entendida como um atrativo explicado pela doçura do trato espanhol e a ausência de preconceitos de classe e raciais. A formação social escravista da colônia espanhola sempre teve, como em outras partes da América, um caráter notadamente classista. Se esse caráter diminuiu sua severidade a partir do século XVII isso se deveu, pura e simplesmente, às peculiaridades próprias do sistema nessa época, muito distintas das que prevaleceram durante a etapa da economia de *plantation*, cujas relações sociais foram extremamente rígidas e inflexíveis. A apelação a bondade ou doçura de tais ou quais senhores, assim como a distinção que se pretendeu estabelecer entre o comportamento de espanhóis, ingleses e franceses não é válida, pois para todos eles os escravos não eram mais que um fator de produção sobre o qual estavam baseado suas riquezas e, por tanto, seus interesses não eram filantrópicos nem malignos, mas sim econômicos. Em Saint Domingue do século XVIII, a força de trabalho era constituída fundamentalmente por escravos negros, importados em sua maioria num momento no qual a produção de açúcar e outros produtos se destinava ao mercado capitalista mundial. Foram as condições específicas em que teve lugar esta produção que deram origem às relações de produção cujas contradições foram resolvidas, em grande medida, com a fuga para a colônia espanhola¹²⁸.

A atmosfera de terror¹²⁹ criada em Saint Domingue, para extrair o máximo de trabalho num curto espaço de tempo, era conhecida pelos contemporâneos, entre os quais, o próprio monarca espanhol Carlos III que, na *Real Cédula* de 3 de setembro de 1769, comenta sobre “o tratamento rigoroso que experimentavam [os escravos] e a grande sujeição em que eram mantidos [...] no trabalho, [e que] [...] tem sido a

¹²⁸ DEIVE, op. cit., p.135, tradução nossa.

¹²⁹ One might well argue that the ruthlessly labor-intensive, capitalistic nature of Caribbean slavery necessitated the extraction of maximum labor from the slave in the shortest period of time and that, to do this, the utilization of fear and the creation of an atmosphere of terror were requisite. Yet at the same time, in colonial Saint Domingue there seemed to be an indeterminate line between economic interest, on the one hand, and pure self-indulgent sadism, on the other. Where the one began and the other left off in these cases was hardly clear. Certainly not all masters indulged in such unrestrained excesses of cruelty. There were good ones, and there were the bad ones. But the point is not to determine whether slavery was, after all, a good or bad, a moral or an immoral, system. On the average sugar plantation, even comparatively benevolent masters by colonial standards could not protect their slaves from being overworked and underfed, nor for that matter from the occasional whipping. Even here, though, the benevolence masters may have had toward their slaves was more a question of sparing the slaves' health to prolong their profits than on of altruism; in the end, masters still has absolute rights over the slaves. FICK, Carolyn E. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990, p.36.

causa em todos os tempos de que tenham passado e passem muitos deles [...] a minha jurisdição”¹³⁰.

Tais condições de trabalho obviamente motivaram a fuga, mas não se pode negar que a possibilidade de conquistar a liberdade tenha sido um grande atrativo para os escravos que escapavam da colônia francesa. Possibilidade que não se relaciona a alguma “política oficial de natureza humanitária”, como critica Deive, mas sim com a legislação espanhola que reconhecia os escravos como sujeitos morais e jurídicos com direitos incomuns em outros sistemas escravistas, como por exemplo, a manumissão e a coartação.

Desde o século XIII, os senhores que desejassem poderiam conceder a liberdade aos seus escravos que conseguissem pagar um preço justo por ela. Em 1678, após uma alteração na lei feita por Carlos III, o escravo prescindia da vontade de seu dono para solicitar a manumissão, pois bastava ter o dinheiro para comprar sua liberdade. Já a coartação, ou seja, a concessão dada ao escravo de pagar paulatinamente por sua manumissão, era uma prática comum nos territórios espanhóis, apesar de não ser contemplada em nenhuma lei como direito propriamente dito¹³¹. No entanto, é preciso reconhecer que essas duas possibilidades de liberdade não estavam ao alcance da maioria dos cativos, muito menos dos escravos foragidos. A estes restava, contudo, uma relativa liberdade proporcionada pela “política de redução” adotada pelos espanhóis e que resultou no estabelecimento de reduções, santuários e/ou cidades de negros livres em diferentes localidades da América Espanhola, tendo sido as primeiras fundadas no atual Panamá (1580), no território hoje venezuelano (1603), na Nova Espanha (1609) e em Española (1655)¹³². Sobre este aspecto da colonização espanhola Jane Landers, no seu estudo sobre a cidade de negros livres de Garcia Real de Santa Teresa de Mose, instituída na Florida no ano de 1738, observa que:

¹³⁰ Real Cédula sobre a restitución de negros fugitivos y cimarrones de los franceses. San Ildefonso, 3 septiembre de 1769 apud DEIVE, op. cit., p.295, tradução nossa.

¹³¹ ANDRÉS-GALLEGO, José. *La esclavitud en la América española*. Madrid: Ediciones Encuentros / Fundación Ignacio Larramendi, 2005, p.63-64.

¹³² LANDERS, Jane. *Black Society in Spanish Florida*. Chicago: University of Illinois Press, 1999, p.32.

Embora o sistema legal espanhol permitisse a liberdade, a Coroa assumia que seus beneficiados deveriam viver entre os espanhóis, sob a supervisão dos *vecinos*. Enquanto a Coroa detalhava as instruções relacionadas ao *layout* físico, localização e função das cidades de brancos e índios, não eram feitas disposições formais para as cidades de negros livres. No entanto, os colonizadores espanhóis por todas as Américas eram guiados por um modelo urbano. Este modelo era compreendido pelos colonos como uma missão civilizadora que buscava criar ordem pública e uma vida digna por meio da criação de cidades. Acreditava-se que a vida urbana facilitava a conversão, mas, além disso, os espanhóis davam um valor especial a viver a *vida política*, pois acreditavam que as pessoas de razão se distinguiam dos nômades “bárbaros” pela vida em situações urbanas estáveis. A legislação real refletia um contínuo interesse em resolver o problema dos chamados vagabundos de todas as raças do império. O primeiro foco dos esforços de redução foram os índios, mas, os negros e as populações mestiças aumentaram, então os espanhóis se preocuparam sobre como estes elementos seriam assimilados pelas sociedades “civilizadas”. As “duas repúblicas” a dos espanhóis e a dos índios deram lugar a uma sociedade de castas, as quais viam com crescente hostilidade os grupos imprevistos e não regulamentados. A burocracia espanhola tentou identificar essas pessoas e limitar sua mobilidade física por meio de uma crescente e restritiva legislação racial. Os oficiais proibiam os negros de viverem sem supervisão ou, pior, entre os índios. Toques de recolher e sistemas de passe foram desenvolvidos, os negros desempregados foram forçados a se fixarem em trabalhos. A Coroa reconheceu com alarde o aumento da incidência de *cimarronaje*, [...]. Comunidades de negros foragidos, mulatos, índios e seus descendentes eram comuns em todas as sociedades escravocratas, mas elas representavam um desafio ao conceito espanhol de vida civilizada, bem como as hierarquias raciais e a ordem social que os espanhóis estavam tentando impor. Apesar dos esforços militares, os espanhóis não tiveram mais sucesso do que outros poderes europeus na erradicação de tais assentamentos. Paradoxalmente, é nesse contexto de crescente animosidade racial que os oficiais espanhóis legitimaram as cidades de negros livres. Essas comunidades surgiram nos séculos XVII e XVIII em uma região descrita pelos estudiosos como “o litoral negro” — regiões costeiras do Caribe inóspitas e pouco habitadas. Frente ao um problema insuportável e sem os recursos necessários para “corrigi-los”, a burocracia espanhola se provou flexível e adaptável. Quando as comunidades *marrons* [...] eram muito remotas ou impossíveis de destruir, os espanhóis garantiam a elas sanção oficial¹³³.

Para resolver o problema dos escravos franceses que fugiam para Santo Domingo, incluindo aqueles que eram reclamados por seus donos, Carlos III propôs, na *Real Cédula* de 3 de setembro de 1769, justamente, que:

[...] se reduzam [os negros] à população e vida cristã, política e sociável, prometendo-lhes se necessário for seu indulto em meu Real nome, e que, conseguindo que sejam, lhes proponham ao cuidado de alguns *vecinos* honrados que se encarreguem de sua educação e que sejam ocupados nos

¹³³ LANDERS, Jane. “Garcia Real de Santa Teresa de Mose: A Free Black Town in Spanish Colonial Florida. *The American Historical Review*, v.95, v.1, February 1990, p.12-13, tradução nossa.

trabalhos e cultivos dos campos a proporção da forma de constituição de cada um, a fim de evitar a ociosidade, e que possam adquirir por si mesmos o sustento, dando-lhes bom tratamento e acolhida que corresponde a piedade cristã, cuja consequência os ordeno e mando, observais, cumpríeis e executais [...] ¹³⁴.

A liberdade tutelada que Carlos III sugere acima — e que, como nos mostrou Jane Landers, era uma prática relativamente comum nas Américas, uma vez que intrínseca a “missão civilizadora” do Império espanhol —, poderia resultar, segundo Manuel de Azlor y Urríes, o Governador de Santo Domingo, em um grande perigo para a colônia, pois havia o risco de que parte significativa da grande massa escrava de Saint Domingue migrasse descontroladamente para a o território espanhol ¹³⁵. Por outro lado, os franceses não aceitaram de bom grado tal política de santuários, tendo em mente as constantes negociações sobre os problemas de fronteira que marcaram o relacionamento de espanhóis e franceses na ilha de Española durante os séculos XVII e XVIII.

Negociações que se tornaram tensas após a ruptura da Paz de Nimegue, em 1683, e que permaneceram assim até 1697. Neste ano, com a assinatura do Tratado de Ryswick, o soberano espanhol permitiu que os franceses ocupassem a parte ocidental da ilha. Para alguns historiadores, com o Tratado de Ryswick a Coroa francesa obteve do rei espanhol a cessão da parte da ilha ocupada por seus súditos. Contudo, Maria Rosário Sevilla Soller chama a atenção para o fato de que tal cessão nunca existiu, e se a ocupação francesa se manteve foi somente devido à tolerância ou à fraqueza das autoridades espanholas, mas nunca esteve apoiada em nenhum título legal ¹³⁶.

Aproveitando-se dessa tolerância e da falta de vigilância na fronteira, os franceses avançaram cada vez mais sobre o território espanhol expandindo sua produção agrícola — baseada, principalmente, em: cana-de-açúcar, café, índigo, algodão e no

¹³⁴ Real Cédula sobre a restitución de negros fugitivos y cimarrones de los franceses. San Ildefonso, 3 setiembre de 1769 apud DEIVE, op. cit., p.296, tradução nossa.

¹³⁵ ANDRÉS-GALLEGO, op. cit., p.135.

¹³⁶ SOLER, Maria Rosário Sevilla. “Santo Domingo, Frontera Franco-Española: Consecuencias de la Presencia Francesa en la Isla Española”, *Revista de Indias*, Madrid, anexo 4, 1990, p.165.

cacau — que, ao longo do século XVIII, converteu Saint Domingue na colônia mais próspera do mundo¹³⁷.

Enquanto aumentavam os enfrentamentos entre colonos na região fronteiriça, as autoridades coloniais tentavam chegar a uma boa solução para o problema territorial, mas como não havia nenhum título legal que reconhecesse a posse do ocidente da ilha como sendo da França a validade dos acordos estabelecidos dependia do bom relacionamento entre as duas Coroas.

Após a Paz de Utrecht (1713 a 1715), que pôs fim à guerra de sucessão espanhola com a ascensão da Casa de Bourbon ao trono, e da qual a Espanha saiu completamente enfraquecida, as duas Coroas estreitaram o relacionamento, por meio dos Pactos de Família acordados entre Bourbons espanhóis e franceses ao longo do século XVIII, para, entre outros interesses, proteger suas possessões ultramarinas ameaçadas, sobretudo, pela Inglaterra. Na *Real Cédula* de 23 de junho de 1702, o governador de Santo Domingo era informado que deveria manter boas relações com a colônia vizinha para proteger a ilha dos possíveis ataques britânicos¹³⁸. Com isso, teve início em Espanhola uma política de boa vizinhança que levou a novas tentativas de se pôr fim aos conflitos fronteiriços relacionados, principalmente, ao domínio territorial a questão dos escravos foragidos.

Contudo, é preciso observar que a mudança dinástica espanhola foi acompanhada por uma série de reformas promovidas visando converter, novamente, a Espanha num Estado poderoso. As reformas burbônicas, como ficaram conhecidas, iniciadas por Felipe V e levadas a cabo com maior vigor por Carlos III, foram elaboradas por administradores que, alinhados com o pensamento iluminista da época, planejaram uma política econômica e exterior preocupada em defender os interesses nacionais

¹³⁷McCLELLAN III, James E. *Colonial and Science: Saint Domingue in the Old Regime*. Baltimore / London: Johns Hopkins University Press, 1992, p.63. Sobre a produção agrícola de Saint Domingue antes da Revolução Haitiana, Carolyn Fick indica que: “By 1789, Saint Domingue boasted well over seven thousand plantations, over three thousand in indigo, twenty five hundred in coffee, close to eight hundred in cotton, with some fifty-odd in cocoa, but the cornerstone of her economy and the key of her rapid expansion was sugar”. FICK, op. cit., p.22.

¹³⁸Real Cédula dirigida al gobernador de Santo Domingo, ordenándole el establecimiento de la buena armonía con los franceses. Madrid, 23 de junio de 1702 apud SOLER, op. cit., p.165.

e assegurar o monopólio sobre os recursos coloniais espanhóis então ameaçados pelos Estados europeus que se fortaleceram no período posterior aos conflitos do início do século XVIII, principalmente, a Inglaterra e a França¹³⁹.

A viragem para o Novo Mundo promovida pelas reformas borbônicas marcou uma transformação significativa do sistema colonial arquitetada pelos ilustrados à frente do governo espanhol segundo os exemplos de prosperidade da França e da Inglaterra. Isto porque as medidas adotadas na constituição imperial, período no qual a Espanha era referência mundial por seu pioneirismo na expansão ultramarina, deixaram de representar parâmetros válidos para evitar que o relativo atraso hispânico em relação ao progresso francês e inglês afetasse as fontes riqueza do império¹⁴⁰.

O impacto das reformas não foi imediato, mas ao longo da segunda metade do século XVIII representou o recrudescimento do poder metropolitano nas principais colônias do império que após longa ausência buscou recuperar o controle administrativo então apropriado pelas elites crioulas comprometidas com interesses particulares e sob a influência de comerciantes e de segmentos da Igreja Católica¹⁴¹.

No caso específico de Santo Domingo, as reformas borbônicas impulsionaram o crescimento demográfico da colônia com a retomada da política de fomento à migração de famílias das Ilhas Canárias, criada no início do século XVII para

¹³⁹ BRADING, D.A. "A Espanha dos Bourbons e seu império americano". In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 1997, v. 1, p.397.

¹⁴⁰ Ao discutir o programa do reformismo ilustrado ibérico entre as décadas de 1760 e 1780, Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron observaram que este "foi informado pela percepção da disparidade de poder e da divergência temporal em relação às potências do noroeste europeu, lida agora sob o signo do binômio atraso / progresso. Veja-se, de início, a perspectiva espanhola. [...] os ilustrados espanhóis deram uma formulação mais acabada à ideia de que seu sistema colonial carecia de reformas profundas, com vistas à modificação completa de sua fisionomia. Restaurar, assim, não significava mais [...] retomar a grandeza dos tempos de Fernando e Isabel, mas criar algo inédito. Para responder às novas demandas do presente, fazia-se necessário trocar o espírito de conquista que estivera na raiz do surgimento do império espanhol pela ética das sociedades comerciais como a britânica". BERBEL, M.; MARQUESE, R. e PARRON, T. *Escravidão e política entre impérios e nações: Brasil e Cuba, c.1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010. Utilizamos aqui versão em *Word* anterior a publicação da Hucitec, p.64.

¹⁴¹ BRADING, op.cit, p.401-402.

contornar a crise populacional resultante da transferência das vilas da costa norte da ilha para regiões mais próximas do centro administrativo da colônia¹⁴².

Para além dessa política, as reformas incentivaram: a revitalização da agricultura da colônia com especial atenção às culturas de cana-de-açúcar e tabaco; a expansão da criação de gado e da exploração de madeira então principais atividades econômicas dos colonos; e, por fim, a comercialização legalizada da produção de Santo Domingo¹⁴³.

Tais medidas decorriam do então projeto da administração borbônica para a colônia de Santo Domingo que pretendia torná-la tão próspera quanto sua vizinha. Para tanto os espanhóis, antes de tudo, precisavam ocupar efetivamente a ilha para conter o avanço dos franceses. Assim, ao longo da primeira metade do século XVIII foram construídos postos de guarda nas regiões de fronteira: ao norte nas cercanias de Dajabón (1727); no centro próximo de Mirabelais (1736); e ao sul às margens do rio Mulito, conhecido ainda como Pedernales ou Anse-à-Pitre (1741)¹⁴⁴.

Atenta ao perigo que representava o contínuo crescimento da colônia de Saint Domingue, a Coroa espanhola determinou, em 1759, a expulsão dos franceses da ilha¹⁴⁵. Mas tal medida extrema teve pouca repercussão em Santo Domingo, resultando, somente, na intensificação da vigilância da região fronteira, pois, conforme Maria Rosário Sevilla Soler observa:

¹⁴² No que se refere à política de fomento à migração de famílias das Ilhas Canárias em direção à colônia de Santo Domingo, ver: HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, op. cit., p.19-39.

¹⁴³ SOLER, Maria Rosário Sevilla. *Santo Domingo tierra de frontera (1750-1800)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos / CSIC, 1980, p.1-9.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p.345.

¹⁴⁵ “Aunque en el año de mili setecientos y treze, se pasaron avisos a la corte de Franzia, para que los franceses se contubiesen en el terreno que ocupaban en esa ysla en el tiempo de guerra, no a agradecido efecto alguno esta diligenzia, ni los demás médios suaues aplicados hasta aora, u antes vien, se reconoce intentan no sólo mantenerse en país que en esa ysla han ocupado indeudamente sino extenderse en perjuicio de mi real Corona, he resuelto que les oblique con las fuerzas y que les desamparen, y en su consecuencia, os ordeno deis las providencias nezesarias para que se pase a desalojar a los franceses, assí de lo que nuevamente han ocupado em esa ysla, como de todo el terreno que tienen em ella, pues lo que poseen es con usurpación violenta, y sin derechos alguno”. Real Cédula dirigida al gobernador de Santo Domingo, ordenándole la expulsión de los franceses de toda la isla. Buen Retiro, 12 de septiembre de 1759 apud SOLER, Maria Rosário Sevilla. “Santo Domingo, Frontera Franco-Española: Consecuencias de la Presencia Francesa en la Isla Española”, *Revista de Indias*, Madrid, anexo 4, 1990, p.166.

A realidade é que a política oficial era muito diferente do espírito de convivência que, logicamente, teve que ser imposto entre os colonos de ambas as nações. [...] que não demoraram muito a se dar conta de que a coexistência pacífica só traria benefícios para todos. As relações comerciais, ainda que oficialmente proibidas, eram cada vez mais intensas, sobretudo, no que se refere ao tráfico de gado. [...]. A tranquilidade na fronteira era fundamental para o bom desenvolvimento deste comércio, no qual os colonos espanhóis, inclusive as autoridades coloniais, estavam interessados, e que quase sempre favoreceram, não sendo conveniente a expulsão dos colonos franceses, ainda mais porque os espanhóis desfrutavam dos avanços que aqueles acabavam trazendo para o lado oriental da ilha.¹⁴⁶

Esse descompasso entre a política oficial espanhola e a realidade das relações coloniais na ilha de Española tendeu a diminuir durante a década de 1760 devido a assinatura do Terceiro Pacto de Família (1761) e a subsequente entrada da Espanha na Guerra dos Sete Anos. Voltava-se a uma situação similar àquela definida pela Paz de Utrecht, no início do século XVIII, uma vez que o sobredito pacto tinha como objetivo fundamental proteger os interesses econômicos da Espanha e França nas Américas ameaçados pela Inglaterra. Uma das consequências diretas do Terceiro Pacto de Família foi a retomada da política de boa vizinhança que levou, em 1762, ao estabelecimento entre as autoridades de ambas colônias de um novo acordo de mutua ajuda que apontava a necessidade da formalização de um tratado de limites territoriais e estabelecia a restituição dos escravos foragidos que fossem reclamados¹⁴⁷.

Nesse meio tempo, as autoridades espanholas coloniais e metropolitanas discutiam entre si o destino que seria dado aos escravos foragidos não reclamados por seus donos. Em 1761, o Governador de Santo Domingo, Manuel de Azlor y Urríes, propôs a Carlos III que os cativos não reclamados fossem considerados bens vacantes que pudessem ser vendidos em benefício da *Real Hacienda*, assim como faziam os franceses com os escravos espanhóis capturados do seu lado da ilha. O *Consejo de Indias*, no entanto, negou essa proposta, pois, segundo este, todos os escravos foragidos de outros países, reclamados ou não por seus donos, passavam a ser livres quando adentrassem território espanhol, onde deveriam ser reduzidos a vida

¹⁴⁶SOLER, Maria Rosário Sevilla. *Santo Domingo tierra de frontera (1750-1800)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos / CSIC, 1980, p.347, tradução nossa.

¹⁴⁷ DEIVE, op.cit., p.169-170.

cristã e produtiva, conforme determinado na *Real Cédula* de 21 de outubro de 1764, cujo conteúdo foi reproduzido na *Real Cédula* de 3 de setembro de 1769, anteriormente mencionada. Contudo, após o Terceiro Pacto de Família, o *Consejo de Indias* retificou o que havia determinado atribuindo o erro a uma má interpretação do conteúdo da *Real Cédula*, feita por Azlor y Urríes, pois, segundo o *Consejo*, este documento considerava livre somente os escravos que não haviam sido reclamados por seus donos, ou seja, aqueles que ficavam vagando ou formavam *manieles*¹⁴⁸.

Apesar de ter minimizado as disputas fronteiriças, o acordo de 1762 não solucionou o problema dos limites territoriais. Somente a partir da década de 1770, é que teve início uma série de negociações que tratou com maior cuidado tal questão. Em fevereiro de 1772, um acordo provisório assinado entre as duas colônias determinava que se em dez meses as metrópoles não se manifestassem os franceses que haviam avançado sobre território espanhol deveriam abandoná-lo¹⁴⁹. Uma resposta não tardou a chegar, e em abril daquele ano as duas Coroas, enfim, se decidiram por definir os territórios de suas respectivas colônias¹⁵⁰.

Os franceses, no entender de Carlos Esteban Deive, seriam os maiores interessados no estabelecimento da fronteira, pois, ao contrário das acusações feitas pelos espanhóis, eles não pretendiam apoderar-se de toda a ilha, pois desejavam garantir, por meio de um tratado de limites, suas possessões, assegurando, desse modo, o intercâmbio comercial entre as duas colônias e a restituição dos escravos foragidos¹⁵¹. Esse interesse, no entanto, não impediu que Versailles desaprovasse, em 1773, o acordo provisório estabelecido entre os governadores de ambas as colônias. Em resposta ao desinteresse francês nas negociações e a contínua usurpação de seu território a administração colonial

¹⁴⁸ ANDRÉS-GALLEGO, op. cit., p.235.

¹⁴⁹ Carta del gobernador de Santo Domingo remitiendo a la Corte el acuerdo provisional firmado con los franceses el 25 de febrero de aquel mismo año. Santo Domingo, 10 de marzo de 1772 apud SOLER, op. cit., p.362.

¹⁵⁰ Real Orden dirigida al gobernador de Santo Domingo, previniéndole que llegara a un acuerdo definitivo de limite entre las dos colonias con las autoridades de la parte francesa. Madrid, 19 de abril de 1772 apud, ibid, p.362.

¹⁵¹ DEIVE, op.cit., p.169 e 191.

espanhola não somente passou a deter em seu poder todos os escravos que fugiam da colônia francesa, como também determinou o fim do comércio de gado¹⁵².

A posição radical do governo colonial espanhol surtiu efeito. Em novembro de 1775, um novo acordo provisório foi firmado, no qual ficava estabelecido: a devolução dos territórios ocupados pelos franceses após 1772; o envio para suas respectivas colônias dos escravos fugidos, desertores e todos os demais delinquentes; e, por fim, a suspensão da proibição do comércio de gado¹⁵³. Julgando este acordo como sendo um tanto quanto impreciso as Coroas espanhola e francesa ordenaram aos seus representantes na ilha que trabalhassem mais detidamente sobre o caso.

Em 1776, os governadores de Santo Domingo e Saint Domingue nomearam uma equipe composta por representantes espanhóis e franceses para delimitar os limites definitivos dos territórios de cada colônia. Findo o trabalho da dita comissão, os governantes assinaram, em 28 de agosto do mesmo ano, um novo acordo fronteiriço que seria ratificado pelo Tratado de Limites firmado na vila madrilenha de Aranjuez em 3 de junho de 1777. Segundo o artigo primeiro deste tratado, “ficavam como limites perpétuos e invariáveis entre as duas nações a foz do rio Dajabón ou Massacre na parte norte da citada ilha [Ilha de Española]; e no sul a foz do rio Pedernales ou Anses á Pitre”¹⁵⁴. Veja mapa no final do capítulo.

Junto com o Tratado de Limites, o Conde de Florida Blanca, em nome de Carlos III, e o Marquês de Ossun, representante de Luis XVI, assinaram também o Tratado de Polícia e Boa Vizinhança que regulamentava vários aspectos do relacionamento entre os habitantes dos dois lados da ilha. Em seus artigos, esse tratado expunha os

¹⁵² SOLER, Maria Rosário Sevilla. “Santo Domingo, Frontera Franco-Española: Consecuencias de la Presencia Francesa en la Isla Española”, *Revista de Indias*, Madrid, anexo 4, 1990, p.169.

¹⁵³ Carta de don José Solano informando sobre a la Corte de las nuevas represalias tomadas contra os franceses. Santo Domingo, 24 de junio de 1775. apud, SOLER, Maria Rosário Sevilla. *Santo Domingo tierra de frontera (1750-1800)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos / CSIC, 1980, p.366.

¹⁵⁴ “Tratado de limites en la isla de Santo Domingo entre los reyes de Espana y Francia, firmado en Aranjuez el 3 de junio de 1777”. In CANTILLO, Alejandro del (org.). *Tratados, convenios y declaraciones de paz y de comercio que han hecho com las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon: Desde el año de 1700 hasta el día*. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, 1843, p.526-534.

demais problemas que, direta ou indiretamente ligados à questão da fronteira, perturbavam as duas colônias, dentre o quais: o comércio ilegal de gado; o elevado número de desertores, escravos e delinquentes que buscavam refúgio na colônia vizinha; e a *cimarronaje*¹⁵⁵.

Embora os limites tenham sido estabelecidos, os problemas fronteiriços persistiram, pois, conforme J. H. Elliot:

Mesmo na Europa do final do século XVII, o conceito de demarcação territorial por meio do qual eram definidos os limites fronteiriços não tinha ainda sido totalmente estabelecido. Tais limites nas Américas eram correspondentemente mais obscuros. Fronteiras, fossem entre europeus e índios, ou entre colônias de Estados europeus rivais, eram pouco mais que zonas mal definidas de interação e conflito na terra contestada¹⁵⁶.

Novos fatores passaram a interagir nessa zona de conflito, sobretudo, depois que chegaram à ilha as notícias da Guerra da Independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789-1799). Em Saint Domingue os ideais libertários desses dois eventos acirraram ainda mais as tensas relações sociais entre brancos, mulatos, negros livres, e escravos¹⁵⁷.

Num primeiro momento, as autoridades administrativas de Santo Domingo permaneceram indiferentes ao que acontecia na colônia vizinha, porém quando os mulatos liderados por Vicent Ogé e Jean Baptiste Chavannes se revoltaram, em 1790, tropas foram enviadas para proteger a fronteira. A grande preocupação do Governador de Santo Domingo, Joaquín García y Moreno, era evitar que as ideias revolucionárias se espalhassem pela colônia pondo em risco a ordem vigente. Após a derrota dos mulatos, os negros deram início, em 1791, a sua revolução impensável, no entender de Trouillot:

¹⁵⁵ “Tratado entre los reyes de Espana y Francia sobre varios puntos de policia y buena vecindad entre los respectivos súbditos habitantes en la isla de Santo Domingo, firmado en Aranjuez el 3 de junio de 1777”. Ibid., p.534-537.

¹⁵⁶ ELLIOT, J. H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America (1492-1830)*. New Haven / London: Yale University Press, 2006, p.265, tradução nossa.

¹⁵⁷ DEIVE, op. cit., p.191-213; SOLER, op.cit., p.377-408.

[...] a Revolução Haitiana entrou para a história com a peculiar característica de ser impensável mesmo que tenha acontecido. Os debates e as publicações oficiais da época, incluindo a longa lista de panfletos sobre Saint Domingue publicado na França entre 1790 e 1804, revelam a incapacidade da maioria de seus contemporâneos de compreender a revolução em curso em seus próprios termos. Eles podiam ler as notícias com suas próprias categorias, e estas categorias eram incompatíveis com a ideia de uma revolução escrava¹⁵⁸.

Durante os primeiros anos da revolução negra, os espanhóis adotaram uma postura defensiva e, relativamente, neutra. A onda de violentos ataques dos negros às *plantations* no início de 1792, fez com que a Coroa espanhola proibisse, por meio da *Real Ordem* de 17 de maio de 1792, a concessão de liberdade aos escravos foragidos que buscassem abrigo em Santo Domingo. Enquanto isso, na França, a radicalização do movimento revolucionário resultou na proclamação da República a partir do desmonte da monarquia com execução de Luís XVI. Em 1793, a Espanha se unia a Inglaterra declarando guerra a sua antiga aliada, além de propor uma aliança para os líderes dos negros sublevados não só com o propósito de defender a colônia, mas também com a intenção oculta de se apoderar de toda a ilha. Tendo o acordo sido aceito, as tropas negras estacionaram na fronteira norte passando para o lado oriental da ilha livremente. Tal trânsito, inevitavelmente, fomentou ideias revoltosas na mente dos escravos espanhóis que, sobretudo alguns grupos nas regiões do norte, tentaram reproduzir os acontecimentos que tiveram vez em Saint Domingue¹⁵⁹.

Os espanhóis seguiram seu projeto de reconquistar a ilha até que este foi abruptamente interrompido, no ano de 1794, quando Toussaint Louverture e seus homens passam à defesa da República após a abolição da escravidão em todas as colônias francesas. Em fins de 1795, chega à ilha a notícia da assinatura do Tratado da Basiléia que selou a paz entre França e Espanha e determinou a cessão da parte oriental da ilha para o domínio francês¹⁶⁰.

¹⁵⁸ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995, p.73, tradução nossa.

¹⁵⁹ DEIVE, op. cit., p.191-213; SOLER, op.cit., p.377-408.

¹⁶⁰ DEIVE, op. cit., p.191-213; SOLER, op.cit., p.377-408. Para uma visão mais detalhada da Revolução Haitiana, ver, entre outros: DUBOIS, Laurent e GARRIGUS, John D. *Slave Revolution in the Caribbean (1789-1804): A Brief History with Documents*. New York: Bedford / St. Martins, 2006; FICK, Carolyn E. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The

A fronteira *cimarrón* ergue-se na Serra do Baoruco

Para além das questões acerca das disputas territoriais e da devolução dos escravos foragidos, as relações entre espanhóis e franceses na Ilha de Española foram marcadas também pelo combate aos *cimarrones* que habitaram as regiões de fronteira, em particular a região montanhosa localizada no centro-sul da ilha. Como vimos anteriormente, a Serra do Baoruco apresentava condições favoráveis à construção dos *manieles*, despertando, por um lado, as expectativas dos escravos foragidos de alcançar a plena liberdade, e, por outro, inspirando a preocupação dos colonos.

Os primeiros *cimarrones* estabelecidos na Serra do Baoruco de que se tem notícia foram aqueles liderados pelo Cacique Enriquillo que, em 1519, rebelou-se contra os maus tratos e injustiças cometidos pelos espanhóis. O grupo formado por índios e africanos atacou todos os povoados próximos das montanhas do *maniel* espalhando o pânico com uma onda de roubos e mortes que levou as autoridades coloniais a permanecer em estado de guerra por cerca de treze anos¹⁶¹.

Diversas expedições ao Baoruco foram organizadas com o objetivo de capturar Enriquillo e seus homens, mas nenhuma teve sucesso. A guerra chegou ao fim somente em 1532 quando o Capitão Francisco de Barrionuevo, representante da Coroa espanhola enviado para pôr termo à revolta de Enriquillo, conseguiu, após longas negociações, estabelecer a paz com o Cacique¹⁶².

Na segunda metade do século XVI, a medida em que a demanda por mão de obra crescia, com a intensificação da exploração do ouro e da produção de açúcar, as

University of Tennessee Press, 1990; GEGGUS, David P. *Haitian Revolutionary Studies*. Bloomington: Indiana University Press, 2002; JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

¹⁶¹ FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias: Islas y tierra firme del mar Océano*. Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851, v.1, p.140-158.

¹⁶² FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, op. cit., p.140-158.

relações sociais entre senhores e escravos se tornaram cada vez mais tensas elevando significativamente o número de fugas.

Neste período, segundo o viajante italiano Benzoni, a quantidade de *cimarrones* da Ilha de Española atingia a cifra de 7.000 negros, os quais o governo buscava incansavelmente apresar. O antigo refúgio do cacique Enriquillo abrigava então um *maniel* que, nos cálculos do ouvidor e juiz de residência, Alonso López de Cerrano, era formado de 200 a 300 indivíduos. Por essa época, o Baoruco foi também refúgio dos caudilhos *cimarrones*, dentre eles Diego de Guzmán e Diego de Ocampo, que com seus grupos causaram grandes transtornos às vilas no entorno da serra. A tentativa de redução dos *manieles* do Baoruco, arquitetada pelo então Governador de Santo Domingo, Veja Portocarrero, foi a medida repressiva de maior relevância realizada na segunda metade do século XVI, porém sua eficácia foi apenas momentânea, uma vez que os escravos capturados ou mortos eram rapidamente substituídos por novos fugitivos¹⁶³.

No início do século XVII, o caos em torno do processo de transferência das vilas da costa oeste e norte da ilha para áreas mais próximas da capital da colônia, como visto anteriormente, beneficiou os escravos que se aproveitaram da distração de seus donos, muitos dos quais envolvidos em protestos contra a ordem real, para ganhar a liberdade. Assim, em pouco tempo o número de *manieles* se multiplicou nas regiões recém-despovoadas do norte e na Serra do Baoruco¹⁶⁴.

Mas, foi com o estabelecimento da colônia de Saint Domingue que a *cimarronaje* em Española tomou proporções jamais vistas. Preocupados em aumentar a mão de obra necessária para promover o crescimento da colônia, os franceses foram responsáveis pela introdução na ilha de um elevado número de africanos escravizados¹⁶⁵ de modo que, às vésperas da Revolução Haitiana, Saint Domingue contava com uma população escrava de 500.000 indivíduos, aproximadamente 89%

¹⁶³ DEIVE, op.cit., p.43-67.

¹⁶⁴ Ibid., p.63.

¹⁶⁵ Segundo estimativas do Trans-Atlantic Slave Trade Database, entre 1676 e 1790, os franceses importaram legalmente 731.818 africanos escravizados.

da população total da colônia¹⁶⁶. Era inevitável que uma parcela deste enorme contingente escravo buscasse abrigo no lado espanhol da ilha.

Como vimos anteriormente, a disputa pelos negros fugitivos deteriorou ainda mais as relações entre Santo Domingo e Saint Domingue já abaladas pelo problema territorial. Os desentendimentos nas negociações sobre os limites fronteiriços se desdobraram em contendas insolúveis acerca da devolução dos escravos foragidos. De um modo geral, as autoridades espanholas e francesas discordavam em muitos aspectos concernentes ao relacionamento entre as duas colônias, porém elas concordavam em um ponto: as comunidades *cimarronas*, sobretudo aquelas do Baoruco, que transtornavam a vida dos colonos da ilha, deveriam ser destruídas, como expresso no sétimo artigo do *Tratado de Polícia e Boa Vizinhança*, apresentado abaixo:

A permanência dos escravos *cimarrones* no áspero das montanhas e a propagação deles naquele estado de liberdade e independência, é de notório prejuízo aos vassallos ou proprietários de terras das duas nações. Atendendo, pois à segurança pública e para cortar de uma vez por todas o estímulo que se tem dado até agora aos mesmos escravos para efetuar a fuga e o levante, os quais foram e são seguidos de muitos gastos (no mais das vezes inúteis) para sujeitá-los; se estabelece agora pelo presente artigo, que se constituam pelas duas nações as batidas nos montes da fronteira contra os dito *cimarrones*, ficando aos casos que convenha, para lograr maior resultado dessa espécie de guerrilha ou caça: que todos os negros *cimarrones* que de uma ou outra parte sejam apresados, lhes entreguem indistintamente para as mãos da justiça da nação que os apreender, aplicando-lhes (ínterim conste a reclamação de seu dono) ao trabalho de obras públicas; que esta reclamação seja feita no prazo de um ano, que se contará do dia da captura do escravo, e se justificar nesse mesmo tempo o pertencimento de que diz o dono: que verificada esta se lhe entregue o dito escravo, pagando o mesmo dono o prêmio da prisão e a manutenção costeadas no país vizinho aquela quantidade fixa em que deverão concordar desde logo por um instrumento formal (que deve constar como parte desse tratado) os dois comandantes espanhol e francês, para que sirva de regra geral e evite dúvidas, ou recursos arbitrários. Mas que vencido o ano e não realizada a reclamação nem justificação de pertencimento da forma devida, por esse só fato ficará o escravo em propriedade da nação que o apreendeu para dispor dele como disposto nas suas leis particulares, tanto na parte da pena de *compurgação* de seus delitos como na que pode favorecer sua liberdade¹⁶⁷.

¹⁶⁶ McCLELLAN III, op.cit.,p.48-49.

¹⁶⁷ Tratado entre los reyes de Espana y Francia sobre varios puntos de policia y buena vecindad entre los respectivos súbditos habitantes en la isla de Santo Domingo, firmado en Aranjuez el 3 de junio de 1777". CANTILLO, op. cit., p.536, nossa tradução.

Muito antes da assinatura desse tratado os colonos já estabeleciam parceria para combater os *cimarrones*. A partir de 1715, os governadores de ambas colônias organizaram várias expedições contra os *manieles* do Baoruco.

Em outubro deste ano, espanhóis e franceses planejaram destruir os *cimarrones* do Cabo Beata, extremo sul da Serra do Baoruco, mas o ataque não teve sucesso porque o Governador espanhol, Fernando de Constanzo y Ramírez, não cumpriu a promessa de enviar 80 homens para o embate. Em 1717, os franceses marcharam mais uma vez contra o Cabo Beata sob o comando do M. Dubois e novamente não foram bem-sucedidos. Dois anos depois, foi realizada uma expedição contra o Baoruco que resultou na prisão do líder *cimarrón* Miguel ou Michel. Em 1728, M. Charles Baudouin, comandante da milícia de Jacmel, distrito francês mais próximo do sopé da serra, se lançou novamente contra a região do Baoruco conseguindo fazer 46 prisioneiros. Enquanto os colonos atacavam os *manieles*, *cimarrones* desciam a serra e invadiam os lugares indefesos nas cercanias das montanhas para roubar mercadorias, armas e mulheres. Durante a década de 1740, os negros atacaram as localidades francesas de Mirabelais, Cul de Sac e Jacmel, além das vilas espanholas pertencentes às comarcas de Azua, San Juan, Bánica e Barahona. Em resposta às incursões dos *cimarrones* a repressão colonial se intensificou¹⁶⁸.

Em 1740, o chefe da *maréchaussée*¹⁶⁹ de Cul-de-Sac, M. Marillet, liderou um grupo que matou 7 negros e aprisionou outros 14. Seis anos depois, os colonos de Jacmel mataram vários *cimarrones*. M. Baudouin Desmarrattes, genro do comandante da milícia de Jacmel, conseguiu capturar 12 *cimarrones*, em 1757. Uma nova expedição foi organizada em dezembro de 1761, quando muitos negros foram mortos e outros feitos prisioneiros apesar de terem resistido ferozmente. Em 1768, o Governador de Santo Domingo, Manuel de Azlor y Urríes, realizou uma das últimas tentativas de

¹⁶⁸ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur sa population, sur le caractère & les mœurs de ses divers habitans, sur son climat, sa cultures, ses productions, son administration, &c., &c.* Philadelphie: Et s' y trouve chez l'auteur, au coin de Front & de Callow-Hill Streets..., 1797-1798, v.2, p.497-499; DEIVE, op.cit., p.194-195

¹⁶⁹ Corpo de guarda francês criado especialmente para perseguir os escravos fugidos e os *cimarrones*. Corporação construída a imagem e semelhança daquela que existiu na França antes do surgimento da *gendarmeria*, organização policial organizada militarmente DEIVE, op.cit., p.137.

destruir o *maniel* de Neiba. Oito anos após o fracasso de Azlor, o novo Governador espanhol, José Solano y Bote, participou, ainda que parcialmente, de outra expedição contra o *maniel* de Neiba organizada pelo Governador francês M. D'Ennery e comandada por M. Saint-Vilmé, um oficial da vila de Mirabelais. O grupo atacou o *maniel* em janeiro de 1777, mas os negros fugiram para a floresta onde não puderam ser seguidos pelos soldados¹⁷⁰.

Segundo Carlos Esteban Deive, nenhuma outra incursão ao Baoruco digna de menção aconteceu nos anos seguintes às frustradas expedições de Azlor e D'Ennery, apesar das investidas dos *cimarrones* às vilas nas redondezas da Serra do Baoruco terem continuado a ocorrer¹⁷¹.

Tais tentativas frustradas de tomar as montanhas do Baoruco e aprisionar os negros fugitivos que lá buscavam refúgio acabaram por motivar as negociações acerca da redução do *maniel* de Neiba, as quais serão vistas no capítulo seguinte. Afinal os europeus não conseguiram conquistar uma das mais altas cadeias montanhosas do Caribe que, nas palavras de Moreau de Saint-Méry, eram “o teatro de cruéis assalto”¹⁷². Ao longo dos anos, com vimos anteriormente, esta região se transformou em um polo de atração de escravos foragidos que a converteram numa fronteira *cimarrón*.

Alistair Hennessy, em *The frontier in Latin American History*, utiliza o termo *maroon frontier* para descrever os lugares ocupados por algumas comunidades *maroons* nas Américas. Segundo este autor, tais comunidades eram por definição sociedades de fronteira no interior das quais os negros construía espaços de resistência¹⁷³. De fato, muitas comunidades de escravos foragidos se estabeleceram em regiões fronteiriças para explorar em benefício próprio às relações e de interação e conflito intrínsecas a espaços como este.

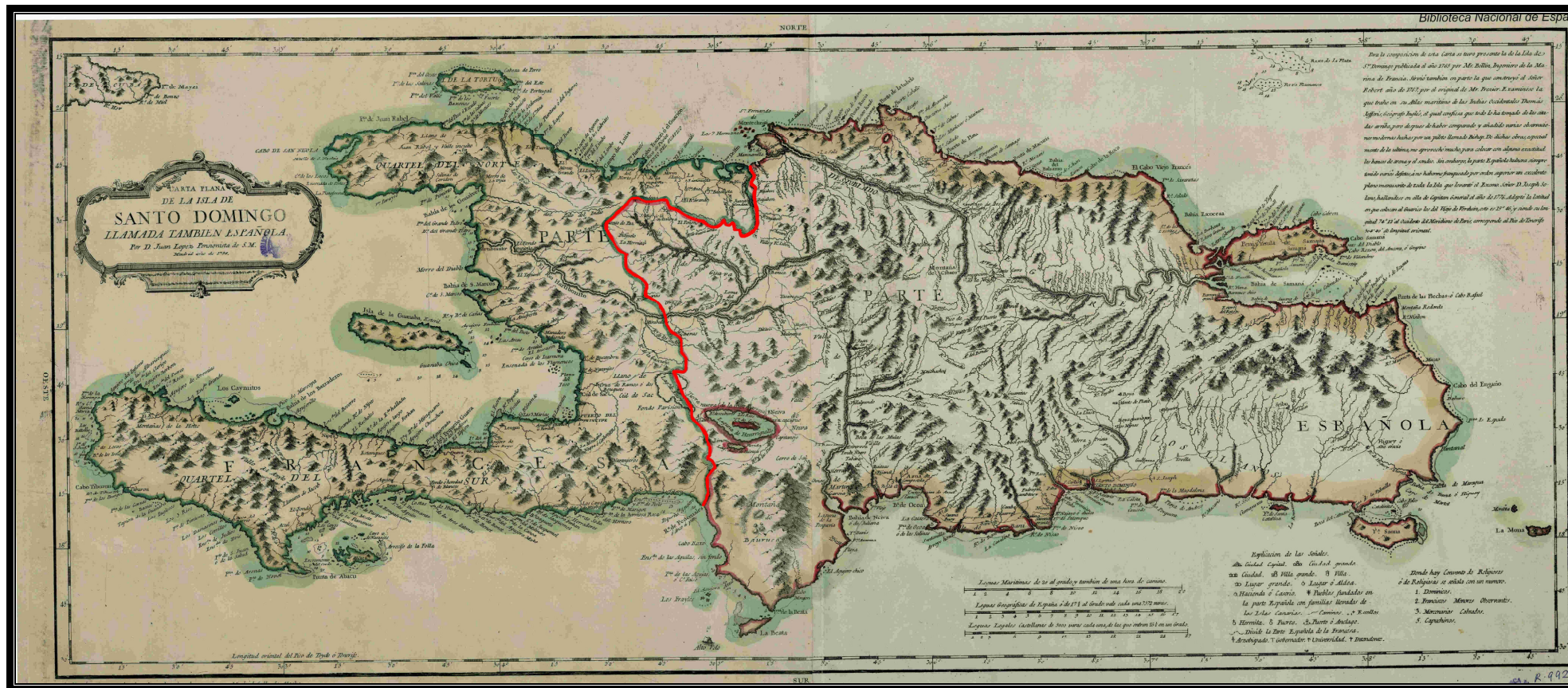
¹⁷⁰ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. op.cit. p.497-499; DEIVE, DEIVE, op.cit., p.194-195.

¹⁷¹ DEIVE, Carlos Esteban. Los cimarrones del *maniel* de Neiba: Historia y Etnografía. Santo Domingo: Banco Central da República Dominicana, 1985, p.17.

¹⁷² MOREAU DE SAINT-MÉRY, op.cit., p.497.

¹⁷³ HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. London: Edward Arnold, 1978, p171-172.

Aqui, portanto, não vemos a fronteira como o liminar entre o civilizado e o bárbaro, ainda que assim o tenham feito os europeus, sobretudo, quando explicitamente utilizaram a palavra *cimarrón*, no sentido de selvagem, para denominar os escravos que escaparam da sociedade escravista. Acreditamos que a fronteira *cimarrón* foi antes de tudo o espaço da socialização ainda que também tenha sido do refúgio; foi o lugar do encontro ainda que tenha sido igualmente o do embate; e foi, principalmente, o espaço de convergência de temporalidades históricas distintas. No Baoruco, e particularmente no *maniel* de Neiba, podemos observar o movimento que foi do conflito à negociação e reuniu impérios, colônias e a comunidade *cimarrona* em momentos históricos distintos, porém coexistentes.



Mapa de limites elaborado, em 1784, por Don Juan Lopez

Biblioteca Digital Hispánica

[Tracejado em vermelho nosso]

Capítulo III

O processo de redução do *maniel* de Neiba

Na introdução dessa dissertação, vimos que a evasão seguida da formação de comunidades de escravos foragidos representou uma das respostas à escravização de africanos e ameríndios perpetrada nas Américas pela expansão colonialista europeia. Contudo, embora a fuga escrava possa ser vista, em certa medida, como uma negação do sistema escravista, na prática, a relação entre esses dois mundos — o da *marronage* e o da escravidão — geram espaços de negociação, no interior dos quais *cimarrones* e autoridades administrativas e econômicas das sociedades escravocratas procuraram estabelecer um meio-termo no conflituoso e inevitável convívio.

Para Alvin Thompson, essa busca por um meio-termo determinou o fim da contenda armada e o início do diálogo pacífico quando os diferentes envolvidos nela não aguentavam mais sustentar a situação degradante na qual estavam imersos. Por esse motivo, eles aceitaram estabelecer acordos que, apesar de não satisfazerem plenamente ambas as partes, garantiam certa tranquilidade, conforme exposto abaixo:

A mudança do diálogo armado para o pacífico e, finalmente, para os tratados nasceu da necessidade de alguma acomodação percebida por ambos, *maroons* e senhores de escravos.

Os *maroons* tinham que lutar continuamente para evitar que seus sistemas políticos fossem destruídos por forças militares; eles, frequentemente, tinham que mudar seus assentamentos para novas localidades; e eles gastavam grande parte de seu tempo, recursos e energia nas estratégias defensivas. Até mesmo aquelas comunidades que resistiram às incursões militares por anos não poderiam ter certeza de uma vida completamente estabelecida enquanto as expedições de apresamento fossem continuamente enviadas contra elas. Ao menos teoricamente, os tratados significaram que eles não precisariam mais contar seus mortos e feridos [...]. Apesar das restrições que os acordos lhes impunham, os *maroons* que assinaram tratados devem ter considerado que os aspectos positivos iriam se sobrepor aos negativos.

Quanto à posição dos senhores de escravos, [...] os tratados eram mais que uma concessão aos *maroons*: eles foram a admissão implícita de que os *palenques* não poderiam ser conquistados pela força. Os tratados consistiam numa dolorosa solução para um doloroso problema. Os governos foram forçados a moderar a retórica pública com a diplomacia privada, reconhecendo tacitamente a liberdade dos *maroons*, a fim de evitar a guerra contínua. A maioria dos senhores de escravos entendiam a necessidade de acomodação, especialmente em relação às comunidades *maroons* de grande porte e estabelecidas há muito tempo. Outros foram ambivalentes, esperando ao mesmo tempo em que não mais esperavam alcançar tal acomodação. Por um lado, eles desejavam desfrutar da paz e da segurança encontrada após esses tratados, para serem capazes de reorganizar suas vidas e dar prosseguimento aos seus negócios, fazendo dinheiro e aproveitando a boa vida do mundo idílico das plantações de açúcar, cacau e café. Por outro lado, eles sabiam que os tratados significavam o fim de todas as esperanças de recuperar o controle sobre escravos foragidos ou de recuperar o dinheiro que gastaram na compra daqueles¹⁷⁴.

Buscando compreender, ainda que pontualmente, esses espaços de negociação, construídos nas Américas e, de um modo geral, no mundo Atlântico, analisamos, na sequência, os principais acontecimentos que compuseram o processo de redução do *maniel* de Neiba.

Voltamo-nos então para o ano de 1782, quando, conforme nos relata Moreau de Saint-Méry, o tenente da milícia da vila de Anses-à-Pitre, M. de Saint-Larry, em suas constantes buscas por escravos foragidos, entrou em contato com alguns colonos espanhóis que mantinham relações com os habitantes do *maniel* de Neiba. Com a ajuda de um destes, Diego, o integrante da família Félix que vivia na praia de Petit Trou com uma negra holandesa, M. de Saint-Larry conseguiu promover um encontro com os *cimarrones*. Foi quando o oficial francês tentou convencê-los a se renderem para formar uma comunidade que seria sancionada pelo governo francês¹⁷⁵.

Nesse mesmo período, M. de Saint-Larry mantinha contato com outros moradores da fronteira, entre os quais se destacava Antônio Félix, o mais próspero dos irmãos

¹⁷⁴ THOMPSON, Alvin O. *Flight to Freedom: African Runaways and Maroons in the Americas*. Mona: University of West Indies Press, 2006, p. 296-297, tradução nossa.

¹⁷⁵ MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur sa population, sur le caractère & les mœurs de ses divers habitans, sur son climat, sa cultures, ses productions, son administration, &c., &c.* Philadelphie: Et s' y trouve chez l'auteur, au coin de Front & de Callow-Hill Streets..., 1797-1798, v.2, p.499-500.

daquela família, para quem, segundo Moreau de Saint-Méry, o oficial francês contou seu plano de pacificar o *maniel* de Neiba¹⁷⁶.

O interessante nesses primeiros parágrafos do relato de Moreau de Saint-Méry é a presença de membros da família Félix que, muito provavelmente, controlavam o comércio ilegal que movimentava o litoral de Petit Trou. Outra informação que chama nossa atenção é a iniciativa particular de M. de Saint-Larry de propor, sem o conhecimento das autoridades coloniais, um tipo de arranjo com uma comunidade *cimarrona* que, como o próprio Moreau de Saint-Méry descreve, causou tanto prejuízo aos colonos franceses, sendo combatida, por todo o século XVIII, pelas forças militares dos distritos de Jacmel, Port-au-Prince e Mirebalais. Podemos inferir aqui que, de duas uma, ou M. de Saint-Larry já havia sido instruído por seus superiores para tentar iniciar as negociações com os membros do *maniel* de Neiba; ou foram estes últimos que, por meio dos irmãos Félix, começavam a por em prática o desejo de se estabelecer, nos moldes da lei, no território espanhol.

Com uma resposta favorável dos negros do *maniel*, M. de Saint-Larry informou seu plano ao representante do Rei em Jacmel, M. Darcé, e para o segundo no comando de Port-au-Prince, M. de Vincent, que o instruíram a dar prosseguimento às negociações. Na sequência dos fatos, compareceram ao segundo encontro marcado pelo oficial francês Diego Félix e 14 *cimarrones*, “vestidos apenas com tangas, trazendo na cintura uma bolsa de couro, e portando armas de fogo e machados”¹⁷⁷.

Em sua descrição do encontro, Moreau de Saint-Méry identificou os líderes do *maniel* de Neiba como sendo Santiago, crioulo de Bánica, preso pelos *marrons* uns 45 anos atrás, e Felipe, crioulo nascido na floresta. Em nome da comunidade eles anunciaram que aceitariam a proposta de M. de Saint-Larry desde que as autoridades francesas lhes permitissem viver na “paróquia Neiba, onde poderiam ser governados por 3 ou 4 espanhóis”, os quais acreditamos que seriam os Félix. Ao

¹⁷⁶ Ibid., p.500.

¹⁷⁷ Ibid., p.500.

final do encontro Santiago entregou 137 grãos de milho para M. de Saint-Larry que representavam o número de moradores do *maniel* de Neiba naquela época¹⁷⁸.

Em 3 de maio de 1783, a *Chambre d'Agriculture du Port-au-Prince* se manifestou contrária à proposta dos *cimarrones* informando que a garantia de liberdade só seria dada se estes aceitassem se estabelecer na colônia francesa. O relato de Moreau de Saint-Méry para justamente nesta data, sendo retomado somente a partir do final de 1784, com algumas observações pontuais sobre os acontecimentos em torno do *maniel* de Neiba¹⁷⁹.

Ao que parece, as negociações entre franceses e *cimarrones* ficaram suspensas no período sobre o qual Moreau de Saint-Méry se silencia. No entanto, tão logo a resposta negativa da *Chambre d'Agriculture du Port-au-Prince* chegou aos ouvidos dos negros do *maniel*, eles procuraram, acredita-se que novamente com auxílio dos Félix, Felipe de Frómesta, o comandante da fronteira da vila de Neiba, para expor a disposição de se submeterem às autoridades espanholas caso lhes fosse concedida a liberdade de construir um povoado próximo da dita vila.

Em carta de 17 de maio, Felipe de Frómestra solicitou ao Governador de Santo Domingo, D. Isidro de Peralta y Rojas, instruções sobre como responder a solicitação dos negros do *maniel*, a qual já havia informado em comunicado anterior de 5 de maio. Nessa carta, Froméstra fala de seu encontro com 46 *cimarrones* que desceram até o rancho de Cristóbal com a intenção de dar andamento às negociações para “reduzir estes a povoação de vida sociável e civil”. No entanto, como Froméstra não havia recebido resposta do governador acerca da proposição dos moradores do *maniel* de Neiba, o encontro se limitou ao batismo dos negros realizado pelo pároco da vila de Neiba, Juan de Bobadilla¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Ibid., p.500.

¹⁷⁹ Ibid., p.501.

¹⁸⁰ Anexo da carta del Gobernador Isidro Peralta y Rojas a D. Joseph de Gálvez. Santo Domingo, 24 de julio de 1783 apud DEIVE, Carlos Esteban. *Los cimarrones del maniel de Neiba: Historia y Etnografía*. Santo Domingo: Banco Central da República Dominicana, 1985, p.112-121.

Considerando a proposta dos *cimarrones* vantajosa aos interesses da colônia, Peralta y Rojas enviou, em 24 de julho, a seguinte carta para D. Joseph de Gálvez, membro do Conselho de Carlos III, Governador Supremo do *Consejo de las Indias* e Secretário de Estado e de Despacho:

Exmo. Senhor

Meu senhor: D Felipe de Frómesta, tenente de milícia da cavalaria regular e comandante na fronteira de Neiba, quando as duas companhias dessa classe faziam o serviço delas, me deu parte com data de 17 de maio último, ter se apresentado 46 negros dos *cimarrones* que nos *manieles* estão estabelecidos nas ásperas montanhas daquela parte, seguro deu a ordem para ouvir a proposição daqueles que lhes fosse concedido asilo e liberdade de se estabelecer em população e vida civil nas terras próximas da dita Neiba. [...].

Como não chegou em minhas mãos a primeira carta que cita D. Felipe Frómestra [...], admirei seu proceder e a rapidez em admitir os negros na população, passar o pároco a conferir-lhes o batismo e despedi-los para que voltassem ao *maniel*. Mas com a atenção de que o pleno descaso da instância dos negros seria pronta causa para que, obstinados em manter sua liberdade naquelas montanhas, pensassem em mais se fortificar para se defender e ofender, me pareceu conveniente contemporizar com esperanças e, ao mesmo tempo, em carta reservada, prevenir a D. Felipe de Frómestra a precaução para trabalhar no presente e sucessivo. [...].

Sem demora escrevi ao cavalheiro de Bellecombe, governador geral da parte francesa, informando a novidade e a minha intenção em dar sentença sobre ela para que procedendo ao acordo observássemos sem perder de vista o que nos previne o artigo 7 do Tratado definitivo de Polícia, informando às nossas respectivas cortes, sem cujas ordens nada poderíamos executar. [...].

Contestou-me o cavalheiro Bellacombe devido à delicadeza do assunto, e que também tem feito proposições por vias intermediárias e que devendo passar ao fim do ano para a parte sul de sua jurisdição tomará conhecimento e me comunicará suas idéias [...].

Em cuja inteligência e sempre eu desejoso do melhor serviço do rei, adianto este informe e papéis nos quais se baseia, fazendo presente a Vossa Excelência que me parece útil aceitar desta vez a petição dos negros, pois já os pode considerar em seu estado de liberdade e independência, tendo sido frustrada as esperanças de suas apreensões pelas duas expedições que contra eles foram feitas, concorrendo os franceses no tempo de meus antecessores D. Mauel de Azlor e D. José Solano. E se assim se estimar, para desviar em todo tempo o receio de que atentem os negros contra a quietude e seguridade (como aconteceu na Jamaica) lhes situará com a proporção a este objetivo. Eu falei naquelas imediações com o objetivo de que estes mesmo negros, que devemos considerar agradecidos, recebam o bem que desejam, sirvam de auxílio na entrada que deverá ser feita imediatamente para o pleno reconhecimento das montanhas, dos estabelecimentos que têm ocupado para destruí-los e apreender os negros que resistissem à apresentação voluntária. Com o qual reconhecimento e limpeza, continuando as visitas em tempos oportunos, se evitará para o

futuro os males que o crescimento pela propagação e o ânimo, que mais negros fugitivos possam causar, pois o número de escravos que tem a colônia francesa é prodigioso, as montanhas (de aspereza formidável) em sua imediação para se beneficiar delas e se infere o façam os que para lá fogem, se desviando das planícies e povoações desta parte espanhola pela experiência que têm de serem aprisionados. Espero da bondade de Vossa Excelência se servirá para pôr em notícia de Sua Majestade para que me ordenando o que seja de seu real agrado proceda eu a pronta execução [...]¹⁸¹

A carta de Isidro de Peraltas y Rojas apresenta uma série de informações que merecem destaque.

A primeira delas é a preocupação do governador de Santo Domingo em fazer cumprir o artigo sétimo do Tratado de Polícia e Boa Vizinhança, que regulamentava o aprisionamento e devolução dos escravos foragidos entre as duas colônias. Disposição que parece não receber a igual atenção de M. Bellecombe, Governador de Saint Domingue, que não se preocupou em notificar seu par sobre as negociações que M. de Saint-Larry havia dado início, no ano anterior, com os mesmos *cimarrones*. Aqui observamos claramente o descompasso nas relações entre Santo Domingo e Saint Domingue que, como vimos no capítulo anterior, marcou a coexistência dos dois impérios na Ilha de Española.

Em sua carta, D. Isidro de Peraltas y Rojas expressa ainda aquilo que podemos considerar os principais interesses do governo espanhol em estabelecer um acordo com *maniel* de Neiba, quais sejam: o reconhecimento da Serra do Baoruco que, até aquele momento, nem espanhóis, nem franceses tinham conseguido explorar; e a conseqüente eliminação dos *cimarrones* que, desde o início da exploração da mão de obra escrava na ilha, se concentraram naquela região, formando o que consideramos ser uma fronteira *cimarrón*. Seriam estas também as motivações das autoridades da colônia francesa que era, particularmente, a mais prejudicada com a fuga dos escravos.

¹⁸¹ Carta del Gobernador Isidro Peralta y Rojas a D. Joseph de Gálvez. Santo Domingo, 24 de julio de 1783 apud DEIVE, op. cit., p.112-121, tradução nossa.

No entanto, é preciso considerar, igualmente, que a conquista do Baoruco não se relacionava somente ao domínio dos *cimarrones*. Ela estava intimamente ligada às disputas territoriais que agitaram a Ilha de Española desde 1665, quando Saint Domingue foi fundada. Sobretudo, porque nas sobreditas montanhas da fronteira sul entre as duas colônias eram encontradas diversas riquezas naturais. A Serra do Baoruco abrigava a nascente de uma variedade de rios, sendo os principais: o rio Neiba, cuja navegabilidade poderia ser explorada pelos espanhóis com fins comerciais; e o rio Anse-à-Pitre (ou Pedernales), cujas águas poderiam ser utilizadas nos projetos de irrigação que, desenvolvidos pelos franceses em diferentes regiões da colônia, contribuíram com o milagre agrícola de Saint Domingue no século XVIII. Para além disso, o Baoruco escondia em suas terras férteis jazidas de minerais, sendo o ouro um deles¹⁸².

Em contrapartida, o que teria motivado os *cimarrones* se disporem a substituir seu *maniel* por um povoado controlado pelas autoridades coloniais?

Carlos Esteban Deive avança algumas possibilidades:

Os *cimarrones* temiam um novo ataque dos espanhóis ou franceses? Passavam fome ou outras privações? Aspiravam uma vida mais humana e civilizada? Simplesmente se conformaram a obter sua liberdade da Coroa?

No primeiro suposto, a experiência havia mostrado com o aumento da capacidade dos *cimarrones* para resistir com êxito aos ataques das tropas escravistas, e é lógico admitir que o mesmo ocorreria no caso de novas expedições. O segundo, a documentação estudada nos autoriza a asseverar que o *maniel* dispunha, senão de abundante alimento, ao menos o suficiente para não perecer, além de que os *cimarrones* estavam habituados, por suas circunstâncias vitais peculiares, a uma existência

¹⁸² Sobre o potencial comercial do rio de Neiba, ver: MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique et politique de la partie espagnole de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur le climat, la population, les productions, le caractère & les moeurs des habitans de cette colonie, & un tableau raisonné des différentes parties de son administration*. Philadelphie: Imprimé & se trouve chez l'auteur, imprimeur-libraire au coin de Font & de Walnut Streets, 1796, v.1, p.86. Sobre os projetos de irrigação desenvolvidos em Saint Domingue, ver: McCLELLAN III, James E. *Colonial and Science: Saint Domingue in the Old Regime*. Baltimore / London: Johns Hopkins University Press, 1992, p.71-74. Sobre os minérios existentes no Baoruco, ver: MOREAU DE SAINT-MÉRY, op. cit., p.80; WALTON, William, *Estado actual de las colonias españolas*. Santo Domingo: Sociedad Dominicana de Bibliófilos, S.A., 1976, tomo II, p.28-32 apud ARRÓM, José Juan. "Cimarrón: Apuntes sobre sus Primeras Documentaciones y su Probable Origen". In: ARRÓM, José Juan; GARCÍA ARÉVALO, Manuel A. *Cimarrón*. Santo Domingo / República Dominicana; Ediciones Fundación García-Arévalo, 1986.

extremamente frugal. E não se pode descartar o desejo de levar uma vida melhor, livre de permanentes ansiedades e vigílias, não se pode esquecer que para o negro africano transportado à força para as Índias, a palavra civilização sempre foi sinônimo de escravidão. Outro motivo mais poderoso deve, pois, ter sido levado em conta na decisão dos *cimarrones* [...]. Esse motivo não era outro que o de conquistar sua liberdade, porém não uma liberdade precária como a que desfrutavam no *maniel*, mas uma liberdade tutelada pelas leis da Coroa espanhola a fim de que estas lhes protegessem das ameaças dos franceses, seus principais inimigos. Percebe-se que a maioria dos *cimarrones* era oriundas de Saint Domingue, logo é fácil compreender que propusessem se estabelecer em território espanhol, já que sua condição de súditos do monarca católico lhes garantiria a necessária proteção frente a seus antigos amos. [...] os *cimarrones* se negaram obstinadamente a se transferir para a parte francesa da ilha, tal como pretendiam as autoridades dessa colônia¹⁸³.

Tal negativa de se estabelecer em Saint Domingue, no nosso entender, não estava ligada somente ao medo dos negros do *maniel* de se tornarem escravos novamente. A recusa em questão se relacionava a concepção de liberdade dos próprios *cimarrones* que não poderia ser exercida na colônia francesa. Concepção que, acreditamos, se baseava, de algum modo, nas relações comerciais que o *maniel* de Neiba mantinham com os *alzados* de Petit Trou. Corrobora para essa hipótese a destacada participação da família Félix na fase inicial das negociações dos *cimarrones* com franceses e espanhóis.

Em 28 de novembro de 1783, Isidro de Peralta y Rojas recebeu resposta favorável de Carlos III à solicitação dos negros do *maniel* de asilo e liberdade para se estabelecerem na parte espanhola da ilha. No entanto, o rei reiterou a necessidade de se proceder de comum acordo com o governador de Saint Domingue respeitando os termos do Tratado de Polícia e Boa Vizinhaça¹⁸⁴.

Seguindo a instrução de Carlos III, Peralta y Rojas tentou durante todo o ano de 1784 entrar em acordo sobre o assunto com M. Bellecombe. O governador de Saint Domingue, porém, sem resposta de sua Corte que, segundo ele, “teria perdido de vista este assunto”, postergou a definição de um posicionamento até novembro daquele ano quando, mesmo sem uma instrução de Versailles, se decidiu por conceder “o perdão e a liberdade que também lhe pediam os negros”. Ficava então

¹⁸³ DEIVE, op. cit., p.19.

¹⁸⁴ Carta del Gobernador Peralta y Rojas a Gávez. Santo Domingo, 28 de febrero de 1785 apud DEIVE, op. cit., p.122-128.

acordado que, conforme o Tratado de Polícia e Boa Vizinhança, cada uma das colônias seria responsável por estabelecer seus escravos nos respectivos territórios¹⁸⁵.

Uma comissão franco-espanhola de reconhecimento foi formada com a intenção de conhecer melhor a situação do *maniel* de Neiba para, entre outros objetivos, evitar que as negociações atraíssem mais *cimarrones*, igualmente, desejosos de conquistar sua liberdade. Em maio de 1785, liderada pelo decano da Audiência de Santo Domingo, Luiz de Chávez y Mendonza, e por Jean Marie Desmarattes, oficial das tropas nacionais de Saint Domingue, a sobredita comissão se dirigiu ao *maniel*. Lá, conforme mostramos no primeiro capítulo, os comissionados fizeram o recenseamento da população, observaram a constituição da comunidade e aspectos do cotidiano *cimarrón*, bem como realizaram uma identificação primária do Baoruco.

A visita ao *maniel* de Neiba tinha, entretanto, outro propósito. Nessa ocasião, os *cimarrones* foram informados sobre as condições estabelecidas pelas autoridades coloniais para que fosse atendida sua solicitação. Não é preciso dizer com quão desgosto os negros do *maniel* receberam a notícia de que seriam separados entre espanhóis e franceses de acordo com a nacionalidade de seus antigos proprietários. Isso significava que a grande maioria deles, incluindo os nascidos no Baoruco, seria enviada para Saint Domingue, lugar para onde se negavam a ir¹⁸⁶.

As negociações que se seguiram foram marcadas por uma atmosfera tensa. Os *cimarrones* mudavam constantemente de opinião, ora aceitando a transferência para a colônia francesa, ora rechaçando totalmente essa proposta. Enquanto os

¹⁸⁵ Carta del Gobernador Peralta y Rojas a Gávez. Santo Domingo, 28 de febrero de 1785 apud DEIVE, op. cit., p.122-128.

¹⁸⁶ Relación y Diario de reconocimiento que pudo ser practicable en las montañas de Baoruco al S. de la villa de Neiba, que sirven de guarida a los negros esclavos fugitivos de ambas coronas, que con arreglo a las instrucciones que el teniente coronel e ingeniero comandante de esta isla Española ejecutó el ingeniero voluntario y teniente del Batallo Fijo, Dn. Lorenzo Núñez, desde dicha villa. Santo Domingo, 20 de febrero de 1786 apud DEIVE, op.cit., p.161-168; MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur sa population, sur le caractère & les moeurs de ses divers habitans, sur son climat, sa cultures, ses productions, son administration, &c., &c.* Philadelphie: Et s' y trouve chez l'auteur, au coin de Front & de Callow-Hill Streets..., 1797-1798, v.2, p.501.

espanhóis tentavam contornar os obstáculos criados pelos negros do *maniel*, os franceses adotaram uma postura mais rígida e violenta. Em meio a todo esse conflito, o pároco Juan de Bobadilla foi acusado por Jean Marie Desmarretes de ser um elemento desagregador nas negociações. Contudo, segundo a documentação analisada por Carlos Esteban Deive, quem, em certa medida, perturbou o processo de redução foi Diego Félix que, assim como alguns de seus irmãos, se fez presente em diferentes ocasiões que reuniram *cimarrones*, espanhóis e franceses ao longo do ano de 1785¹⁸⁷.

O fracasso das negociações iniciadas em 1782 marcou aquilo que podemos chamar de o fim da fase fraco-espanhola do processo de redução do *maniel* de Neiba que, a partir de então, foi assumido pelos espanhóis.

Observaremos, deste momento em diante, uma maior aderência das negociações com os *cimarrones* à “política de redução” adotada pelos espanhóis nas Américas. Como apresentado no capítulo anterior, esta foi inicialmente adotada para civilizar de forma cristã os ameríndios, mas com o crescimento da população negra e mestiça no império, os espanhóis aplicaram tal política para, igualmente, congregiar esses últimos conforme um modelo urbano que pretendia, por meio da ordem pública, lhes garantir uma vida que consideravam ser digna.

Cabe lembrar aqui que a redução do *maniel* de Neiba não foi o primeiro intento espanhol de estabelecer um povoado negro em Santo Domingo. Nas últimas décadas do século XVII, Padilla Guardiola, Governador interino da colônia, começou a reunir alguns escravos foragidos da parte francesa da ilha, no povoado de San Lorenzo de los Mina, distante uma légua da cidade de Santo Domingo. Dedicados à agricultura, se esperava que os negros de nação mina que lá vivem abastecesse o centro administrativo da colônia, bem como auxiliassem os espanhóis no combate aos franceses sempre que necessário. O povoado se desenvolveu durante a primeira metade do século XVIII, apesar das constantes críticas dos franceses que viam a iniciativa com grande apreensão. Em 1746, San Lorenzo foi ameaçado pelas

¹⁸⁷ DEIVE, op. cit., p.25-37.

disputas entre o governador da colônia e a Companhia de Jesus, proprietária das terras onde tinha sido estabelecido o povoado. Porém, Felipe VI interveio na contenda declarando, em Real Cédula de 21 de agosto de 1748, que tudo deveria ser feito para preservar San Lorenzo, tendo em vista que o povoado era fundamental para evitar a vagabundagem dos negros livres¹⁸⁸.

Com o malogro do projeto franco-espanhol, o arcebispo de Santo Domingo, D. Isidoro Rodríguez y Lorenzo y Portillo, quem há algum tempo via com maus olhos atuação dos governadores¹⁸⁹, passou a disputar com o governador Isidro de Peralta y Rojas o privilégio de dirigir a pacificação dos *cimarrones*. Enquanto isso, os franceses desistiram das negociações e, em agosto de 1786, defenderam, por meio de seu embaixador em Madri, a necessidade de destruir definitivamente o *maniel* de Neiba. Tal proposta foi rechaçada, no início do ano seguinte, pelo *Consejo de Indias* que reiterou a posição espanhola de dar continuidade à redução sem o uso da força¹⁹⁰.

Em setembro de 1787, chegou a Santo Domingo uma Real Cédula datada de 23 de maio que autorizava o arcebispo Isidoro Rodríguez y Lorenzo y Portillo a prosseguir, com o auxílio do pároco Juan de Bobadilla, a redução dos *cimarrones*, devendo esta ser realizada em comum acordo com Manuel González, o novo governador espanhol¹⁹¹.

¹⁸⁸ DEIVE, Carlos Esteban. *Los guerrilleros negros: Esclavos fugitivos y cimarrones en Santo Domingo*. Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1989, p.94-5, 109, 143, 149, 182-183; SOLER, Maria Rosário Sevilla. *Santo Domingo tierra de frontera (1750-1800)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos / CSIC, 1980, p.77-78.

¹⁸⁹ Em fins de 1784, Isidoro Rodríguez y Lorenzo y Portillo passou a criticar a tentativa franco-espanhola de redução do *maniel* de Neiba depois que o pároco Juan de Bobadilla foi transformado no bode expiatório das negociações más sucedidas. Em defesa do cura, Lorenzo y Portillo enviou uma carta para Carlos III, informado que se, às vezes, Bobadilla agia em desacordo com os tratados de polícia estabelecidos com os franceses, não fazia isso com má intenção, pois, seu único objetivo era introduzir “a luz evangélica nas trevas dos corações” dos *cimarrones*. Carta del Arzobispo Isidoro Rodríguez Lorenzo al Rey. Santo Domingo, 25 de octubre de 1784 apud DEIVE, Carlos Esteban. *Los cimarrones del maniel de Neiba: Historia y Etnografía*. Santo Domingo: Banco Central da República Dominicana, 1985, p.121-122.

¹⁹⁰ DEIVE, op. cit., p.43-44; SOLER, op. cit., p.82.

¹⁹¹ Carta del Arzobispo Isidoro Rodríguez Lorenzo el Rey. Santo Domingo, 25 octubre de 1787 apud DEIVE, op. cit., p.172-174. Sobre a participação da Igreja na redução dos *maroon* estabelecidos em território espanhol, Alvin Thompson observa que: “In the Spanish territories priests became the dominant figures in the ‘pacified’ Maroon polities. Romeo Jaramillo (1997, 175) explains that in some

As providências para a construção do assentamento dos negros nos arredores da vila de Neiba foram tomadas por Bobadilla assim que o arcebispo lhe informou o conteúdo da Real Cédula. Isso não ocorreu sem que Manuel González colocasse obstáculos às ações do pároco, conforme reclamação de Lorenzo y Portillo em carta ao rei de 25 de outubro de 1787. O arcebispo acusava o então governador de Santo Domingo de inativo e relutante, dificultando o processo de redução com constantes questionamentos sobre a Real Cédula de 23 de maio 1787¹⁹².

Segundo Deive, na interpretação de Manuel González esta cédula não considerava a autorização da corte francesa para o estabelecimento dos *cimarrones* no território espanhol, o que poderia tencionar ainda mais o relacionamento com Saint Domingue, sobre cujas imprevisíveis consequências ele seria o único responsável. Para por fim à disputa com Manuel González, Isidoro Rodríguez y Lorenzo y Portillo reiterou o conteúdo da Real Cédula que lhe atribuía exclusivamente à pacificação do *maniel* de Neiba e que ao governador de Santo Domingo só cabia auxiliá-lo¹⁹³.

Nesse meio tempo, a redução seguiu, mas não sem enfrentar alguns percalços. Entre os quais estavam as acusações das autoridades francesas, por vezes fundamentadas, de que os negros estariam abrigando em sua comunidade novos escravos foragidos; ou ainda a falta de recursos financeiros para a construção do povoado¹⁹⁴. No entanto, o principal obstáculo foi imposto pelos próprios *cimarrones* que negaram se mudar para as cercanias da dita vila de Neiba preferindo viver em Las Auyamas, região localizada em plena Serra do Baoruco e próxima do *maniel* de Neiba, conforme relata Jean de Bobadilla ao Frade Fernando de Portillo y Torres, novo arcebispo de Santo Domingo, em carta de 7 de dezembro de 1790:

cases the priests not only lived with the Maroons but also proved instrumental in establishing town for them". THOMPSON, op. cit., p.303.

¹⁹² Carta del Arzobispo Isidoro Rodríguez Lorenzo el Rey. Santo Domingo, 25 octubre de 1787 apud DEIVE, op. cit., p.172-174.

¹⁹³ DEIVE, op. cit., p.47-48.

¹⁹⁴ Esses problemas são tratados na Real Cédula de 12 de diciembre de 1788 al gobernador de Santo Domingo sobre la reducción de los negros de Maniel anexo da Carta del Gobernador García a Antonio Porlier. Santo Domingo, 25 de marzo de 1790; bem como na Carta del Arzobispo Isidoro Rodríguez al Rey. Santo Domingo, 25 de enero de 1788.

Ilmo. e Revmo. Sr. D. Frade Fernando Portillo y Torres.

Meu venerado senhor: em virtude da diligência que comuniquei a Vossa Senhoria Ilustríssima em 7 do passado explorando a última resolução dos negros por um ladino deles, resultou que no 27 voltou trazendo a notícia que os negros não queriam povoado, suposto que não lhes havia querido fazer em Las Auyamas, nem em outro lugar o queriam, senão ficar-se no *Maniel*, justificando que não prejudicariam ninguém, que viriam a esta vila para batizar seu filhos e assistir os ofícios divinos, dando por causa que se saíssem daquele clima frio para este quente morreriam todos, como teriam experimentado os naturais das montanhas que logo que saíram delas adoeceram.

[...]

Para mais me radicar nas respostas dos negros e sondar a fundo os motivos que tinham para essa inesperada novidade, tão contrária ao que sempre haviam manifestado e prometido [...] os negros manifestaram a facilidade que tinham em se vestir e demais avanços obtidos com os barcos que clandestinamente chegavam a esta costa; que lhe deram a entender que tinham desconfiança de lhes fossem mandar para a Colônia persuadidos de uma gangue de homens perdidos, tanto brancos como negros livres, como escravos [...] ¹⁹⁵.

Percebemos aqui que o intento dos *cimarrones* era conseguir reunir as vantagens do acordo com espanhóis e os benefícios da vida no Baoruco. Este era, pois, a liberdade almejada pelos negros do *maniel* de Neiba, segundo Martín Lienhard:

[...] o *maniel* de Neiba foi uma comunidade de ex-escravos e de negros nascidos em seu próprio seio cujo “projeto” parece ter consistido, antes de tudo, em defender uma autonomia que haviam conquistado com grande esforço e que oferecia aos seus membros uma vida suportável. Uma autonomia que o *maniel* estava disposto a renegociar constantemente seus detalhes, mas não seus princípios ¹⁹⁶.

Conforme estudos do ouvidor fiscal de Santo Domingo, Melchor de Focerrada, seria possível atender o desejo dos *cimarrones* de habitarem Las Auyamas. Contudo, Joaquín García, alegando razões de Estado, determinou que o povoado fosse erigido em Arroyo Naranjo ou Los Naranjos, propriedade da família Félix distante oito léguas da Vila de Neiba.

Segundo Carlos Esteban Deive, tais razões de Estado estavam relacionadas à crise que afetava Saint Domingue deflagrada com a convocação dos Estados Gerais

¹⁹⁵ Carta de Bobadilla al Arzobispo Fry Fernando de Portillo y Torres. Neiba, 7 de diciembre de 1790.

¹⁹⁶ LIENHARD, Martín. *Desidentes, rebeldes, insurgentes: Resistencia indígena y negra en América Latina ensayos de historia testimonial*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2008, p.111.

franceses em maio de 1789. Las Auyamas, no entender do governador, era uma região muito perigosa, uma vez que os escravos de Saint Domingue poderiam se aproveitar da confusão reinante na colônia para fugir e se refugiar no novo povoado, isso não ocorreria se o mesmo fosse estabelecido em Arroyo Naranjo, localidade mais afastada do *maniel* de Neiba e da fronteira¹⁹⁷.

Os *cimarrones*, todavia, não aceitaram, prontamente, a alteração imposta por Joaquín García. Nos primeiros meses de 1790, discussões internas acerca do prosseguimento da redução resultaram na cisão do *maniel* de Neiba em dois grupos denominados pelos espanhóis de “partido dos crioulos” e “partido dos boçais”.

Alvin Thompson comenta que a definição dos tratados *marrons* era precedida por diferentes esferas de negociação, sendo uma delas interna à própria comunidade. Nem sempre os termos estabelecidos pelos europeus foram aceitos por todos, sobretudo quando se tratava de grandes grupos, e, invariavelmente, existiam aqueles que preferiam “combater os brancos até o último homem, seja por questões ideológicas, seja por questões pragmáticas”¹⁹⁸.

Inegavelmente a distensão interna no *maniel* de Neiba marcou essa fase do processo de redução. No entanto, Martín Lienhard questiona a divisão da comunidade entre crioulos e boçais, tendo em vista o grande número de casais “misturados” que viviam no Baoruco¹⁹⁹. Acreditamos que esta classificação não esteja relacionada à origem do *cimarrón*, se africano ou afro-americano, representando muito mais um ideal de civilidade, o mesmo que motivou a “política de redução”, no qual aqueles que não se enquadravam eram rotulados com vagabundos, bárbaros e, nesse caso, boçais.

¹⁹⁷ DEIVE, op. cit., p.57-58.

¹⁹⁸ THOMPSON, op. cit., p.304.

¹⁹⁹ LIENHARD, op. cit., p.93.

Liderados por Felipe²⁰⁰, os crioulos aceitaram viver em Arroyo Naranjo. Enquanto os boçais, encabeçados por La Fortune²⁰¹, preferiram permanecer no *maniel* de Neiba já que não podiam se mudar para Las Auyamas. As razões da separação não são claras. Deive fala sobre a desconfiança daqueles do “partido dos boçais” sobre as reais intenções da redução, que para eles não passava de um subterfúgio dos colonos para escravizar a todos. A desconfiança era tamanha que La Fortune, certa vez, questionou Bobadilla se poderia “viajar à Espanha para ouvir dos lábios do próprio monarca sua promessa de indulto caso aceitassem viver onde os espanhóis propunham”²⁰². Podemos inferir também que a separação talvez tenha sido uma estratégia dos próprios *cimarrones* para, de algum modo, manter o melhor de dois mundos, conforme sua concepção de liberdade.

Irrrompe a revolta escrava em Saint Domingue em agosto de 1791. Não mais que um mês depois os *cimarrones* liderados por Felipe iniciam o estabelecimento do vilarejo na região de Los Naranjos. Enquanto isso o grupo que permaneceu no *maniel* de Neiba mantinha suas relações com os *alzados* de Petit Trout e, na medida em que a guerra avançava na colônia vizinha, passou a receber mais foragidos.

A situação dos *cimarrones* assim segue até que, no começo de 1794, chega em Santo Domingo o aguardado indulto real, conforme Real Cédula de 18 de dezembro de 1793:

[...] eu [o Rei] resolvo conceder indulto geral aos negros do *maniel* de todos os delitos que tiverem cometido até o dia de sua publicação sem restrição alguma para remover inteiramente qualquer suspeita que possa lhes retrair o abandono do sítio do *maniel*. E ordenar e mandar ao governador desta ilha [...] que depois de verificada a publicação insistirem em querer enviar um ou dois deles a essa corte verificar sua veracidade e da proteção que lhes tenho dispensado, permita que venham. [...] ²⁰³.

²⁰⁰ O chefe da família 5, conforme censo de Luiz de Chávez y Mendonza apresentado no primeiro capítulo.

²⁰¹ La Fortune não aparece no censo de Luiz de Chávez y Mendonza. No entanto, conforme documentação analisada por Carlos Esteban Deive, La Fortune atua em diferentes fases do processo de redução. Muito provavelmente, ele não foi recenseado porque estivesse entre os homens que se recusaram se reunir com a comissão franco-espanhola. Talvez La Fortune fosse marido de uma daquelas quatro mulheres identificadas com mães solteiras.

²⁰² DEIVE, op. cit., p.64.

²⁰³ Cédula dirigida al arzobispo de Santo Domingo en la que se le participa haberse concedido indulto general a los negros del Maniel de todos los delitos que hubiesen cometido hasta el día de su

O perdão, contudo, demorou a chegar. Naquele momento já repercutia no *maniel* de Neiba e na redução de Los Naranjos os efeitos dos distúrbios causados pela revolta dos negros de Saint Domingue e pela luta franco-espanhola na ilha. Frente às novas ameaças os *cimarrones* não tardaram a buscar proteção em seu antigo refúgio nas montanhas do Baoruco, como nos mostra Carlos Esteban Deive:

No momento no qual foi recebida na colônia a notícia da cessão para a França, estes [os *cimarrones* de Los Naranjos], em número de 123, tinham construído 70 cabanas, tinham um moinho de açúcar e suas lavouras eram tão excelentes que abasteciam de alguns viveres os *vecinos* dos lugares próximos ao povoado. Assediados por alguns moradores de Neiba, os quais, se aproveitando das contingências da guerra franco-espanhola, se dedicaram à caça dos escravos das duas colônias, resistiram, [...] e só se retiraram a ele [seu antigo *maniel*] quando se inteiraram da cessão, indubitavelmente por temor de serem perturbados pelas novas autoridades da colônia.

Não sabemos o sucedido com os negros do *maniel* de Neiba depois que se fez cumprir o Tratado de Basiléia. Sabemos somente que, no sopé da Serra do Baoruco, a Comunidade El Naranjo, reconhecida como herdeira do *maniel* de Neiba, sobrevive até os dias atuais²⁰⁴.

publicación sin restricción alguna y previniéndole lo que se ordena al Gobernador de aquella isla para el fin que se expresa. San Lorenzo, 18 diciembre de 1793.

²⁰⁴ Informações sobre a Comunidade El Naranjo podem ser consultadas no sítio do projeto da UNESCO *Places of memory of the slave route in the Latin Caribbean*. Sítio disponível em: http://www.lacult.org/sitios_memoria/Sitios.php?nav=idpais&value=4&lan=en. Acessado em: 31/01/2012.

Considerações Finais

Como mencionado na introdução, o presente estudo sobre o *maniel* de Neiba e seu processo de redução foi motivado por nosso interesse em compreender melhor as negociações de paz que, por vezes, foram estabelecidas entre algumas comunidades de escravos foragidos e as sociedades escravistas nas Américas e, de um modo geral, no Atlântico e no Índico.

Ao elegermos o *maniel* de Neiba como nosso objeto, procuramos analisá-lo à luz da historiografia contemporânea sobre as comunidades de escravos foragidos. Para tanto, buscamos identificar, ao longo do texto, os elementos que fizeram do *maniel*, antes de tudo, um espaço alternativo à escravidão e, não simplesmente, oposto a ela. Um lugar com organização cultural e socioeconômica própria que, como tudo mais ao seu redor, interagiu com as diferentes esferas sociais que constituíam o mundo no qual estava inserido, num movimento contínuo entre o micro e o macro e deste ao outro que permitiu aos seus moradores ir do *maniel* ao império em sua busca pela liberdade.

No texto apresentado, nossa intensão não foi comparar a atuação dos *cimarrones* do *maniel* de Neiba com seus pares nos *cumbes*, mocambos, *palenques* e quilombos atlânticos que lograram estabelecer acordos de paz como as autoridades administrativa e/ou econômicas das sociedades escravistas. Ainda que traçar esse quadro comparativo seja de grande importância, ele se tornou, no decorrer da pesquisa, um objetivo futuro. Isto porque, foi necessária certa dedicação para compreender o contexto histórico no qual estava inserida àquela comunidade de escravos foragidos estabelecida nas montanhas ao centro-sul da Ilha de Española.

Navegar por águas caribenhas se mostrou uma tarefa um tanto quanto complicada, ainda que não impossível, principalmente por conta da vagariedade em reunir a bibliografia utilizada e, sobretudo, devido à dificuldade em acessar aqui do Brasil a documentação necessária para o desenvolvimento da pesquisa. Obstáculos estes

os quais foram, em parte, contornados graças a já mencionada iniciativa de alguns arquivos, bibliotecas e instituições de ensino de disponibilizar *on-line* seus acervos total ou parcialmente. Muito embora, é preciso reconhecer que o estudo apresentado nesta monografia consiste ainda num esforço inicial para a compreensão do *maniel* de Neiba e das comunidades *cimarronas* de um modo geral.

Após a análise de algumas questões teórico-metodológicas, passamos, no primeiro capítulo, ao *maniel* de Neiba visto, inicialmente, a partir de uma perspectiva externa por meio da qual realizamos o reconhecimento de sua circunvizinhança. Entre os espaços coloniais observamos, de um lado, a próspera Saint Domingue origem da grande maioria dos *cimarrones* do Baoruco e, de outro, a não tão afortunada Santo Domingo onde os negros do *maniel* de Neiba desejavam se estabelecer sob a proteção do rei espanhol. Legalmente à margem destes espaços, porém não apartada deles, estava a costa de Petit Trou, porta para o Atlântico, que conectou os *cimarrones* ao mundo além dos limites da Ilha de Española.

Vimos também nesse primeiro capítulo, a complexa constituição social do *maniel* de Neiba baseada em famílias nucleares reunidas numa organização política de algum modo hierarquizada. Uma comunidade na qual à agricultura de subsistência se somava a exploração e comercialização da madeira de mogno que atou numa mesma rede de trocas culturais, econômicas e sociais *cimarrones*, *alzados* e colonos, em especial aqueles do lado espanhol da ilha. Alianças sociais e permutas culturais presentes também no interior do próprio *maniel*, onde africanos e afro-americanos de distintas procedências se encontraram mantendo tradições do outro lado do Atlântico, como o respeito aos anciãos, e criando novas formas de interação, como o *pidgin* do francês falado naquela comunidade da Serra do Baoruco.

E ao Baoruco dedicamos especial atenção, no segundo capítulo, para compreender melhor a sua conversão em fronteira *cimarrón*. Uma região de natureza ímpar que abrigou número significativo de cativos enquanto subsistiu a escravidão na Ilha de Española. Sendo, simultaneamente, como qualquer outra fronteira, o lugar da

alteridade que cria uma realidade singular de encontros e desencontros entre indivíduos de temporalidades históricas distintas.

Para além do *maniel* de Neiba em seu interior, tínhamos em lados opostos das montanhas do Baoruco Santo Domingo e Saint Domingue cujas constituições refletiram projetos colônias díspares dos Impérios espanhol e francês. Marcada pelos reveses no relacionamento entre suas metrópoles, a coexistência dos colonos na Ilha de Española foi igualmente pontuada por conflitos e acordos, sobretudo, nos assuntos relacionados ao domínio territorial e a questão dos escravos foragidos.

Aproveitando-se das fissuras deixadas pelo relacionamento inconstante entre as diferentes esferas dos Impérios espanhol e francês, os *cimarrones* do *maniel* de Neiba buscaram conquista aquilo que consideravam liberdade, como acompanhamos no terceiro capítulo. Uma liberdade que pretendia unir as benesses de se tornar súdito do rei espanhol com as conquistas de anos de uma existência *cimarrón* nas montanhas do Baoruco.

Ao se aproximarem das autoridades francesas e espanholas, os negros do *maniel*, portanto, estavam dispostos a negociar detalhes de sua autonomia, mas não a essência desta. Por esse motivo, desde o início do processo de redução os *cimarrones* desejaram permanecer em Santo Domingo, pois só deste lado da fronteira poderiam obter a liberdade e a proteção almejadas sem ter que abandonar o mundo que haviam construído.

Referências

Fontes

Archivo General de Indias

Dossiê - Límites con los franceses y usurpación en la isla Española (Santo Domingo 303):

- Real Cédula dirigida al gobernador de Santo Domingo, ordenándole el establecimiento de la buena armonía con los franceses. Madrid, 23 de junio de 1702.
- Real Cédula dirigida al gobernador de Santo Domingo, ordenándole la expulsión de los franceses de toda la isla. Buen Retiro, 12 de septiembre de 1759.

Dossiê - Cartas y expedientes del Obispo de Cuba (Santo Domingo 515-516):

- Plano ideal del valle en el que estaban acampados los esclavos desertores de España y Francia en las montañas de Baoruco a mediados de este año. Santo Domingo, 16 de noviembre de 1785.

Dossiê - Cartas, expedientes y duplicados de Gobernadores (Santo Domingo 944 e 946):

- Real Cédula sobre a restitución de negros fugitivos y cimarrones de los franceses. San Ildefonso, 3 septiembre de 1769.
- Carta del Gobernador Peralta y Rojas a José de Gálvez. Santo Domingo, 23 de marzo de 1784. [Informa sobre a notificação enviada ao governador geral de Saint Domingue, M. de Bellecombe, referente à intenção de negociar com os negros *cimarrones* refugiados nas montanhas de Neiba o estabelecimento de povoado no lado espanhol da Ilha de Española. Em anexo segue a correspondência enviada ao governador geral de Saint Domingue].

Dossiê - Expedientes e instancias: Santo Domingo (Santo Domingo 1014 -1015):

- Carta de Arzobispo Portillo al Regente Urizar. Neiba, 30 de junio de 1794. [Informa sobre onda de roubos de escravos promovida por colonos espanhóis nas vilas de Azua, Bani e Neiba].
- Carta del Presidente Manuel González al Marqués de Sonora. Santo Domingo, 25 de diciembre de 1786. [Informa sobre contestação da proposta do governador de Saint Domingue de atacar os negros do *maniel* de Neiba].
- Carta de Bobadilla al Arzobispo Fry Fernando de Portillo y Torres. Neiba, 7 de diciembre de 1790. [Informa sobre a decisão dos negros de permanecerem no *maniel*].

Dossiê Tratado de límites y policía con Francia (Santo Domingo 1018-1019):

- Carta del gobernador de Santo Domingo remitiendo a la Corte el acuerdo provisional firmado con los franceses el 25 de febrero de aquel mismo año. Santo Domingo, 10 de marzo de 1772.
- Real Orden dirigida al gobernador de Santo Domingo, previniéndole que llegara a un acuerdo definitivo de límite entre las dos colonias con las autoridades de la parte francesa. Madrid, 19 de abril de 1772.
- Carta de don José Solano informando sobre a la Corte de las nuevas represalias tomadas contra os franceses. Santo Domingo, 24 de junio de 1775.

Dossiê Mejora y adelantamiento de la isla Española (Santo Domingo 1034):

- Capítulos de Ordenanzas dirigidas a establecer las más proporcionadas providencias así para ocurrir a la deserción de los negros esclavos, como para la sujeción y asistencia de estos. [Santo Domingo, 27 de abril de 1768].

Dossiê Negros y desertores franceses refugiados (Santo Domingo 1101):

- Carta del Gobernador Manuel de Azlor a Julián de Arriga. Santo Domingo, 26 de marzo de 1768. [Informa sobre expedição à parte sul da Ilha de Española que desalojou os *cimarrones* estabelecidos nas montanhas entre a Vila de Neiba e o Vale de San Juan resultando na destruição do maniel e aprisionamento de sete escravos foragidos. Em anexo segue o testemunho da expedição enviado].
- Carta del Gobernador y Capitán General de la Isla de Española y Presidente de su Real Audiencia Manuel de Arlor al Rey. Santo Domingo, 5 de abril de 1771. [Informa sobre a expedição de desalojamento e aprisionamento dos negros *cimarrones* estabelecidos nos montes de Neiba, realizada em decorrência da solicitação encaminhada pela Real Cédula de 22 de outubro de 1770].
- Expediente del Governador que fue de Santo Domingo Manuel de Arlor, sobre los resultados de la expedición que hizo para el desalojo y aprehensión de los negros cimarrones establecidos en los montes de Neyba de aquella isla. Santo Domingo, 10 de mayo de 1775.

Dossiê Reducción de los negros de Maniel (Santo Domingo 1102):

- Carta del Gobernador Isidro Peralta y Rojas a D. Joseph de Gálvez. Santo Domingo, 24 de julio de 1783. [Informa sobre os serviços prestados por D. Felipe de Frómesta, tenente dos voluntários da cavalaria e comandante da fronteira da vila de Neiba, na negociação com os negros do *maniel* de mesmo nome que solicitaram asilo e liberdade para se estabelecerem numa população na parte espanhola da ilha. Em anexo a carta segue as correspondências que a precedem].
- Carta del Arzobispo Isidoro Rodríguez Lorenzo al Rey. Santo Domingo, 25 de octubre de 1784. [Informa sobre o início do processo de redução nos negros do *maniel* de Neiba e defende a atuação do pároco Juan de Bonbadilla].
- Carta del Gobernador Peralta y Rojas a Gávez. Santo Domingo, 28 de febrero de 1785. [Informa sobre a redução dos negros do *maniel* de Neiba ao decano da Audiência de Santo Domingo, D. Luis Cháves y Mendoza, processo conduzido de acordo com o governador geral de Saint Domingue e segundo a real ordem de 28 de

novembro de 1783. Em anexo segue as instruções que o decano deve seguir no estabelecimento dos *cimarrones* em um povoado e as considerações deste sobre as montanhas do Baoruco].

- Lista de los negros que se contienen en el Maniel de Neyba en la montaña de Baoruco parte española al este. Neyba, 12 de abril de 1785.

- Carta del Arzobispo Isidro Rodríguez Lorenzo al Rey. Santo Domingo, 25 de setiembre de 1785. [Informa sobre a falta de sucesso no processo de redução dos negros do *maniel* de Neiba e solicita que apenas ele seja responsável pelo estabelecimento dos *cimarrones* em um povoado. Em anexo segue as correspondências trocadas entre o pároco Bobadilla e o arcebispo Rodríguez Lorenzo].

- Carta del Gobernador Interino Joaquín García al Marqués de Sonora. Santo Domingo, 20 de febrero de 1786. [Informa sobre ingerência do pároco Bobadilla no assunto dos negros do *maniel* de Neiba. Em anexo segue o resumo das correspondências trocadas nos anos de 1785 e 1786 sobre a redução, a relação de D. Luis Chaves sobre o modo de vida dos negros *cimarrones*, a relação de D. Luis de Chaves sobre a viagem ao *maniel*, o registro do acordo verbal entre o decano da Audiência de Santo Domingo e o oficial das tropas nacionais de Saint Domingue sobre a redução dos negros *cimarrones*, o diário de reconhecimento realizado na montanha do Baoruco].

- Carta del Gobernador Interino Joaquín García al Marqués de Sonora. Santo Domingo, 20 de febrero de 1786. [Informa sobre o ocorrido com os negros do *maniel* de Neiba desde que o governador anterior, Isidro Peralta y Rojas, incumbiu D. Luis Chaves, decano da Audiência de Santo Domingo, de tratar com o governador de Saint Domingue o estabelecimento dos sobreditos negros em uma povoação].

- Carta del Arzobispo Isidoro Rodríguez Lorenzo el Rey. Santo Domingo, 25 octubre de 1787. [Informa sobre o ocorrido depois do recebimento da Real Cédula de 23 de maio, na qual o rei autoriza o prosseguimento da civilização dos negros do *maniel* de Neiba].

- Carta del Arzobispo Isidoro Rodríguez al Rey. Santo Domingo, 25 de enero de 1788. [Informa sobre o modo como o governador foi convencido a construir quatro barracões nas redondezas de Neiba para alojar os negros do *maniel*, bem como as ordens que foram dadas para o cura Juan de Bobadilla].

- Carta del Gobernador García a Antonio Porlier. Santo Domingo, 25 de marzo de 1790. [Informa sobre diligências realizada para adiantar e concluir a redução dos negros do *maniel* de Neiba. Em anexo segue a Real Cédula de 12 de diciembre de 1788 al gobernador de Santo Domingo sobre la reducción de los negros de Maniel].

- Carta del Gobernador García a Antonio Porlier. Santo Domingo, 25 de abril de 1791. [Informa sobre o último estado do *maniel* de Neiba e a pretendida redução dos mesmos].

- Carta del Arzobispo Portillo al Rey. Santiago, 26 de noviembre de 1791. [Informa sobre a condução do processo de redução do *maniel* de Neiba].

- Cédula dirigida al arzobispo de Santo Domingo en la que se le participa haberse concedido indulto general a los negros del Maniel de todos los delitos que hubiesen cometido hasta el día de su publicación sin restricción alguna y previniéndole lo que se ordena al Gobernador de aquella isla para el fin que se expresa. San Lorenzo, 18 diciembre de 1793.

- Carta del Arzobispo de Santo Domingo Fry Fernando al Rey. Neiva, 11 de junio de 1794. [Informa sobre sua visita a Neiba e Los Naranjos durante o processo de civilização dos negros indultados e discorre acerca do estado do novo povoado e os inconvenientes que se opõe a execução dessa obra].

Brown University - Internet Archive

FRANCE, *Le code noir ou edit du Roy, servan de reglement pour le Gouvernement & l' Administration de Justice & Police des Isles Françaises de l' Amerique, & por la Discipline & le Commerce des Negres & Esclave dans ledit Pays. Donné à Versailles au mois de Mars 1685. Avec l' edit du mois d' Aoust 1685 portant établissement d'un Conseil Souverain & de quatre Sieges Royaux das la Coste de l' Isle de S. Domingue.* A Paris, au Palais: Chez Claude Girard, dans la Grand'Salle, vis-à-vis la Grand' Chambre : Au Nom de Jesus, 1735.

University of California - Internet Archive

FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias: Islas y tierra firme del mar Océano.* Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851, 4v.

Biblioteca Nacional Francesa - Biblioteca Digital Gallica

ARDOUIN, Beaubrun. *Études sur l'Histoire de Haïti.* Paris: Dézobry et E. Magdeleine, 1853-1860, 11v.

MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.L.E. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur sa population, sur le caractère & les moeurs de ses divers habitans, sur son climat, sa cultures, ses productions, son administration, &c., &c.* Philadelphie: Et s' y trouve chez l'auteur, au coin de Front & de Callow-Hill Streets..., 1797-1798, 2v.

_____. *Description topographique et politique de la partie espagnole de l'isle Saint-Domingue: Avec des observations générales sur le climat, la population, les productions, le caractère & les moeurs des habitans de cette colonie, & un tableau raisonné des différentes parties de son administration.* Philadelphie: Imprimé & se trouve chez l'auteur, imprimeur-libraire au coin de Font & de Walnut Streets, 1796, 2v.

Harvard University - Google Books

MADIOU, Thomas. *Histoire d'Haïti*. Port-au-Prince: Imprimerie de J. Courtois, 1847-1848, 3v.

Bibliografia

ANDRÉS-GALLEGO, José. *La esclavitud en la América española*. Madrid: Ediciones Encuentros / Fundación Ignacio Larramendi, 2005.

ARRÓM, José Juan; GARCÍA ARÉVALO, Manuel A. *Cimarrón*. Santo Domingo / República Dominicana; Ediciones Fundación García-Arévalo, 1986.

BASKET, Sir James. *History of the Island of St. Domingo: From its First Discovery by Columbus to the Present Period*. London: Printed, 1818 / New York: Reprinted by M. Day, 1824.

BARTHÉLÉMY, Gérard. "Le rôle des Bossales dans l'émergence d'une culture de marronnage en Haïti", *Cahiers d'études africaines*, v.37, n.148, 1997, p.839-862.

BÉCHACQ, Dimitri "Les parcours du marronnage dans l'Histoire Haïtienne: Entre instrumentalisation politique et réinterprétation sociale", *Ethnologies*, v.28, n.1, 2006, p.203-240.

BECKLES, Hilary e SHEPHERD, Verene (eds.). *Caribbean Slavery Society and Economy: A Student Reader*. Jamaica / London: Ian Randle Publishers Limited / James Currey Publishers, 1991.

BERBEL, M.; MARQUESE, R. e PARRON, T. *Escravidão e política entre impérios e nações: Brasil e Cuba, c.1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERLIN, Ira. "From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America". *The William and Mary Quarterly, Williamsburg*, v.53, n.2, apr. 1996, p.251-288.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro / São Paulo: 2003.

BRADING, D.A. "A Espanha dos Bourbons e seu império americano". In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 1997, v. 1, p.391-445.

BRYANT, Sherwin K. "Enslaved Rebels, Fugitives, and Litigants: The Resistance Continuum in Colonial Quito". *Colonial Latin American Review*, n. 13, v. 1, 2004.

CAMPBELL, Mavis Christine. *The Maroons of Jamaica (1655-1796): A History of Resistance, Collaboration e Betrayal*. Granby: Bergin & Garvey, 1988.

CANTILLO, Alejandro del (org.). *Tratados, convenios y declaraciones de paz y de comercio que han hecho com las potencias extranjeras los monarcas españoles de la Casa de Borbon: Desde el año de 1700 hasta el dia*. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, 1843.

COROMINAS, Juan. *Diccionario critico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954, 4v.

CURTO, José C. "Resistência à escravidão na África: O caso dos escravos fugidos recapturados em Angola (1846-1876)", *Afro-Ásia*, n.33, 2005, p. 67-86.

DEBBASCH, Yvan. "Le marronnage: Essai sur la desertion de l'esclave antillais", *L'Année Sociologique*, 1961, p.1-112 (Première Partie), 1962, p.117-195 (Seconde Partie).

DEBIEN, Gabriel. *Les esclaves aux Antilles françaises: XVIIe – XVIIIe siècle*. Basse-Terre: Société d'histoire de la Guadeloupe, 1974.

DEIVE, Carlos Esteban. *Los guerrilleros negros: Esclavos fugitivos y cimarrones en Santo Domingo*. Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1989.

_____. *Los cimarrones del maniel de Neiba: Historia y Etnografía*. Santo Domingo: Banco Central da República Dominicana, 1985.

DUBOIS, Laurent e GARRIGUS, John D. *Slave Revolution in the Caribbean (1789-1804): A Brief History with Documents*. New York: Bedford / St. Martins, 2006.

ELLIOT, J. H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America (1492-1830)*. New Haven / London: Yale University Press, 2006.

FICK, Carolyn E. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990.

FOUCHARD, Jean. *The Haitian Maroons: Liberty or Death*. New York: Edward W. Blyden Press, 1981.

FREUDENTHAL, Aida. "Os quilombos de Angola no século XIX: A recusa da escravidão". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.32, dez. 1997, p.109-137.

GARRAWAY, Doris. "Race, Reproduction and Family Romance in Moreau de Saint-Méry's Description ... de la partie française de l'isle Saint-Domingue", *Eighteenth-Century Studies*, v.38, n.2, 2005, p.227-246.

GEGGUS, David P. *Haitian Revolutionary Studies*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

_____. "Unexploited Sources for the History of the Haitian Revolution", *Latin American Research Review*, v.18, n.1, 1983, p.95-103.

GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global Editora, 1983.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: Raízes de um paradigma indiciário". In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A hidra e os pântanos: Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora UNESP / Editora Polis, 2005.

GUILLOT, Carlos Frederico. *Negros rebeldes y negros cimarrones: Perfil afroamericano en la historia del Nuovo Mundo durante el siglo XVI*. Buenos Aires: Farina Editores, [s.d.].

HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. London: Edward Arnold, 1978.

HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manuel. *La colonización de la frontera dominicana (1680-1795)*. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2005.

HEUMAN, Gad (ed.). *Out of the House of Bondage: Runaways, Resistance and Marronage in Africa and the New World*. London: Frank Cass and Company Limited, 1986.

JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

LA GUARDIA, Roberto. *Los negros del Istmo de Panamá*. Panamá: Ediciones INAC, 1977.

LANDERS, Jane G. "Cimarrón Ethnicity and Cultural Adaptation in the Spanish Domains of the Circum-Caribbean (1503-1763)". In: LOVEJOY, Paul E (ed.). *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum, 2000, p.30-54.

_____. *Black Society in Spanish Florida*. Chicago: University of Illinois Press, 1999.

_____. "Garcia Real de Santa Teresa de Mose: A Free Black Town in Spanish Colonial Florida. *The American Historical Review*, v.95, v.1, February 1990, p.9-30.

LARA, Silvia. H. "Marronage et pouvoir colonial: Palmares, Cucaú et les frontières de la liberté au Pernambouc à la fin du XVIIe siècle", *Annales*, v.62, n.3, 2007, p.639-662.

_____. "Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos". In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.81-109.

_____. "Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil", *Projeto História*, n.12, 1995, p.43-56.

LA ROZA CORZO, Gabino. *Runaway Slave Settlements in Cuba: Resistance and Repression*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

LIENHARD, Martín. *Desidentes, rebeldes, insurgentes: resistencia indígena y negra en América Latina ensayos de historia testimonial*. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2008.

LOVEJOY, Paul E (ed.). *Identity in the Shadow of Slavery*. London: Continuum, 2000.

LUCENA SALMORAL, Manuel. *Los códigos negros de la América Española*. 2ed. [Spain]: Ediciones UNESCO / Universidad Alcalá, 1996.

LYNCH, John. *La España del Siglo XVIII*. Barcelona: Critica, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. T. "Em torno da autonomia escrava: Uma nova direção para a história social da escravidão", *Revista Brasileira de História*, v. 8, n.16, 1988, p.143-160.

MANIGAT, Leslie F. "The Relationship Between Marronage and Slave Revolts in the Revolution in St. Domingue-Haiti". In: RUBIN, Vera; TUDEN, Arthur (orgs.). *Comparative Perspectives on Slavery New World Plantation Societies*, v.292, 1977, p.420-438.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

McCLELLAN III, James E. *Colonial and Science: Saint Domingue in the Old Regime*. Baltimore / London: Johns Hopkins University Press, 1992.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: Uma perspectiva antropológica*. Tradução. Rio de Janeiro: Palla, UCAM, 2003.

MILLER, Joseph C. "Restauração, reinvenção e recordação: Recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil", *Revista de História do Departamento de História – FFLCH / USP*, n.164, jan./jun. 2011, p.17-64

_____. *Poder político e parentesco: Os antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional / Ministério da Cultura, 1995.

MORÍNIGO, Marcos A. *Diccionario de americanismos*. Barcelona: Muchnik, c.1985.

NAVARRETE, Maria Cristina. *Cimarrones y palenques en el siglo XVII*. Cali: Universidad del Valle, 2003.

NETO, Maria da Conceição. “Kilombo, quilombos, ocilombo...”, *Mensagem – Revista Angola de Cultura*, v. 4, 1989, p.5-19.

OLSON, James S. *The Indians of Central and South America: An Ethnohistorical Dictionary*. New York: Greenwood Press, 1991.

PRESSOIR, Catts; TROUILLOT, Ernst; TROUILLOT, Henock. *Historiographie d'Haïti*. Mexico: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1953.

PRICE, Richard. “O milagre da criouliização: Retrospectiva”. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.25, n.3, 2003, p.383-420.

_____. (ed.). *Maroon Societies: Rebel Slaves Communities in the Americas*. Baltimore / London: The Johns Hopkins University Press, 1979.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. “Mocambos, quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil colonial”. *Estudos Econômicos*, v.17, número especial, 1987, p.61-88.

SOLER, Maria Rosário Sevilla. “Santo Domingo, Frontera Franco-Española: Consecuencias de la Presencia Francesa en la Isla Española”, *Revista de Indias*, Madrid, anexo 4, 1990, p.163-185.

_____. *Santo Domingo tierra de frontera (1750-1800)*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos / CSIC, 1980.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. New York: Alfred A. Knopf, 1946.

THOMPSON, Alvin O. *Flight to Freedom: African Runaways and Maroons in the Americas*. Mona: University of West Indies Press, 2006.

THORNTON, John Kelly. *África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier / Campos, 2004.

_____. "African Soldiers in the Haitian Revolution". *Journal of Caribbean History*, v.25:1 and 2, 1991, p.58-79.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

_____. "Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth-Century Saint-Domingue". *Review*, v.3, winter 1982, p.331-388.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA USP. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: Documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT).*/ Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. 2.ed. São Paulo: Sistema Integrados de Bibliotecas da USP, 2009. (Cadernos de Estudos; 9)

VANSINA, Jan. "Quilombos on São Tomé, or in Search of Original Sources". *History in Africa*, New Brunswick, v.23, 1996, pp.453-459.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Sítios consultados

BIBLIOTECA DIGITAL HISPÁNICA – Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional de Espana

Disponível em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigital/index.html>

BIBLIOTECA DIGITAL DA UNICAMP – Acervo digital e digitalizado das dissertações e teses da UNICAMP.

Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/list.php?tid=7>

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS (CSIC) – Publicações e base de dados referentes às pesquisas desenvolvidas pelo CSIC, agência do governo espanhol que fomenta investigações em benefício do progresso científico e tecnológico, sendo uma de suas áreas de atuação as Humanidades e Ciências Sociais.

Disponível em: <http://www.csic.es/web/guest/home>

GALLICA – Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional Francesa.

Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>

GOOGLE BOOKS – Acervo de publicações digitais e digitalizadas disponibilizadas, integral ou parcialmente, pelo Google Inc.

Disponível em: <http://books.google.com.br/>

INTERNET ARCHIVE – Acervo digitalizado de diferentes bibliotecas do Canadá e dos Estados Unidos disponibilizado, junto com outros conteúdos, por esta organização sem fins lucrativos.

Disponível em: <http://www.archive.org>

MADERAS DE PUERTO RICO – Sítio elaborado por José A. Mari Mutt, professor doutor em entomologia da Universidad de Puerto Rico, que disponibiliza informações sobre a flora caribenha.

Disponível em: <http://edicionesdigitales.info/maderaspr/maderaspr/Welcome.html>.

REMEMBER HAITI – Projeto que disponibiliza a digitalização de obras selecionadas do acervo da John Carter Brown Library sobre o Haiti.

Disponível em:

http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/remember_haiti/

PORTAL DE ARCHIVOS ESPAÑOLES (PARES) – Acervo digitalizado dos arquivos públicos espanhóis.

Disponível em: <http://pares.mcu.es/>

PORTAL DE SERVIÇOS DO SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SIBiUSP) – Acervo digital de base de dados, livros e periódicos colocados à disposição das universidades estaduais paulistas; acervo digital das dissertações e teses da USP; acervo digitalizado de obras raras pertencentes à USP, banco de dados bibliográficos da USP.
Disponível em: <http://www.usp.br/sibi/index.php>

PLACES OF MEMORY OF THE SLAVE ROUTE IN THE LATIM CARIBBEAN – Projeto da UNESCO sobre a escravidão no Caribe.
Disponível em: http://www.lacult.org/sitios_memoria/

THE TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE – Projeto interdisciplinar que envolve profissionais de diversas instituições e disponibiliza informações sobre o tráfico de escravos no Atlântico.
Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>